



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
POLÍTICA INTERNACIONAL**

Ana Carolina Mascarenhas da Silva

**O IMPACTO NAS ESTRUTURAS ECONÔMICAS CHINESAS DA SUA
INCORPORAÇÃO AO SISTEMA-MUNDO NO CONTEXTO DO SÉCULO DE
HUMILHAÇÕES**

**Rio de Janeiro
2024**

Ana Carolina Mascarenhas da Silva

**O IMPACTO NAS ESTRUTURAS ECONÔMICAS CHINESAS DA SUA
INCORPORAÇÃO AO SISTEMA-MUNDO NO CONTEXTO DO SÉCULO DE
HUMILHAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional

Orientador: Professor Dr. Maurício Medici Metri
Coorientador: Professor Dr. Bruno Hendler

Rio de Janeiro
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

S586i Silva, Ana Carolina Mascarenhas da.
O impacto nas estruturas econômicas chinesas da sua incorporação ao sistema-mundo no contexto do século de humilhações / Ana Carolina Mascarenhas da Silva. – 2024.
135 f.

Orientador: Mauricio Metri.
Coorientador: Bruno Hendler.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2024.
Bibliografia: f. 128 - 135.

1. China – Comércio exterior. 2. Sistema-mundo. 3. Xangai (China). 4. Manchuria (China). I. Metri, Mauricio, orient. II. Hendler, Bruno, coorient. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. IV. Título.

CDD 382.0951

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Luiza Hiromi Arao CRB 7 – 6787
Biblioteca Eugênio Gudin/CCJE/UFRJ

Ana Carolina Mascarenhas da Silva

**O IMPACTO NAS ESTRUTURAS ECONÔMICAS CHINESAS DA SUA
INCORPORAÇÃO AO SISTEMA-MUNDO NO CONTEXTO DO SÉCULO DE
HUMILHAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Economia Política Internacional, do Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ), como
parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre
em Economia Política Internacional

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maurício Medici Metri
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Bruno Hendler
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Prof.^a Dra. Isabela Nogueira de Morais
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Pedro Vieira
Universidade Federal de Santa Catarina

Agradecimentos

Aos meus orientadores, Maurício Metri e Bruno Hendler, que compraram esse projeto comigo desde o começo. Obrigada por todo o apoio, pela paciência, por toda a colaboração. Sem vocês nada disso teria sido possível.

À professora Isabela Nogueira, que me sugeriu retomar minhas origens na História, e ao professor Pedro Vieira, que, junto do Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo, acrescentaram enormemente para os debates teóricos desta pesquisa. Além de terem feito parte da banca, também colaboraram muito para a construção deste trabalho.

Aos meus colegas de Banco do Brasil, que me acompanharam e me apoiaram no processo de conciliar trabalho e mestrado. Um processo que esteve longe de ser fácil e que agora me permite colher os frutos. Vocês estiveram presentes em todo esse percurso até na defesa. Seu apoio, especialmente na fase inicial do curso, foi essencial.

Aos meus pais e minha irmã, que sempre estiveram do meu lado e repassaram meus textos comigo, mesmo sem ter domínio do conteúdo.

Aos meus grandes amigos, que me ouviram, leram o que eu escrevia, me deram apoio, conselhos. Magno, obrigada por me incentivar e me ajudar mesmo antes de eu ser aprovada na UFRJ. Flavia, Juliana... vocês que tantas vezes me escutaram e leram o que eu escrevia. Barbara, Nicole, Eliane, Gabriel... a sua companhia ao meu lado nessa jornada foi importantíssima. Aos meus colegas de turma, que tornaram essa jornada mais leve e que se tornaram amigos para a vida. Todos foram muito importantes para mim.

Ao Thiago, que não apenas me deu apoio emocional, mas me ouviu quando eu me sentia perdida e me ajudou na construção do texto. Obrigada por fazer as minhas tabelas.

Resumo

Identificando-se como o Império do Meio e como uma potência civilizacional em relação aos povos com quem se relacionava, até a eclosão da Primeira Guerra do Ópio a China ocupava uma posição proeminente no seu entorno. Da posição central que ocupava, determinava as condições das trocas comerciais que estabelecia com os povos aos quais classificava como bárbaros e abria e fechava seus portos ao comércio exterior conforme seus interesses econômicos e políticos. Afinal, esta estava longe de ser uma das atividades mais valorizadas do Império e era enxergada pelos governantes como um mecanismo de abastecimento interno e um instrumento de projeção política. O estabelecimento da Rota da Seda e das Relações Tributárias são exemplos de como os chineses buscavam aliar o aumento das suas relações de troca à expansão da sua zona de influência. O contato com os ocidentais, que ganhou forma no século XVI, se deu desde o início nos termos chineses, o que, com o tempo, gerou um grande incômodo, devido à balança comercial desfavorável que se desenhava para os estrangeiros. A virada na relação dos chineses se deu primeiramente a partir da decisão britânica de inundar os mercados chineses com ópio produzido na Índia, a fim de reduzir o fluxo de prata que era enviado regularmente e equilibrar a balança alfandegária. As tentativas de bloqueio à entrada da droga em seu território desencadearam uma série de conflitos que culminaram na Primeira Guerra do Ópio - e no início do século das Humilhações. A partir deste fato, diversos países passaram a reivindicar melhores condições nas negociações com os chineses e aumentaram a sua presença e sua influência na China. Esta pesquisa parte da noção da incorporação chinesa a um Sistema-Mundo moderno capitalista para discutir se já seria possível identificar sinais da incorporação chinesa em contextos anteriores e distinguir as especificidades do processo de incorporação pelo qual passaram as duas regiões chinesas mais prósperas à época - Shanghai e Manchúria. Para tal, esta pesquisa adota um enfoque histórico e uma metodologia que tanto é qualitativa quanto quantitativa. O que se percebe é que as diferenças nas potências ocupantes e nas relações estabelecidas com os grupos internos, promoveram padrões de desenvolvimento distintos para cada caso.

Palavras Chave: Incorporação, Sistema-Mundo, Manchúria, Shanghai

Abstract

Identifying itself as the Middle Kingdom and as a civilizational power in relation to the peoples it interacted with, until the outbreak of the First Opium War, China held a prominent position in its surroundings. From its central position, it determined the conditions of trade it established with the peoples it classified as barbarians, opening and closing its ports for foreign commerce according to its economic and political interests. After all, this was far from being one of the Empire's most valued activities and was seen by rulers as an internal supply mechanism and a tool for political projection. The establishment of the Silk Road and Tribute Relations are examples of how the Chinese sought to combine increased trade relations with the expansion of their sphere of influence. Contact with Westerners, which began in the 16th century, initially occurred on Chinese terms, but over time, this caused great discomfort due to the unfavorable trade balance that was emerging for foreigners. The turning point in China's relationship came primarily from the British decision to flood Chinese markets with opium produced in India, aiming to reduce the flow of silver that was regularly sent and balance the customs balance. Attempts to block the entry of the drug into Chinese territory triggered a series of conflicts that culminated in the First Opium War - and the beginning of the Century of Humiliation. From this point on, various countries began to demand better conditions in negotiations with the Chinese and increased their presence and influence in China. This research starts from the notion of Chinese incorporation into a modern capitalist World-System to discuss whether it would already be possible to identify signs of Chinese incorporation in earlier contexts and distinguish the specificities of the incorporation process that the two most prosperous Chinese regions of the time - Shanghai and Manchuria - went through. To do so, this research adopts a historical approach and a methodology that is both qualitative and quantitative. What is evident is that differences in occupying powers and the relationships established with internal groups promoted distinct development patterns for each case.

Key Words: Incorporation, World-System, Manchuria, Shanghai

Lista de Mapas

Mapa 1.....	p. 51
Mapa 2.....	p. 80
Mapa 3.....	p. 90
Mapa 4.....	p. 97
Mapa 5.....	p. 104
Mapa 6.....	p. 105
Mapa 7.....	p. 106
Mapa 8.....	p. 107

Lista de Tabelas e Gráficos

Tabela 1.....	p. 68
Tabela 2.....	p. 68
Tabela 3.....	p. 69
Tabela 4.....	p. 92
Tabela 5.....	p. 93
Gráfico 1.....	p. 34
Gráfico 2.....	p. 36
Gráfico 3.....	p. 116

Dinastias Chinesas

Xia	(2100 - 1500 a.C.)
Shang	(1520 - 1030 a.C.)
Zhou	(1030 - 220 a.C.)
- Zhou Ocidental	(1030 - 771 a.C.)
- Zhou Oriental	(771 - 256 a.C.)
Estados Combatentes	(475 - 256 a.C.)
Qin	(221 - 206 a.C.)
Han	(206 a.C. - 220 d.C.)
Três Reinos	(220 - 265 d.C.)
Dinastia Jin	(265 - 420 d.C.)
Dinastia do Norte e do Sul	(420 - 589 d.C.)
Dinastia Sui	(581-618 d.C.)
Dinastia Tang	(618-907 d.C.)
Cinco Dinastias e Dez Reinos	(907-960 d.C.)
Dinastia Song	(960-1279 d.C.)
- Song do Norte	(960 - 1127 d.C.)
- Song do Sul	(1127 - 1279 d.C.)
Dinastia Yuan (Mongóis)	(1279-1368 d.C.)
Dinastia Ming	(1368-1644 d.C.)
Dinastia Qing (Manchus)	(1644-1912 d.C.)

Nota da Autora sobre os Nomes e Palavras em Chinês

Existem dois tipos de escrita referente a palavras e nomes chineses cuja adoção também se relaciona com o momento histórico e político em que a China se insere. E isso fica muito bem marcado a depender da data da publicação do texto. A diferença na escrita do nome do imperador de acordo com a fonte consultada tem relação com o sistema de escrita adotada. Originalmente criado por Thomas Wade e aprimorado por Herbert Giles, o sistema Wade-Giles foi publicado pela primeira vez no dicionário chinês-inglês em 1892, constituiu o principal sistema de transliteração para a língua inglesa e foi utilizado durante a maior parte do século XX. Foi substituído pelo sistema Hanyu Pinyin, implementado na China em 1958, como um sistema padrão adotado em todo o território, mas que só teve sua aplicabilidade estendida para um nível internacional a partir de 1982, quando a Organização Internacional para a Padronização aprovou o pinyin como padronização oficial do mandarim. Nota-se que a maior parte dos livros até a década de 1970 emprega o sistema Wade-Giles, mas que, mesmo após a adoção do pinyin, alguns nomes de cidades e personalidades mantiveram o padrão de escrita Wade-Giles como o mais usual. É o caso da escrita do nome de figuras como Mao Tse-tung (Mao Zedong) e Sun Yat-sen (Sun YiXian). Neste trabalho, foi adotada a escrita pinyin, porém, na medida do possível, seu equivalente em Wade-Giles foi destacado em parênteses para sinalizar ao leitor outras opções comumente encontradas).

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1	18
1.1 O Sistema-Mundo Moderno Capitalista	18
1.1.1 O Sistema Mundo Wallersteiniano	18
1.1.2 As Redes de Interação de Chase-Dunn	22
1.2 A Incorporação de novos países à arquitetura de Sistema-Mundo	25
1.3 A incorporação chinesa à sistemas-mundo pré-capitalistas	29
Capítulo 2	40
2.1 O Histórico das Relações entre China e Potências Estrangeiras	40
2.2 A relação da China com o Comércio Exterior	47
2.3 O Início do Século de Humilhações, a Reação do Império e a República.....	56
2.4 Período Republicano, Nacionalismo e Fim dos Tratados Desiguais	61
2.5 A economia chinesa no contexto de integração ao Sistema-Mundo Capitalista	65
Capítulo 3	72
3.1 O Japão e o seu processo de industrialização tardia	72
3.1.1 Política Externa Japonesa e a Construção da sua relação com a China	75
3.2 Manchúria	80
3.2.1 A Ocupação da Manchúria e a Abertura de uma Fronteira Econômica.....	80
3.2.2 Manchukuo e a mudança na estratégia econômica japonesa	89
3.2.3 Os Chineses na Economia da Manchúria.....	94
Capítulo 4	96
4.1 A Fundação de Shanghai e seu Despontar Econômico	97
4.2 International Settlements: A Shanghai dos Estrangeiros	100
4.3 Os mercadores e o seu papel no desenvolvimento da China	109
4.3.1 De classe desprestigiada a um dos principais grupos econômicos	109
4.3.2 A evolução do papel dos compradores e o despontar de Shanghai.....	110
4.4 Os Efeitos da Presença Estrangeira sobre Shanghai	115
4.5 Convergências e Divergências.....	120
Conclusão	125
Referências Bibliográficas	128

Introdução

Em agosto de 1842, Henry Pottinger, plenipotenciário nomeado pela coroa britânica para lidar com a China, ocupou e bloqueou o Grande Canal e o baixo Yangzi, ignorando as solicitações de diálogo feitas pelo governo Qing e forçando-os a capitular. Logo em seguida, foi assinado o Tratado de Nanquim, o primeiro de uma série de tratados desiguais que seriam impostos à China e que dariam início ao que ficou conhecido na história como século de humilhações - um período traumático na história chinesa que se encerra com a revogação dos últimos tratados de extraterritorialidade em 1943. Ao longo destes anos, o país foi palco de disputa por nações dentro e fora do espaço europeu, como Inglaterra, França, Estados Unidos, Japão e Rússia, dentro de uma lógica de que poderiam conseguir o que quisessem através da violência.

Até aquele momento, a China era *zhong guo*, o império do meio, um país que dispunha de uma posição central dentro do seu entorno, estabelecendo relações tributárias com a sua região-mundo, obrigando-os a pagar tributos e reconhecer a posição do imperador. Apresentava uma condição de centralidade civilizacional na Ásia, “derivada tanto de uma base material de poder militar e pujança econômica quanto de uma superioridade cultural expressa na literatura, nas artes e em códigos de conduta confucianos” (Fairbank, 1942, p. 135). O comércio com estrangeiros até aquele momento era feito sob um conjunto de regras bastante rígidas impostas pelo império e que condiziam com a sua relação com os ocidentais. Como o comércio ultramarino não era uma prioridade para as necessidades econômicas chinesas, mais centrada na circulação interna de produtos, foi determinado um controle sobre a circulação de gêneros e pessoas. Os mercadores estrangeiros somente poderiam atuar no porto de Cantão, Macau e Hong Kong, sua atuação passaria pela supervisão de um grupo de mercadores (os mercadores *Hong*) e se organizaram em guildas, conhecidas como *Cohong*, e que detinham o monopólio do comércio com estrangeiros. Como todo comércio passava por eles, atuavam também como intermediários, promovendo a distribuição dos itens importados para regiões mais distantes, especialmente através do rio Yangzi. Eram encarregados não apenas pelo controle de fluxo, mas pela garantia de que os estrangeiros estariam dentro das regras determinadas pelo imperador, como a residência apenas em áreas selecionadas. Em caso de descumprimento e de conflitos, os estrangeiros eram julgados conforme o direito chinês e somente poderiam negociar com as pessoas indicadas.

Aliado ao excesso de regras, o crescente déficit comercial, em função das milhares de libras em lingotes de prata que a Inglaterra devia à China todos os anos, levou a um aumento das tensões entre ambos os lados e desencadeou um conflito que ficou conhecido como Guerra do Ópio. A derrota para a Inglaterra e a imposição da abertura de diversos portos (inicialmente Cantão, Amoy, Foochow-fu, Ningpo, and Shanghai), incentivou outras potências estrangeiras a seguirem o mesmo caminho, forçando, com isso, a assinatura de tratados tão desfavoráveis à China quanto o de Nanquim. Cientes de que outras nações poderiam obter concessões tão ou ainda mais vantajosas, os ingleses incluíram uma cláusula, em um tratado suplementar assinado em 1843, que a declarava como nação mais favorecida, estabelecendo que privilégios e garantias dados a qualquer súdito ou cidadão de países estrangeiros, deveriam ser estendidos aos súditos ingleses. Evitava, com isso, que fossem instituídos acordos com as demais nações estrangeiras que enfraquecessem as conquistas obtidas. Inaugurava-se o Século de Humilhações, que constituiu um marco na história chinesa e nas suas relações com o mundo. A cada tratado assinado, ia deixando de ser o império que determinava em que termos as relações com outros países e povos ocorreria, para se tornar uma região com um governo enfraquecido e cada vez menos capaz de rejeitar as regras desvantajosas e humilhantes impostas pelos países estrangeiros. Estes passam a poder residir onde bem decidiam, negociar com quem desejassem (abolindo a prática dos *Cohongs*), determinar as taxas cobradas para os produtos importados e expandir as regiões da China onde esse comércio poderia ocorrer.

As relações com o Japão constituíram um fenômeno à parte, tanto pelas relações históricas entre as partes, quanto pelo impacto do expansionismo japonês a partir do seu processo de desenvolvimento no século XIX. O Tratado de Shimonoseki, assinado após a derrota chinesa na primeira guerra Sino-Japonesa (1894-5), garantia ao Japão os mesmos direitos obtidos por outras potências estrangeiras como Inglaterra, França e Estados Unidos. Com isso, além de se arrolar o direito de utilizar os portos já abertos a estas nações, incluía o acesso a mais quatro (Shashi, Chongqing, Suzhou, Hangchow). Incluiu também a navegação pelo norte do rio Yangzi e pelo rio Woosung, o que lhe concedeu acesso a regiões para além da zona portuária. Conjuntamente com este tratado, as 21 Demandas (1915) foram responsáveis pela liberação da aquisição de terras e do estabelecimento de negócios ou manufaturas quaisquer que lhes interessassem. Durante séculos, o projeto de alcançar proeminência no sudeste asiático foi frustrado pela hegemonia chinesa na região, tendo o Japão inclusive feito parte da esfera de influência chinesa a partir das relações tributárias que estabeleceu com o Império do Meio. O intenso processo de industrialização e modernização que vivenciou após a assinatura dos tratados infames com os Estados Unidos alavancou sua ascensão ao posto de

potência regional, inclusive superando países como a Inglaterra (país até o início do século XX com maior volume de divisas aportadas na China) em presença econômica na região.

Pode-se dizer que os tratados de modo geral constituíram um marco na abertura da China a inúmeros produtos estrangeiros (incluindo maquinários), estruturas financeiras e modernos mecanismos de comunicação e transporte, inaugurando uma fase de intenso fluxo de investimentos ocidentais. As melhorias nos meios de transportes (particularmente estradas e navegação a vapor) permitiram que esses efeitos atingissem um número maior de pessoas e a chegada dos navios a vapor, para operar no rio Yangtze e nas regiões costeiras (1890) e a instalação de uma rede de telégrafos (1880), foram algumas das mais significativas inovações nesse sentido. O capital investido concentrava-se notadamente nas regiões costeiras, em especial as áreas de concessão ocidentais e a conexão com os mercados localizados no interior, especialmente nos primeiros anos da ocupação, era difícil e dependia da atuação de intermediários, papel desempenhado por mercadores chineses - os chamados compradores - e que utilizavam-se das já conhecidas rotas de comércio e distribuição para favorecer a criação de um mercado para os produtos ocidentais nas regiões por onde eles já tradicionalmente circulavam. Thomas Rawski estima as taxas de crescimento da economia chinesa entre os anos de 1914-1918 e 1933-1936 em algo em torno de 7.7 e 8.8 por cento (1989, p. 272). Mas aponta que este crescimento estava concentrado em algumas poucas áreas urbanas, principalmente Shanghai, que se destacou como o centro de uma rede financeira e foi marcada pela proliferação de indústrias leves; e o noroeste da China, onde a ocupação japonesa incentivou a produção de maquinários pesados e de base. O que se percebe é que a industrialização chinesa foi um fenômeno regional, diverso e não linear, destacando-se especialmente em Jiangsu (onde se localiza a cidade de Shanghai) e na Manchúria, localidades que, em 1933, concentravam dois terços da produção industrial na China.

A análise da presença estrangeira na China deixa claro que estes efeitos ocorreram de formas distintas a depender dos países que se instalaram em cada região, dos seus objetivos estratégicos e o tipo de relações que estabeleceram com os grupos locais. Um império extenso e diverso como este apresenta condições econômicas, sociais e políticas particulares a depender da cidade a que se refere e se analisa, de modo que se faz necessário explorar cada região, dentro do contexto de ocupação estrangeira que ali se processou, a fim de identificar como isso impactou as dinâmicas econômicas locais. Neste sentido, a escolha de Shanghai e da Manchúria como objetos de análise esteve muito longe de ser aleatória. Ao mesmo tempo que compartilham o posto de duas das regiões que mais se desenvolveram e agregaram ao PIB chinês no período dos cem anos que constituiu o Século de Humilhações, as vias pelas quais

esse movimento se deu foram completamente distintas. Enquanto a ocupação japonesa da região da Manchúria promoveu um crescimento econômico atrelado à sua economia, com pouco espaço para o desenvolvimento de iniciativas locais dado a forte presença das grandes empresas japonesas; Shanghai se apresentou como um palco de disputas de poder por diferentes potências, que buscavam aumentar a sua zona de atuação na cidade, o que abria espaço para a ascensão de figuras locais.

O objetivo deste trabalho é, dentro da perspectiva dos Sistemas-Mundo delineada por Immanuel Wallerstein analisar como se deu o processo de incorporação destas duas regiões a uma arquitetura de economia-mundo moderna capitalista, compreendendo como a presença estrangeira em cada região afetou esse processo e os agentes envolvidos. Ainda que não seja uma chave central de análise, é notável que a forma como as correlações de força se acomodam em cada localidade exerce uma importante influência sobre as dinâmicas internas tanto econômicas, quanto políticas. Afinal, como destaca Alvin So (1984), o processo de incorporação (que pode ser econômico ou político), não se dá de forma uniforme mas com variações região a região e é diretamente influenciada por condições e disputas de poder entre atores locais. Nas palavras do autor, “(...) devemos considerar o conceito de incorporação desigual. Dado que o processo de incorporação tende a seguir rotas de comércio e pode ser identificada de forma mais pesada em certas regiões, algumas regiões estão fadadas a estar mais incorporadas ao Sistema-Mundo Capitalista que outras”¹ (p. 113) A análise da integração chinesa à economia-mundo passa também pelo debate sobre o momento em que teria ocorrido. É tratado com certo consenso a incorporação chinesa ao Sistema-Mundo após a Primeira Guerra do Ópio. Porém, uma das propostas desta pesquisa é, a partir da perspectiva mais ampliada adotada por Christopher Chase-Dunn sobre os elementos que atraem um determinado Estado para esta esfera, pensar se esta China, tão influente em seu entorno, já não estava integrada ao sistema-mundo antes do que se costuma considerar. São empregados dados históricos e econômicos (o que dá a pesquisa um caráter não apenas qualitativo como quantitativo) para pensar como a China se relaciona com seu entorno - e como foi afetada por ele - desde tempos pré-modernos.

Assim, este trabalho se organiza em quatro capítulos. O primeiro apresenta em linhas gerais um pouco da perspectiva de Sistema-Mundo adotada nesta pesquisa, trazendo os componentes que dialogam com nosso objeto de análise. São dois fios condutores principais:

¹ “ (...) we must consider the concept of uneven incorporation. Since the incorporation process tends to follow trade routes and lays heavily on certain regions, some regions are bound to be more incorporated into the CWS than others.”

o primeiro trata da definição adotada por Wallerstein, seu idealizador, destacando elementos como a divisão internacional do trabalho e o seu papel no sentido de afetar a relação entre os Estados participantes, marcando a posição que vão ocupar numa cadeia mercantil de valor. O segundo é a visão que Chase-Dunn apresenta acerca das diferentes redes de interação que podem levar à incorporação de novos Estados a este sistema. Os argumentos apresentados por estas duas perspectivas para justificar sua posição acerca do contexto em que a China passa a fazer parte da moderna economia-mundo capitalista são usados como base para defender a leitura que, de fato, as formas de relação da China com outros países, permitem advogar que ela estaria integrada a um Sistema-Mundo mesmo antes da Guerra do Ópio. Neste sentido, foram introduzidas discussões acerca do conceito de incorporação e das diferentes maneiras que este processo pode intercorrer a fim de interligar com o último tópico que busca pensar precisamente como todo esse debate se relaciona ao caso chinês.

O segundo capítulo faz um apanhado histórico das relações chinesas com seu entorno e com os estrangeiros a fim de fornecer uma base tanto para a aplicação dos conceitos introduzidos pelo capítulo anterior, quanto para a percepção de como evoluem esses contatos desde um cenário em que ela determinava as condições em que eles poderiam ocorrer até o momento em que a China se viu enquadrada de tal forma que as possibilidades de se interpor a livre instauração das potências estrangeiras em seu território foram ficando cada vez mais limitadas. Para isso, o capítulo traz um recorte histórico bastante abrangente, que resgata desde as conexões de uma China pré Século de Humilhações, passando pela forma como ela reagiu às consequências dos tratados impostos, até o momento em que consegue articular a retomada da sua soberania, através da retirada dos últimos tratados desiguais, com as respectivas renúncias aos direitos de extraterritorialidade pelos estrangeiros.

Os terceiro e quarto capítulos tratam das particularidades de Manchúria e Shanghai na sua relação com os estrangeiros e como isso afetou sua capacidade de desenvolvimento interno. Por motivos diferentes, foram duas das regiões da China que mais atraíram atenção e investimentos estrangeiros e o objetivo foi explorar como essas especificidades afetaram a correlação de forças e seu desenvolvimento interno. No caso da Manchúria, o capítulo se inicia com uma descrição do processo de industrialização do Japão e da sua relação com a China como forma de estabelecer uma ponte com a sua pesada influência sobre a Manchúria, cuja economia foi ajustada para se comportar de forma complementar à japonesa. Em Shanghai, por outro lado, foi dedicada uma especial atenção aos grupos econômicos internos, os mercadores, dado que o contexto de disputa de poder entre as potências presentes favoreceu o seu despontar

econômico - cenário que ficou bastante limitado na Manchúria em função do monopólio exercido pelo governo japonês.

Por fim, a conclusão pretende retomar as ideias apresentadas ao longo do texto, estabelecendo uma comparação entre os efeitos da presença estrangeira nas duas localidades estudadas.

Capítulo 1

1.1 O Sistema-Mundo Moderno Capitalista

1.1.1 O Sistema Mundo Wallersteiniano

A segunda metade do século XX foi caracterizada por um contexto intenso de interconexões e interdependências, que moldaram as relações entre estados e economias nacionais, especialmente sob o aspecto das trocas comerciais. Pautado por esse cenário, Immanuel Wallerstein propôs uma chave de análise teórica que busca extrapolar os estados, as economias e os impérios como unidades de análise individuais dentro do mundo, tratando-os como um espaço integrado, cujos limites geográficos não necessariamente abraçassem todo o globo (Wallerstein, 2004, pp. 16-17; Nogueira, 2008). Dentro desta nova perspectiva a respeito da realidade social proposta, pretendia-se combinar preocupações com a unidade de análise, temporalidades sociais e barreiras que haviam sido levantadas ao longo do tempo entre as diversas ciências sociais. Sendo contemporâneo a debates marxistas e sobre a teoria da dependência (Wallerstein, 1974) e tendo se baseado em concepções como as de Fernand Braudel sobre longa duração e história total, ou global (So, 1990, p. 172); e nos debates acerca da relevância da acumulação incessante de capital (Nogueira, 2008). O chamado sistema-mundo estaria relacionado a uma zona espacial/ temporal que atravessa diversas unidades políticas e culturais e que agrega e integra, atividades e instituições ali localizadas, as quais obedecem a determinadas regras sistêmicas. A hifenização da palavra tinha como propósito justamente marcar que estava se referindo a sistemas, economias e mesmo impérios que formavam um mundo, sem que isso implicasse na sua fronteira abrangendo todo o mundo, geograficamente falando (Wallerstein, 2004, pp. 16-7).

O sistema-mundo de Wallerstein abarcava sistemas históricos que poderiam ser de três tipos: mini-sistemas, economias-mundo e impérios-mundo (estas duas últimas categorias constituindo subdivisões do conceito de sistema-mundo). Por mini-sistemas, o autor se refere a entidades que comportam uma divisão completa do trabalho e com cenário cultural próprio, sociedades ligadas à atividades agrárias, de caça ou de extração. No império-mundo, haveria apenas um sistema político controlando toda uma região, em que as forças políticas se sobreporiam aos interesses dos agentes econômicos e, no qual, a acumulação de capital não seria uma prioridade para o governo central. Mais comum até o início do período moderno, estes Estados foram muitas vezes vistos como “alta civilização” pelo menos até o século XIX.

Wallerstein identifica esse sistema com aquele encontrado em regiões como a China, Rússia, Índia e o Império Otomano e que englobava sociedades que durante séculos dispunham de um conjunto de crenças, práticas e costumes dominantes em relação ao seu entorno, mas que, o autor destaca, a partir do século XIX, foram ultrapassadas militar e tecnologicamente por potências ocidentais (2004, pp. 8). Em contraponto a este, existiria um segundo modelo formado por diversos sistemas que coexistem e disputam entre si, sem que um domine o outro ou a região como um todo, ao qual Wallerstein deu o nome de economia-mundo (Wallerstein, 1974; Nogueira, 2008). De forma mais aprofundada, pode-se dizer que este modelo compreende uma grande área geográfica em que se identifica uma divisão do trabalho e, com isso, uma troca interna de produtos básicos ou essenciais, além de fluxos de trabalho e de capital. Divisão do trabalho esta que fundamentalmente determina comportamentos e ações sociais dentro dos seus limites, através do tempo (Wallerstein, 2015, p. 56; Hopkins; Wallerstein, 1987, p. 764). Não que os impérios-mundo não fossem engajados em trocas comerciais. O que Wallerstein pontua é que esta atividade representaria apenas uma pequena fração da economia, sem desempenhar um papel determinante. Ressaltando a terminologia adotada por Polanyi, o autor classifica esse comércio como “administrado” e não como de mercado (Wallerstein, 1974b, p. 391). Aliás, esta é uma discussão que será retomada ainda neste capítulo, num aprofundamento do debate sobre quando a China pode ser considerada parte de um sistema-mundo. Apesar da defesa que o comércio praticado pela China e pela Rússia com seu entorno antes do século XIX não era considerado internamente uma atividade essencial, o autor destaca que a distinção entre o que era um bem básico e um bem de luxo varia de acordo com as percepções sociais dos atores envolvidos, da sua organização social e das suas particularidades culturais (1974a, pp. 306-7). Ele alerta apenas para não cair na armadilha de classificar qualquer atividade de troca como evidência da existência de um sistema-mundo, dado que mesmo os membros de mini-sistemas ou impérios-mundo se conectam com a “arena externa” através de trocas limitadas (1974a, pp. 397-8).

No capitalismo, um sistema político internacional multicêntrico permite a acumulação de capital pela exploração da produção em diferentes pólos - em contraponto ao Estado enquanto gerador e monopolizador da circulação de capital. Significa dizer que caso um Estado consiga dominar toda a rede de trocas, a economia-mundo vigente acaba por se desintegrar ou se transformar em um império-mundo (Wallerstein, 1974a, p. 348; Hall, 1986, p. 390). Ou seja, o que impede esse processo é a predominância do capitalismo (Chase-Dunn; Hall, 1997, p. 33) e a dinâmica de competição entre as potências pela hegemonia (Chase-Dunn, 1978; Bousquet 1980, apud Hall, 1986, p. 391). O que conecta as partes membros dessa estrutura não é a uma

estrutura política unitária ou traços de homogeneidade cultural, mas o fato de agregar diferentes regiões, com estruturas políticas próprias, particularidades locais e que estão integradas econômica e produtivamente dentro de um modelo capitalista. Configura, assim, um sistema social, com seus limites, estruturas, membros, regras de legitimação e coerência (Wallerstein, 1974b, p. 347), composto por atores, cujos papéis se interligam.

Inicialmente centrado na Europa, este sistema alargou as fronteiras das regiões integradas a ele, incluindo, num primeiro momento, a África e a América Latina, e, em seguida, direcionando-se à Ásia, num movimento de expansão da produção capitalista que se inicia no século XVI e, já no século XIX, incorporava quase todas as áreas do globo. Interessante destacar que, entre 1500 e 1800, a Ásia não fazia parte da economia-mundo europeia, dado que neste período as relações entre as duas regiões eram conduzidas nos termos dos asiáticos (especialmente notável no caso chinês, como será melhor detalhado nos próximos capítulos) (Wallerstein, 1974a, pp. 330; 338; 2015, p. 56). A expansão dos seus limites ao longo do tempo constituiu um dos principais elementos do sistema-mundo capitalista moderno, responsável por reforçá-lo e perpetuá-lo, a partir do aumento no seu número de participantes, utilizando-se, para isso, de uma estrutura hierárquica que conectava os países através de uma divisão internacional do trabalho, em que posições centrais ou periféricas eram distribuídas com base no seu papel nas trocas econômicas realizadas. O fato da economia-mundo ser formada por uma multiplicidade de Estados posicionados em pontos diferentes de uma cadeia mercantil hierarquizada evidencia um modelo fundado em relações de trocas desiguais. Isso se deve ao fato das suas bases econômicas serem distintas e os agentes econômicos mais fortes conseguirem exercer maior influência sobre as estruturas produtivas daqueles situados em posições inferiores da cadeia. Com isso, ao incorporar novas zonas, tornando o que era externo, interno; se promove uma conformação das estruturas produtivas existentes ao padrão da arquitetura de sistema-mundo vigente, ocasionando transformações tanto na esfera de produção, quanto de governança, e forçando uma adaptação das estruturas estatais a fim de que não fossem impeditivas ao processo de integração.

As trocas comerciais realizadas entre regiões centrais e periféricas ocasionam uma transferência de excedente econômico em favor das economias centrais, que emerge como aspecto chave desta relação e constitui elemento definidor da economia-mundo enquanto capitalista moderna (Wallerstein, 2015, p. 57; 2008, p. 24). Demais motivadores, como diplomacia, alianças e conflitos, seriam catalisadores adicionais da formação de tais redes de interação (Frank; Gills, 1993, p.106 apud Chase-Dunn; Grimes, 1995, p.391). Cabem aqui algumas especificações: falar em zonas ou estados centrais e periféricos como forma de facilitar

a argumentação não desconsidera o fato de que estas qualificações remetem aos processos produtivos dos locais a que se referem e que os conceitos de central e periférico são relacionais, se estabelecendo a partir dos contatos entre as partes que compõem aquela arquitetura. O que se pontua é que a divisão internacional do trabalho se baseia não apenas em aspectos geográficos, mas também funcionais (Wallerstein, 2004, p.28), dado que as modificações ou adaptações que vem a ocorrer nos seus processos produtivos estão intimamente conectados com as relações que aquela região específica cria com outras localizadas numa posição mais central da cadeia. Por este prisma, é possível identificar que as conexões são relativas em diferentes níveis, apresentando perfis distintos a depender do conjunto de condições e de interesses encontrados em cada caso. Neste sentido, também numa esfera mais local, a correlação de objetivos e pretensões de cada uma das partes envolvidas promove diferentes graus e padrões de desenvolvimento e integração. Enxergar este cenário é um primeiro passo para compreender o que gera as particularidades nos processos de incorporação de Shanghai e da Manchúria ao sistema-mundo - e a existência de um agregado de forças estrangeiras disputando o espaço em Shanghai, ao mesmo tempo em que o Japão se consolidava como força majoritária na Manchúria.

A posição que cada região ocupa nessa cadeia varia de acordo com a sua capacidade de afetar a estruturação da divisão do trabalho e de lucrar com o processo. O protecionismo estatal que os países mais fortes exercem favorece a competitividade dos seus produtos e dificulta a sobrevivência dos produtores nos países periféricos (Wallerstein, 2006, pp. 28-29). Assim, aqueles que se posicionam de forma central na cadeia, reforçam e protegem a relação estabelecida com os demais países, garantindo o fluxo do capital acumulado destes para os primeiros. Muito comumente, identifica-se a existência de *quasi-monopolies*, que controlam o processo produtivo. E nas áreas periferalizadas são empregados mecanismos políticos e econômicos para adaptar seus processos produtivos às demandas da região central (Sokolovsky, 1985, p. 50). Assim, a economia nas regiões periféricas se torna mais sujeita à competitividade do mercado dado que sua fragilidade política dificulta a imposição de barreiras que possam salvaguardar suas estruturas produtivas (Wallerstein, 2015, p. 60). Na realização de trocas de gêneros advindos de *quasi-monopolies*, o que se estabelece é uma relação desigual em que ocorre um constante fluxo de mais-valia da produção originada nas áreas periféricas para os produtores das zonas centrais (2004, p. 28). Isto fica bastante claro quando observamos que a principal oportunidade de promover um desenvolvimento mais autônomo e mais intenso em Shanghai veio com a Primeira Guerra Mundial e o distanciamento das potências europeias que voltaram seus esforços para a guerra. Ao mesmo tempo, o exemplo japonês torna-se

bastante representativo da relevância do elemento protecionista no posicionamento de um determinado ator. A industrialização tardia, mas veloz, do Japão nos mostra o peso transformador da remodelação produtiva conduzida pelo Estado, capaz inclusive de favorecer o estabelecimento, com a China (e principalmente com a Manchúria), de uma relação centro-periferia, em que produtores da região central (Japão), especialmente *quasi-monopolies*, dominavam a estrutura produtiva dos produtos periféricos.

Assim, o moderno sistema-mundo se constrói pela soma e pela interação entre os mercados internos e pelas trocas com mercados externos a nível internacional (Chase-Dunn; Hall, 1997, p. 2). Este movimento alimenta e é alimentado pelas relações centro-periferia, que modificam e/ ou perpetuam padrões de produção e estruturas produtivas, que se conectam pela divisão do trabalho que integra as economias envolvidas. A hierarquia que se identifica organiza a disposição dos estados ao longo da cadeia mercantil, de maneira a dificultar uma eventual mobilidade estrutural e a alternância de posições. E junto com tais transformações nos modos de produção existentes, são comuns a subjugação e imposição de mecanismos de controle sobre as estruturas políticas vigentes, de modo a reproduzirem, dentro da lógica da economia-mundo capitalista, a arquitetura moldada pelos países centrais (So, 1990, p. 189). Mesmo episódios de desenvolvimento econômico não são necessariamente suficientes para eliminar tal arranjo hierárquico.

1.1.2 As Redes de Interação de Chase-Dunn

Concordamos nesta pesquisa com a leitura de que a integração chinesa à economia-mundo moderna capitalista ocorreu a partir do século XIX, o que não implica considerar que até aquele momento não teriam se estabelecido interações sistêmicas e regulares que caracterizassem conexões com diferentes sistemas-mundo ao seu redor. É possível identificar um amplo número de relações estabelecidas em diversos níveis entre diferentes atores, que frequentemente se ligavam por redes de comércio, mas que também se baseavam em disputas militares, alianças e trocas culturais (Sokolovski, pp. 46-7). O número e o tamanho dos sistemas-mundo se relacionam com os critérios que empregamos para definir as conexões que contam (Chase-Dunn; Hall, 1991, p. 8) e, neste sentido, os avanços nas telecomunicações e nos transportes ao longo dos últimos cinco mil anos favoreceu a intensificação dos contatos entre as sociedades, aumentando o raio das suas redes de interação. Em função disto, o sistema mundo de sociedades cresceu mais integrado e mais complexo, exercendo grande influência na vida dos seus indivíduos (Lenski; Lenski, 1987, p. 51 apud Chase-Dunn; Hall, 1991, p. 9). Há

um relativo consenso acerca da existência de um sistema-mundo global desde o final do século XIX. Antes disso, ainda era possível encontrar redes intersociais substancialmente separadas e autônomas, no que concerne ao seu processo material e cultural de reprodução e desenvolvimento. Porém, fato é que, considerando o comércio, os fluxos de informação, a autoridade política ou a competição militar, a população na Terra passou de um contexto de milhares de redes intersociais regionais pequenas e substancialmente separadas para a grande rede global de hoje em dia (Chase-Dunn; Hall, 1991, p. 9).

Uma das justificativas de Immanuel Wallerstein para não considerar as trocas entre impérios como o chinês antes do século XIX como um indicativo da integração da China à economia-mundo era que os bens de luxo comercializados não seriam importantes para a reprodução e a transformação das estruturas sociais, sendo apenas epifenômenos da vida das elites. Em contraponto a este argumento, Jane Schneider desenvolveu um relevante estudo em que explicita o papel das trocas de bens de prestígio na reprodução de estruturas de poder locais por consistir numa maneira das elites recompensarem seus subordinados, além de ser um símbolo do seu poder. Para Schneider, haveria já nesta época um grande sistema-mundo pré-capitalista euroasiático muito antes da emergência de um importante centro na Europa (p. 11). Assim, partindo da definição de Wallerstein e dos debates realizados por pesquisadores da área, Christopher Chase-Dunn propôs ampliar o conceito por compreender que a integração ao sistema-mundo moderno não se limita a um padrão específico de trocas comerciais. Neste modelo, a economia-mundo é formada por redes de interação que se aninham e se sobrepõem, conectando as unidades de análise e por um conjunto de atores mais amplo, abarcando os indivíduos, proprietários, empresas, cidades, classes, estados nacionais e sociedades, atores transnacionais, regiões integradas e estruturas globais inseridas e atuantes no sistema em questão (Chase-Dunn; Grimes, 1995, pp. 388-89). Ao admitir outros tipos de redes de interação como mecanismos importantes de produção e reprodução das estruturas internas das unidades participantes deste sistema (p. 391), o que ele, juntamente com Thomas Hall, pretendia examinar eram as diferenças e similaridades entre os diferentes tipos de sistemas-mundo.

Assim, agregando as posições de autores como Wallerstein, Schneider e Wilkinson, Chase-Dunn e Hall sugerem quatro tipos de redes de trocas ou de interação como chave de análise da integração de inúmeras regiões ao sistema-mundo. Dentro da concepção dos autores, as redes de bens primários, político-militar, de bens de prestígio/ luxo e as de informação formam entre si conexões que podem se sobrepor e se interseccionar e, ao invés de aplicar o termo sistema-mundo a apenas um destes tipos de conexão (e empregar outras denominações para as demais), a proposta é que a totalidade dos sistemas-mundo é composta por todas essas

formas de interação combinadas (Chase-Dunn; Hall, 1997, pp. 52-53). Isso não significa dar o mesmo peso a cada uma delas ou desconsiderar que os movimentos históricos e as dinâmicas particulares de cada localidade produzem padrões de interação que variam caso a caso. Sobre isso, desponta o fato que elementos como os custos de transação podem limitar as redes de bens primários a uma área menor. Ou que as redes político-militares podem constituir tipos de interações mais amplas e que podem incluir uma ou mais redes de bens primários, enquanto o comércio de itens de luxo pode conectar áreas contendo pelo menos uma rede político-militar. O que não se pode perder de vista é o fato do sistema-mundo ser o conjunto integrado de todas essas redes e a interação sistêmica ser compreendida a partir de um contexto em que os atores conectados vem a depender e formar expectativas com base nestas conexões (Chase-Dunn; Grimes 1995, p. 391).

As redes de bens primários corresponderiam ao nível mais primário e mais restrito de interações sistêmicas em função dos custos de transação que se impõe aqui. Isto porque a relação entre o custo de transporte e o seu valor unitário ou por peso tende a ser baixo, fazendo com que, especialmente em sistemas mais antigos, a sua abrangência se limite a vilas e cidades mais próximas (Hendler, 2018, p. 35). Já as redes político-militares, de acordo com Chase-Dunn e Hall, ocorrem entre um território um pouco mais amplo. Mais do que conectar espaços próximos, como vilas e cidades, a interação aqui ocorre entre unidades políticas distintas através de conflitos que se caracterizam pela frequência ou pela intensidade, pelo uso da força ou pela celebração de alianças (idem). Os autores destacam a leitura de David Wilkinson, para o qual dois atores engajados entre si em confrontos militares fazem parte do mesmo sistema, na medida em que a entidade social que os conecta passa a ser o conflito por si só. E reforça que conflitos duráveis integram de forma ainda mais significativa, dado que a entidade social passa a conter o conflito, sendo vista como maior e mais duradoura e sendo reduzida a ele. Assim, relações contínuas, ainda que conflituosas, indicam que as partes envolvidas estavam ou se tornaram parte de um grande grupo ou de um sistema (Chase-Dunn; Hall, 1997, p. 14).

O autor entende os bens de prestígio como simbolicamente importantes, dado que apesar descrevê-los como tipicamente exóticos, aponta que são muitas vezes, de alto valor para a relação do peso. O alto valor agregado em relação ao seu custo de transação permitiria o seu deslocamento por áreas muito mais amplas, tornando uma das redes mais relevantes, em função do alcance que ela permite e do prestígio que confere ao seu recebedor. Logo, numa economia de bens de prestígio, o líder local monopoliza o suprimento de itens desse tipo a fim de usar como retribuição àqueles que são subordinados a ele. O argumento utilizado como contraponto ao entendimento de Wallerstein, por exemplo por Jane Schneider, de que essas trocas não

produziriam efeitos sistêmicos prega que a habilidade do líder local de manejar o suprimento desses bens representa uma estratégia de manutenção do seu poder, de maneira que eventuais períodos de escassez na disponibilidade de tais produtos poderia impactar a estrutura política daquela sociedade (pp. 13-4). Chase-Dunn e Hall propõe um diálogo com essas duas visões, concordando que, da mesma forma como a troca de bens primários caracteriza a existência de interconexão, os bens de luxo, especialmente quando fazem parte de uma economia de bens de prestígio, também colaboram na reprodução de estruturas de poder.

Por fim, as redes informacionais são as mais fluidas formas de interação em função da facilidade com que podem circular (Hendler, 2018, p. 35). Por estarem relacionadas às trocas de conhecimento e tecnologia, não se limitam a um canal de transporte específico, ainda que seu deslocamento esteja associado a algum outro meio de circulação. Ao mesmo tempo, permitem aos seus participantes evoluir nos termos e condições das redes das quais fazem parte. Em outras palavras, a relação de interdependência entre as redes informacionais e as demais faz com que os conhecimentos e as técnicas absorvidas a cada interação, seja numa troca comercial ou numa guerra, sejam agregados à rede de interação a que aquele evento pertencia.

Esta perspectiva amplia a noção de sistema-mundo de Wallerstein ao propor a existência de outros mecanismos interligando os atores envolvidos. Para Chase-Dunn e Hall, todas as trocas sociais e materiais regularizadas devem ser tomadas como critério para conectar sistemas-mundo (p. 52) Desta forma, a ideia de uma divisão do trabalho conectando centro, periferia e semiperiferia é flexibilizada dado que as interações sistêmicas criadas pelas redes informacionais e de prestígio já seriam suficientes para estabelecer um sistema coerente (pp. 36-7). Por este motivo, Chase-Dunn fala constantemente em sistemas-mundo. Para o autor, o sistema-mundo é mais que um conjunto de relações internacionais e a economia-mundo seriam todas as interações, de todas as pessoas na terra, não apenas comércio e investimento. Neste sentido, apenas o sistema-mundo moderno é estruturado politicamente como um sistema interestatal, composto por estados aliados e competidores, onde uns são muito mais poderosos que outros, mas que formam um sistema multicêntrico (Chase-Dunn; Lerro, 2013, pp. 18-9).

1.2 A Incorporação de novos países à arquitetura de Sistema-Mundo

Estudos sobre o tema da incorporação em boa parte costumam se concentrar no contexto de integração à economia-mundo moderna capitalista, na expansão desse sistema centrado na Europa e na dominação de áreas periferalizadas. Seguindo esta linha, Antônio Brussi aponta a incorporação como um processo histórico em que a região incorporada, mais do que apenas estabelecer algum tipo de contato com a economia-mundo capitalista, apresenta

transformações profundas nas estruturas econômicas da região incorporada, com novos processos de produção, novas relações de trabalho, novos produtos e novos mercados (2000, p. 82). E, para tal, seria promovida a reestruturação sucessiva de processos produtivos, das estruturas familiares e de instituições políticas (Wallerstein; Martin, 1979, p. 193). Dado o peso do capitalismo na construção e manutenção dessas relações, tais pesquisas identificam como elementos chave das relações que se estabelecem a busca pela acumulação incessante de capital e a integração do processo produtivo das áreas externas à rede interdependente de cadeias mercantis que compõem o mercado mundial. A expansão da economia-mundo capitalista teria por consequência, como forma de acomodar a crescente expansão produtiva, a incorporação regular de novas zonas.

Deste processo decorreria a periferização das zonas integradas à economia-mundo, à medida que seus recursos disponíveis fossem destinados à maximização da acumulação de capital por parte dos grupos posicionados no centro do sistema. Esta transformação das estruturas internas envolveria não apenas a produção de culturas comerciais, a extração de matérias primas - como minérios - ou os produtos finalizados orientados à exportação, mas também a produção de alimentos necessários à sustentação da força de trabalho e a destinação de mão de obra para atuar em organizações cujo foco produtivo seria orientado para o mercado (Wallerstein; Martin, 1979, p. 194). Como ressalta Sokolovski, a incorporação é marcada pela progressiva canalização de todas as formas de interação humana através da divisão do trabalho. O processo de periferização de uma dada localidade envolveria a adoção de mecanismos políticos e econômicos que adaptassem os seus processos produtivos às demandas dos países centrais, absorvendo seus excedentes produtivos através de redes regulares que tendem a se reproduzir (1995, p. 50). Passaríamos a identificar, na região integrada, sua participação nas redes que estabelecem a conexão com as unidades de produção externas, ao mesmo tempo em que seria percebida uma redução ou desconexão em relação às unidades de produção locais entre si (ou seja, um enfraquecimento das redes internas) (Arrighi, 1979, p. 163).

Interessante perceber, como aponta Pedro Vieira, que incorporação chinesa ao longo do período que se estende da Primeira Guerra do Ópio até a proclamação da República Popular da China pode ser vista como fragmentada e parcial, pelas dificuldades impostas à expansão da dominação estrangeira, tanto pelo tamanho do seu território quanto pelas crenças, técnicas, práticas e formas das atividades econômicas que foram compondo a civilização chinesa ao longo de séculos, constituindo uma forte resistência às tentativas de modificação. Além dos diferentes impactos que variaram de acordo com a localidade em questão e dos agentes estrangeiros que lá se instalaram, é sempre importante ter em mente que a maior parte da

economia chinesa não foi conectada aos circuitos financeiros mundiais e mesmo o fragilizado império Qing não foi totalmente desmontado a ponto de ser completamente cooptado pelas potências da época (2021, p. 180). Este tipo de compreensão dialoga com o debate sobre o grau de incorporação chinesa à economia-mundo. Os exemplos que indicam a capacidade de penetração dos estrangeiros dentro da economia e da política chinesas não são poucos. A adoção de novos cultivos às suas rotinas produtivas, a instalação de instituições bancárias modernas, propagação de novos hábitos culturais dentro de uma civilização acostumada a ditar regras culturais é notável ao longo deste período. No entanto, nem mesmo a violência desse processo teria sido suficiente para promover uma alteração mais profunda nas suas estruturas produtivas. Afinal, as zonas mais ao interior se firmaram como as últimas regiões a serem alcançadas pelos estrangeiros e, apesar de toda alteração nas estruturas produtivas tradicionais que pode ser identificada, a agricultura permaneceu por todo esse período como a principal atividade e ainda sustentada em práticas e técnicas tradicionais.

Como lembram So e Chiu, a incorporação está muito longe de ser um processo não problemático e sempre se choca com os interesses materiais imediatos e valores culturais dos grupos locais (1995, p. 31). Pois, por mais que você não esteja interessado no mundo, o mundo está interessado em você (Karl, 2018). A dominação pela via política emerge como estratégia para desmontar estes movimentos de resistência e garantir a implementação de normas e regras que atendam aos interesses dos grupos vinculados ao pólo central do sistema. A partir da sua inserção em órgãos políticos e administrativos e por força da imposição de tratados, estes atores conquistam poder suficiente para determinar e perpetuar uma nova configuração social e econômica que favoreça a imposição dos novos modelos produtivos (Wallerstein; Martin, 1979, p. 194). A presença estrangeira, que era tão limitada e restrita em solo chinês, se viu de repente com autonomia suficiente para passar a ditar as novas regras de convivência. Estes eventos serão melhor descritos mais adiante, mas, em linhas gerais, os tratados foram determinando o fim das limitações geográficas, religiosas, jurídicas e econômicas à atuação dos estrangeiros. O comportamento adotado por missionários é bastante representativo destes dois momentos de relacionamento com o império chinês. Se por volta dos séculos XVI e XVII eles souberam se adaptar e acatar as regras do imperador para poderem continuar em solo chinês, na segunda metade do século XIX, empoderados pelos tratados que garantiram e protegeram a sua presença e a sua atuação na China, os missionários buscaram minar a hegemonia cultural das altas classes chinesas, ofendendo os chineses de todos os segmentos com ataques aos seus rituais, práticas religiosas, cultos e festivais de veneração, além de se aproveitarem dos privilégios legais fornecidos pelos tratados para desafiar a autoridade dos

Qing (Cohen, 1970, pp. 53-55 Apud So; Chiu, 1995, p. 44). Além disso, no auge desse processo, a derrota chinesa na guerra Sino-Japonesa abriu a China definitivamente para a instalação de empresas estrangeiras. Para além das novas companhias, um grande número de ferrovias foram sendo instaladas pelo país, administradas a partir de concessões obtidas pelos nacionais não apenas do Japão, mas de Rússia, França, Alemanha e Inglaterra. Com isso, como destaca Frances Moulder, em 1911, 41% da extensão total de estradas de ferro que cortavam o país, estavam sob a posse de estrangeiros. E mesmo a parte que restou sobre o controle chinês teve sua construção assentada nos empréstimos tomados junto aos grupos externos e que eram acompanhados de tantos condicionantes que se tornava quase impossível diferenciar as ferrovias sob gestão governamental daquelas que estavam sob concessão estrangeira (1977, p. 115).

Estes elementos reforçam a ideia que o fenômeno da incorporação se fundava em bases econômicas e políticas. Enquanto a integração produtiva daquela região à divisão internacional do trabalho seria representativa do aspecto econômico, o componente político estaria manifestado na criação e modificação de leis e na instituição de acordos que favoreçam a instalação dos estados centrais, coagindo as áreas ocupadas a desempenharem o papel de um parceiro júnior na economia das trocas (Hopkins e Wallerstein, 1982, pp. 128-33 Apud So, 1986, p. 55). O intelectual e jornalista Liang Qichao, em seu ensaio publicado em 1901, lembra que um Estado não precisa estar militarmente ocupado para ser dizimado. E retoma a ideia dos empréstimos concedidos por agentes estrangeiros estatais e não estatais como parte dos métodos modernos de manipulação, intervenção e monopólio sobre, por exemplo, estruturas bancárias e de transporte. Nesse sentido, ainda que a China tivesse mantido seu governo supostamente soberano, em verdade o que havia era um regime político esfacelado e desorganizado, perdido em sua busca por recuperar sua soberania (Karl, 2018). Desta forma, como define Arrighi, os processos de incorporação poderiam ser classificados em um dos dois seguintes perfis: o padrão formal ou nominal, que corresponde àquele em que os padrões dominantes de produção e reprodução dentro da região incorporada permanecem os mesmos do período anterior à incorporação ou, ainda que ocorra alteração nos padrões vigente, após cessar a dominação ou serem interrompidas as relações com a economia-mundo, por qualquer razão que seja, se perceberia uma tendência de restabelecimento dos padrões anteriores (1979, pp. 161-2). Ou ainda, aquele de quando os padrões de produção e reprodução típicos das áreas externas deixam, definitivamente, de ser dominantes e as redes sociais, econômicas e políticas que conectavam as várias unidades de produção antes da incorporação são fundamentalmente modificadas e definitivamente integradas à ampla (e mundial) rede de relações capitalistas de

produção, teríamos uma incorporação real ou efetiva (p. 162). O desencadear da Guerra do Ópio e os demais conflitos armados que se sucederam entre China e potências estrangeiras, incluindo o Japão, exemplificam esse cenário dos movimentos necessários para garantir um efetivo enquadramento de uma região que costumava configurar um império-mundo e que durante séculos determinou os termos das trocas comerciais com os Estados interessados. A reação do Estado chinês destaca-se como uma tentativa inicial de integração produtiva quando da comercialização do ópio pela Companhia das Índias Orientais - promovendo um aumento não apenas da importação mas do cultivo interno, com vistas a reduzir o déficit comercial da Inglaterra junto à China.

1.3 A incorporação chinesa à sistemas-mundo pré-capitalistas

A análise histórica deste processo nos mostra que é possível ampliar a discussão. Quando consideramos abordagens mais amplas e comparativas a respeito dos tipos de interações sistêmicas que propiciam a integração de uma determinada região a um sistema-mundo, a partir de uma ou mais redes de interação, levamos o debate para um nível de análise mais complexo. Chase-Dunn e Grimes entendem a interação sistêmica como sendo organizada de forma que as conexões que se formam entre os atores conectados promovem relações de dependência e expectativa entre as partes (Chase-Dunn; Grimes, 1995, p. 391). Com isso, os autores propõem um cenário de alargamento dos padrões de relações que configurariam o estabelecimento de um sistema-mundo entre as partes ou a incorporação de uma determinada região a um sistema-mundo existente. Para além da integração às cadeias mercantis que compõem uma divisão internacional do trabalho, o sistema-mundo seria composto por “todas as relações econômicas, políticas, sociais e culturais entre as pessoas na Terra” e formaria um sistema interativo, onde o todo é maior que a soma das partes (Chase-Dunn; Grimes, 1995, p. 389). É possível pensar no movimento de inserção como fluido e até mesmo pulsante, na medida em que as redes de interações se expandem e contraem, acompanhando flutuações territoriais e populacionais das regiões ligadas a tais redes (Chase-Dunn; Hall, 1997, p. 200; 204). Ao mesmo tempo, as relações entre as partes teriam efeitos e impactos distintos, bem como diferentes níveis de alcance, afetando a probabilidade e a complexidade do seu estabelecimento. Neste sentido, dentro das redes de interação propostas, a primeira forma de contato entre dois sistemas separados muito possivelmente seria através das redes informacionais. A expansão de um deles (ou de ambos) pode levá-los a se unirem numa rede de bens de luxo, se integrarem a partir de uma rede político-militar ou formarem, em um

momento mais adiante, uma rede de bens primários (Chase-Dunn; Hall, 1997, p. 60). Partindo desta premissa de quatro mecanismos de integração, a principal diferença entre a abordagem defendida por Chase-Dunn e Hall e outros autores focados primariamente na expansão do sistema-mundo moderno é a noção de que as regiões incorporadas já poderiam fazer parte de outros sistemas-mundo.

A incorporação é descrita, neste contexto, como um movimento contínuo. Andre Gunder Frank e Barry Gills apontam o sistema-mundo estudado por Wallerstein como parte de um sistema afroeurasiano muito maior e visavam estudar justamente as continuidades identificadas em um sistema que emergiu a partir da Mesopotâmia e do nascimento de cidades e estados 5000 anos antes. Os autores reiteram a tese defendida por Jane Schneider sobre a relevância das trocas de bens de luxo para a reprodução de estruturas sociais locais e que tais redes de troca podem colaborar para conectar sistemas-mundo (Chase-Dunn; Grimes, 1995, p. 391). Em séculos de interações com estrangeiros, fosse do seu entorno ou de áreas mais distantes, as trocas tecnológicas foram fenômenos bastante comuns, inclusive, como será melhor destacado no próximo capítulo, a partir da chegada de missionários europeus. Tendo chegado na China ainda num período áureo do império chinês, foram autorizados a permanecer pela sua disposição a se adequar às regras do imperador. E nem mesmo os períodos em que as fronteiras permaneceram fechadas para o contato com os povos estrangeiros foram capazes de retroceder no impacto social e em termos de compartilhamento de conhecimento acumulados até então. Disso decorre uma concepção mais ampla acerca dos tipos de interações sistêmicas que produzem impactos significativos nas estruturas sociais e que permite admitir a pilhagem, por exemplo, como um dos mecanismos de incorporação possíveis. Para Wallerstein, como a pilhagem por si só não necessariamente promoveria uma adaptação da estrutura produtiva local capaz de conectá-la às cadeias mercantis da economia-mundo, a região afetada ainda não poderia ser considerada incorporada ao sistema-mundo moderno. No entanto, Chase-Dunn e Hall lembram que a pilhagem é um fenômeno que comumente antecede o desenvolvimento compulsório de modelos e tipos de produção que atendem aos interesses de regiões centrais, tanto em impérios antigos quanto do sistema-mundo centrado na Europa. Da mesma forma, Wilkinson defende que a pilhagem regularizada funcionava como uma forma de conexão ao sistema-mundo através da rede político-militar (Chase-Dunn; Hall, 1997, p. 64).

A ampliação das condições que possibilitam a incorporação de uma dada região ao sistema-mundo permite, inclusive no caso chinês, compreender os múltiplos cenários em que a integração chinesa a sistemas-mundo diversos já podia ser notada. É inegável que a assinatura dos tratados desiguais sacramenta a assimilação chinesa por uma economia-mundo capitalista

ocidental, mas diversos estudos propõem cenários alternativos que já indicariam um grau de interação sistêmica com impactos nas estruturas internas chinesas. As trocas comerciais, especialmente aquelas que faziam parte de grandes redes de interação como o sistema tributário e a rota da seda, sempre tiveram esse papel de propagar interações sistêmicas que alimentavam e reproduziam laços culturais, sociais, políticos e econômicos. A visão dos sistemas-mundo como um emaranhado dos quatro tipos de redes de interação ao mesmo tempo expande e conflita com a ideia de Wallerstein sobre quais formas de relações integram dois sistemas-mundo. Tomando como exemplo o comércio de peles, no século XVI, entre Rússia e a Europa Ocidental, que seria um dos principais itens de comercialização entre as duas regiões no período; Wallerstein aponta que, longe de não ser relevante, na verdade esta atividade não apresentava um peso tão central na economia russa. Apesar do seu inegável papel como fonte de recursos para o Estado e no reforço ao sistema de acumulação social de prestígio, a interrupção destas trocas por motivos de conflito político, por exemplo, teriam gerado pouco impacto na economia interna russa, relativamente a outras economias da Europa ocidental, como no caso da polonesa, que, de acordo com o autor, teria uma produção muito mais integrada às demandas da Europa ocidental. Isto estaria relacionado ao fato do peso da economia doméstica ser maior que as trocas externas. Por este motivo, Wallerstein compreende as trocas de bens de luxo como mais responsáveis por alimentar suas relações tributárias com seu entorno do que por promover a integração de arenas externas como a Rússia e a China a uma economia-mundo capitalista integrada.

Porém Chase-Dunn acompanha Andre Gunder Frank e Barry Gills (1993) contra Wallerstein neste quesito. Seguindo a posição de antropólogos como Jane Schneider, Frank e Gills compreendem que a troca de bens de luxo tem um peso maior para a reprodução de estruturas locais que Wallerstein considerava. O comércio destes itens mobilizava uma cadeia de trocas que extrapolava a sua comercialização apenas. O estabelecimento de linhas de contato com o seu entorno e, posteriormente, com localidades cada vez mais distantes é possível de ser localizado na história chinesa desde suas primeiras civilizações. Já no período da dinastia Shang (1500 a 1100 a. C.) os chineses identificavam no contato com os povos nômades da estepe nordeste e com os aborígenes ao sul (Fairbank, 1942, p. 129) sinais de uma superioridade material e cultural que marcaram o padrão de relacionamento estabelecido com os povos com quem tivessem contato pelos séculos que se seguiram. A medida que as dinastias se sucederam, identificou-se uma tendência de aumento da complexidade e do raio geográfico dos contatos realizados, em função da intensificação das missões tributárias da e para a China, que conectavam as partes por laços comerciais, simbólicos e militares (Hendler, 2018, p. 89).

Gradativamente o sistema tributário foi colaborando para o espalhamento da ideologia, cultura e língua chinesas para regiões no seu entorno como Coréia, Vietnã, partes da Ásia interior e o Japão, fazendo com uma China confucionista fornecesse muitas das bases da sua civilização (So; Chiu, 1995, p. 34).

Em paralelo a isso, a exploração destes canais de contato abriram frentes para a realização de trocas comerciais que, por volta do século X, direcionaram o foco chinês para o comércio marítimo de longa distância, dado a quantidade de relações e trocas comerciais que estavam sendo estabelecidas com diversos povos de regiões como a Arabia, Índia, Japão e península Coreana (Keller; Shuie, 2020, p. 5). A Rota da Seda (aproximadamente 114 a.C a meados do século XV), muito além de se restringir a exportação da seda propriamente dita, envolvia toda uma cadeia que englobava a troca de outros produtos e a oferta de serviços. Assim, acabava por abranger movimentos migratórios, realização de acordos políticos, difusão de elementos culturais, além de uma complexa divisão do trabalho². O fato de ser um item ligado às elites não reduziria seu papel de integrador de diferentes sistemas por sua função de consumo, acumulação e reserva de valor. Frank e Gills consideram, assim, que o comércio tanto de itens de luxo de alto valor quanto de produtos básicos seriam indicativos de uma acumulação interpenetrante (pp. 86; 93).

Significa dizer que mesmo em tempos pré-modernos, o comércio em todas as suas vertentes tinha um grande peso para o atendimento de necessidades da China, para a expansão da sua zona de influência e consequente manutenção do seu status como “império do meio”. A comercialização da seda, principal gênero do grande movimento de expansão chinesa que ficou conhecido como a Rota da Seda, foi percebido logo cedo pelos governantes chineses como um instrumento valioso para sua projeção. Mesmo com eventuais ocorrências de conflitos militares, que ocasionalmente interrompiam o transporte, a Rota da Seda contribuiu para a difusão e grande demanda por vários produtos e para a instituição de comunidades ao longo do seu percurso como forma de facilitar o atendimento da sua demanda por itens de luxo (Liu, 2010, p. 10). O comércio de luxo também moldou as relações com o ocidente no que concerne

² Por cerca de dois mil anos a Rota da Seda funcionou como um “sistema circulatório” que abrangia desde a China até o Mediterrâneo (incluindo aqui África e Europa), passando pela Ásia Central e Oriental. Era composta por um complexo composto de rotas terrestres e marítimas, que se estendiam através dos mares Mediterrâneo, Negro, Vermelho e o Golfo Pérsico. Mais ao sul, a rota marítima estava centrada no oceano Índico, através do mar da Arábia e da baía de Bengal, e no mar do sul da China. Fosse para seu pagamento ou de forma a complementar a sua negociação, uma grande variedade de produtos básicos e de luxo, além de dinheiro, serviços e até mesmo escravos eram mobilizados quando da realização das trocas. Além do mais, a Rota da Seda servia não apenas como rota de comércio, mas promoveu a instalação de centros urbanos e administrativos e canais militares, políticos e culturais que compunham uma complexa divisão do trabalho e difusão cultural (Frank; Gills, 1993, p. 86)

ao impacto da grande quantidade de prata enviada à China em troca de chá, seda e porcelana ao longo do século XVI e provocou uma forte recessão nas áreas mais envolvidas nele por causa da queda no comércio internacional que ocorreu no século XVII³. O chá alcançou especial importância nas relações sino-europeias já na primeira metade do século XVIII, tendo constituído, a partir de 1720, mais da metade do valor total das exportações chinesas para a Companhia das Índias Orientais e, entre 1765-74, 71% do valor total da média das exportações anuais (tendo ascendido, essa proporção, à 85% entre 1785 e 1794) (Guotu, 2011, p. 11). Nas trocas com os holandeses, entre 1720 e 1790, quando eles se retiraram do comércio com a China devido à escassez de ouro e prata, o chá constituiu a principal *commodity* desta relação comercial. Neste período, o chá correspondia a 78% do retorno obtido total pelos carregamentos enviados de Cantão para Holanda, tendo chegado, em alguns anos, a 85% (p. 12).

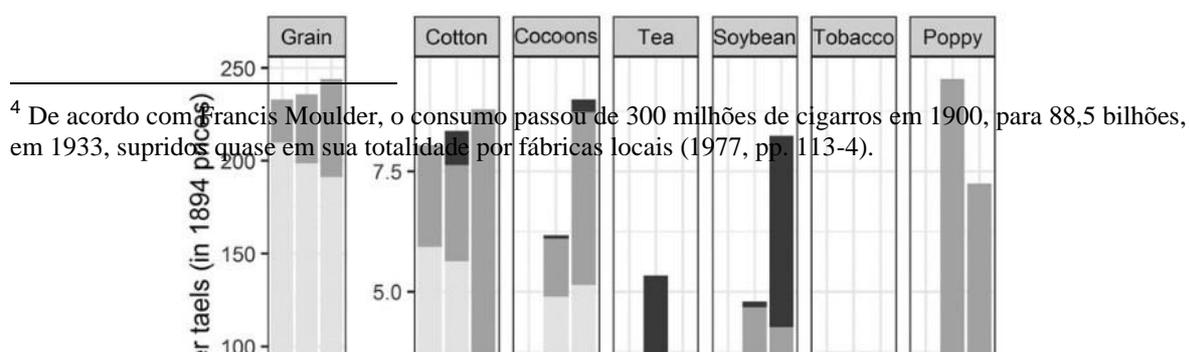
Thomas Rawski destaca que as exportações chinesas eram mais diversificadas em relação a outras economias de mesmo perfil de renda e que mesmo as regiões que se especializaram na produção de chá, manufaturas de algodão e outros substitutos à importação ou exportação, o crescimento do comércio exterior representava mais uma extensão de padrões históricos econômicos que uma intrusão de forças totalmente novas (1989, p. 4). Insere-se nesse contexto o foco do investimento estrangeiro em Shanghai na indústria têxtil, dado que o cultivo de algodão e a produção de tecidos e panos já faziam parte da economia local quando da instalação dos estrangeiros. E, ao mesmo tempo em que enxerga a escala do comércio externo como correspondendo a apenas uma fração da produção chinesa e do consumo de grãos, têxteis e outras commodities que chegaram a cruzar as fronteiras internacionais, não descarta o impacto da integração produtiva gradual da produção chinesa às cadeias mercantis do sistema-mundo sobre os modos de produção vigentes, ressaltando como essa integração incluiu mesmo produtores que não comercializavam anteriormente com mercados estrangeiros (p. 5). Dessa forma, ainda que seja patente que a incorporação chinesa ao sistema-mundo não teve um efeito modificador sobre a toda economia do país, diversos elementos introduzidos por estrangeiros tanto a partir da ocupação estrangeira, quanto em períodos anteriores da história da China foram absorvidos pela sua estrutura econômica e produtiva. Nesta linha, dados apresentados por Debin Ma e Kaixiang Peng chamam a atenção para o cultivo de gêneros advindos do chamado Novo Mundo, tais como milho e batata doce, os quais já seriam

³ Ma e Peng mencionam um consenso entre alguns pesquisadores da área que posicionam a queda no volume de comércio por volta do século XVIII (Ma; Peng, 2022, p. 90)

encontrados na China desde o século XVI, mas que, apesar da sua introdução ter afetado a estrutura de consumo de grãos, o impacto a nível nacional somente foi observado em finais do século XIX e início do XX (2022, pp. 107-8).

Os efeitos do aumento da comercialização dos produtos agrícolas sobre os gêneros cultivados e sobre o aumento nas quantidades produzidas é bastante marcante para diversos itens como algodão, seda e soja. Especialmente no caso da soja, a produção para o mercado internacional gerou efeitos significativos nos dados de produção em função da ocupação japonesa na Manchúria e do foco no seu cultivo. O tabaco, apesar de já estar presente em solo chinês desde o século XVI e ter se difundido largamente durante a dinastia Qing, não era compatível com a produção moderna de cigarro do século XX, sendo obrigado a competir com a versão americana que foi introduzida pela Companhia de Tabaco britânica americana. Com isso, a empresa passou a estudar quais províncias eram mais adequadas para receber o cultivo desta modalidade e iniciou uma campanha massiva de incentivo à produção e distribuição do seu produto que acabou por superar as redes tradicionais existentes, como no caso das guildas. Esta política foi tão bem sucedida que acabou sendo adotada por companhias de tabaco chinesas, como a Nanyang Brothers. Por meio de uma bem sucedida substituição das importações, tais empresas passaram a dominar o mercado doméstico e conseguiram até mesmo conquistar parcelas do mercado internacional e promovendo o surgimento de localidades na China especializadas na produção de tabaco⁴. No caso da produção de algodão, dois movimentos contrastantes puderam ser identificados: ao mesmo tempo em que houve um significativo aumento na parcela vendida para modernas fábricas de fiação, a indústria doméstica teve uma redução na quantidade destinada a ela. No entanto, neste caso em específico não foi possível se falar em dominação do mercado por uma espécie de algodão estrangeiro dado que a demanda pelo mercado doméstico era tão grande que nenhuma empresa individual ou conglomerado conseguiu dominá-lo (Ma; Peng, 2022, pp. 109-113). Fica clara, assim, a importância da indústria artesanal chinesa, responsável pelo abastecimento de 86% do mercado interno de tecidos de algodão, utilizando, em grande parte, fios de algodão ingleses, que eram mais baratos devido ao fato de serem produzidos na máquina (Arrighi, 2001, p. 258 Apud Vieira, , p. 183).

Gráfico 1. Destinação dos gêneros produzidos



(Extraído de Ma; Peng, 2022, p. 110)

Para Frances Moulder, a incorporação do comércio chinês à economia-mundo se manifesta sob dois aspectos. Um primeiro diz respeito a posição em que a China foi colocada de importante fornecedora de gêneros básicos para consumo na Grã Bretanha e, ao mesmo tempo, um mercado relevante para bens primários produzidos em colônias britânicas. O segundo ponto se relaciona à industrialização britânica em finais do século XVIII e início do XIX. Em função da necessidade de providenciar um mercado para sua produção, especialmente aqueles feitos de algodão, a China, e seu grande contingente populacional, despontavam como um enorme mercado consumidor a ser explorado (1977, p. 103). Porém, o projeto tocado, num primeiro momento, pelos britânicos, mas que depois foi acompanhado por produtores de França, Estados Unidos e Alemanha, de difundir sua produção dentre a população chinesa não teria sido tão bem sucedido. Ainda que o consumo de gêneros ocidentais não fosse pequeno e tivesse apresentado um grande aumento ao longo do século XIX, eles não foram capazes de superar a indústria de manufaturas chinesas como principais supridores de itens básicos para os chineses (p. 104).

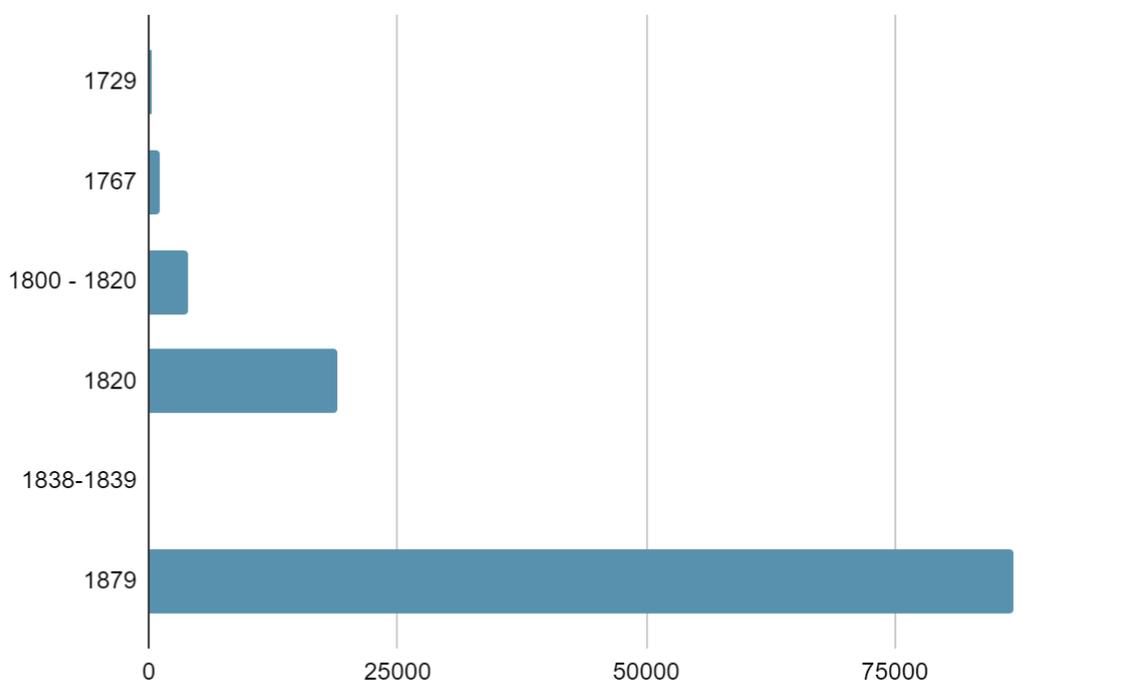
Considerando a posição de auto suficiência dos chineses em relação dos itens comercializados pelos europeus, um dos elementos que agregava relevância para esta relação, para além do seu caráter estratégico era o fornecimento de prata por parte dos europeus, como

forma de financiar suas importações. A prata não era produzida extensivamente pela China e as moedas de cobre constituíram a principal moeda na China por mais de mil anos (até o século XVIII, pelo menos). A dinastia Ming, por exemplo, buscou prover alternativas à prata devido às poucas minas existentes, mas sem muito sucesso. E mesmo a prata e as moedas de prata que entraram em território chinês por ocasião do comércio com japoneses, portugueses e espanhóis não supria toda a necessidade de um país com as proporções da China (pp. 14-5). Joan Sokolovski, por exemplo, entende que já seria possível falar em crescente integração do processo produtivo chinês ao sistema-mundo já no século XVI. Sendo uma região com um longo histórico de trocas comerciais de longa distância que já logo cedo alcançava a Europa e que envolvia itens como chá, seda e porcelana, viu na prata um grande incentivo ao desenvolvimento destas relações. Destacando a posição de McDonald (1979, p. 531), a autora aponta o papel dos fluxos de prata advinda de zonas coloniais, como o México, na monetização dos impostos sobre o trabalho dentro da China e a recessão causada nas localidades mais afetadas pelo declínio do comércio exterior durante o século XVII. Por outro lado, quando da explosão demográfica ocorrida no século XVIII⁵, a prata que entrava de forma já abundante na China favorecia o subsídio ao crescente preço dos grãos, que havia triplicado no século XVIII. Em relação à Companhia das Índias Orientais, o cenário não era muito diferente. Até pelo menos a primeira metade do século XVIII, a prata compunha 90% do estoque dos envios para a China.

A entrada de ópio advindo da Índia na China tem efeito direto sobre os número de entrada e saída de prata no país. Por volta de 1729, a importação de ópio girava em torno de apenas 200 cestos por ano. Este número passou para 1000 cestos em 1767, 4.000 cestos entre 1800 e 1820, alcançando o pico de 87.000 em 1879, quando a China começou a adotar o modelo de substituição das importações. A relação direta entre as duas commodities está no fato de que a partir de meados de 1820 a saída de prata da China começa a efetivamente superar a entrada, muito possivelmente, como destaca Francis Moulder, pela primeira vez na história moderna (p. 102). O aumento crescente no fluxo de ópio para a China fica melhor representado na tabela abaixo (Gráfico 1).

Gráfico 2. Volume de Importação de Ópio, em número de cestos

⁵ De acordo com Jones e Kuhn, a população teria mais do que dobrado neste período, alcançando 300 milhões (1978, p. 109)



(Extraído de Moulder, 1977, p. 102)

O que se percebe é que a relevância do comércio para a China desde tempos mais remotos é maior do que se costuma considerar e que os impactos desta atividade sobre a economia e as estruturas sociais chinesas permitem identificar fases anteriores de incorporação a um sistema-mundo em relação ao processo decorrente da Primeira Guerra do Ópio que culminou com a integração chinesa ao sistema-mundo moderno capitalista. Apesar da posição de controle que o império chinês ocupava em relação às trocas comerciais com os estrangeiros, as exportações constantes e cada vez maiores de itens como seda, chá e algodão levaram já em 1830 aos produtores em Nanjing, Fukien e Cantão - respectivamente - a aumentarem a sua dependência das vendas ao mercado externo (So, 1984, p. 97). Citando estimativas de Kuo, Alvin So aponta que cerca de 50.000 tecelões de algodão e 17.000 tecelões de seda, em Cantão, além de 100.000 trabalhadores ligados ao transporte em diversas regiões passaram a fazer parte de categorias profissionais das quais a sua sobrevivência agora dependia das relações com estrangeiros. So entende que estas já configurariam conexões com o sistema-mundo capitalista e que podiam também ser identificadas em *market towns* e diversas províncias. Ainda de acordo com o autor, em 1830, o município de Shun-te (ou Shunde), localizado em Cantão, teria começado a adotar a sericultura numa escala ascendente. Atraída pelos preços crescentes da seda para exportação, algumas províncias começaram a se especializar na produção de seda, num movimento que fez com que esta localidade se tornasse o futuro centro da indústria de seda do Sul da China (idem).

Porém, apesar do aumento exponencial da produção para o mercado externo de itens como a soja e seus derivados, o cultivo de outros itens, como os grãos, permaneceu bastante atrelado à subsistência. Murphy lembra que, na prática, os ocidentais nunca penetraram efetivamente o interior da China imperial. Com isso, a propriedade da terra, as relações sociais e os recursos tecnológicos empregados permaneceram relativamente inalterados até 1949 (Murphy, 1974 Apud Sokolovsky, 1985, p. 44). E, ainda que tenha havido introdução de novas tecnologias e técnicas mais modernas, principalmente no caso dos gêneros mais voltados para os mercados internacionais, a agricultura chinesa permaneceu largamente tradicional. A exceção neste caso foi a produção agrícola no nordeste da China, onde o controle exercido pelos japoneses sobre as estruturas produtivas levou a um aumento no número de propriedades de grande porte com aplicação de tecnologia estrangeiras. Este processo de convivência entre estruturas tradicionais e modernizadas seria possível, de acordo com Joan Sokolovsky, porque a penetração capitalista é um processo progressivo e capaz de conviver com uma estrutura agrícola tradicional, que acaba por funcionar, em muitos casos, como uma reserva de mão de obra quando a economia entra numa fase de contração.

Fica claro que o processo de incorporação chinesa está longe de se configurar como um fenômeno unânime e muito menos uniforme. Um processo de incorporação não é homogêneo nem entre regiões ou mesmo afeta ou produz respostas iguais em dois Estados incorporados, ou mesmo dentro de um mesmo Estado. As consequências que desencadeia no nível estatal podem ser bastante diferentes daquelas percebidas no nível local (So, 1984, p. 112). Para Sokolovsky, a complexidade deste movimento está na dificuldade de determinar a unidade de análise dita incorporada. Em grandes entidades como o império chinês, as diferentes localidades podem ser integradas ao sistema em condições e contextos distintos, dado que cada processo de destruição da economia local e das suas condições políticas segue um curso próprio (1985, p. 54). Com isso, temos que a inserção forçada do capitalismo a partir da incorporação chinesa produziram, já no final do século XIX, a coexistência de diversas práticas econômicas e culturais que estabeleciam cenários desiguais não apenas entre a China e o mundo exterior, mas dentre regiões da própria China (Karl). Num país onde coexistiam identidades tão diversas, os desequilíbrios plantados podiam ser identificados entre regiões costeiras e interior ou mesmo dentro da mesma localidade. Para além do contraponto entre o urbano e o rural, percebia-se o conflito entre empreendimentos, práticas e costumes ocidentais e seus antônimos chineses, aos quais cabiam os espaços que não estavam ocupados pelos estrangeiros.

A incorporação chinesa não se constituiu por um fenômeno cronologicamente bem marcado. Os elementos que indicam interações sistêmicas com impactos em suas estruturas

sociais, econômicas, políticas e culturais são identificadas ao longo de diversos séculos de história e dialogam com a noção de que existiram diversas redes de interação estabeleceram mecanismos de integração à variados sistemas-mundo. As consequências desse movimento devem ser analisadas individualmente em função das diferentes formas de conexão que cada agente estrangeiro estabeleceu com a região que ocupou. Desta noção nasce a proposta deste trabalho em considerar os aspectos particulares da dominação perpetrada nas duas das mais pujantes regiões chinesas à época.

Capítulo 2

2.1 O Histórico das Relações entre China e Potências Estrangeiras

As relações entre chineses e as potências estrangeiras que viriam a ocupar o país datam de séculos antes dos eventos que desencadearam a primeira Guerra do Ópio. O século XV é marcado por um intenso processo expansionista além mar, com efeitos sobre todo o mundo e que aliava necessidades estratégicas, motivação religiosa e busca por riqueza e por aventura (Gelber, 2007, p. 92). O advento de novas tecnologias, além de instrumentos e meios de navegação mais modernos tornou os navegadores mais preparados para avançar em direção a territórios cada vez mais distantes e enfrentar as ameaças que surgissem. Além de recrutar nacionais de outros países, como os árabes, a fim de utilizar o conhecimento técnico que dispunham, movimentos como o de Portugal, que se uniu a Castela no envio das suas frotas, favoreceram a primazia destas duas regiões (p. 93).

Os primeiros contatos com os portugueses, por exemplo, ocorreram já por volta dos anos 1500, com o seu estabelecimento em Malaca, em 1511 (onde havia muitos chineses, especialmente da região de Fukien). Durante a conquista de Malaca, seu imperador solicitou apoio aos chineses, em função das relações de vassalagem existentes, mas sem sucesso. Esta foi a porta de entrada dos portugueses para a região, que iniciaram as relações comerciais com mercadores chineses. Tais conquistas deram base para o estabelecimento de um império português a leste, que constituiria a primeira rede de comércio global da era das navegações europeias e originaram o esforço, por parte de Portugal, para intensificar os laços comerciais, promovendo a abertura de postos de troca entre os dois países (Panikkar, 1959, p. 67). A visita de Jorge Mascarehas ao porto de Chuang Chow, em 1517 constituiu uma de muitas que se sucederam neste período, especialmente à região sudeste da China, dado a noção do quão lucrativo era o comércio na região. No entanto, os chineses viam esses novos visitantes como “Bárbaros do Mar do Sul” (Gelber, 2007, p. 97) e este sentimento de desconfiança fez com que as relações se limitassem ao âmbito comercial.

O primeiro contato dos portugueses com Macau (originalmente conhecida como Amaku) ocorreu em 1513, quando a primeira embarcação, já movida por uma combinação de evangelização e comércio, alcança o rio *Pearl*, próximo do que hoje é Macau (p. 94). Posteriormente, com a chegada de mais estrangeiros, devido ao seu comportamento controverso, esta localidade foi designada como o porto onde deveriam concentrar suas atividades comerciais (Panikkar, 1959, p. 58). A permissão para efetivamente viver ali se deu

em 1535, com o pagamento de aluguel e impostos, além de taxas alfandegárias sobre navios e *commodities*, sem que isso afetasse a soberania chinesa. Apesar de não ter recebido a cessão do território para si, em 1557 os portugueses deliberadamente indicaram oficiais para governar a área, numa condição próxima de uma colônia. Eles se comprometeram a, em troca dessa permissão de estabelecimento em Macau, manter os piratas longe dali (Gelber, 2007, p. 97). Este gesto não gerou reação da dinastia Ming, que, ao contrário, optou pela construção de um muro ao longo do estreito istmo de Macau, guardado por soldados, que visavam, ao mesmo tempo, evitar o sequestro de trabalhadores chineses e vigiar os portugueses, limitando a sua expansão - uma política implicou num reconhecimento tácito da ocupação portuguesa (Hsü, 1970, p. 124). O objetivo geral do reino português era se expandir ao máximo possível, aumentando a sua zona de influência e acumulando cada vez mais lucros advindos do comércio. Em 1570 tiveram os primeiros contatos com os indianos e, em 1592, chegaram ao Japão (Gelber, 2007, p. 98). Os contatos estabelecidos pelos europeus, abriram as portas para a entrada dos jesuítas, cuja presença na China será melhor abordada ainda neste capítulo.

As relações que se estabeleceram com os espanhóis também são dignas de nota, especialmente considerando o impacto, em momentos posteriores, de elementos que compunham esse contato. Em primeiro lugar, porque os primeiros a visitarem o país foram dois padres, Martin de Herrada e Geronimo Marin (Panikkar, 1959, p. 59). Como será abordado melhor mais pra frente, a instalação de missionários não ocorreu sem embates entre os imperadores chineses e a autoridade papal, dado que a submissão ao imperador e aos ritos de deferência chocavam-se frontalmente com a postura que a autoridade religiosa defendia para aquela ocasião. Por outro lado, quando do início do século de humilhação, tratados assinados entre França e China abriram caminho para a instalação de missionários, que agora se encontravam numa posição diferente na relação com o imperador.

Outro ponto relevante do contato com os espanhóis decorre do fato que a conexão entre as duas regiões se fazia via América Central. Consequentemente, “A prata das minas Americanas continuaram a ser trocadas a partir de Callao e Acapulco por têxteis Asiáticos de algodão e seda, por pimentas e porcelanas, roubando o tesouro das majestades católicas.”⁶ A prata era a principal *commodity* naquele período e o desejo chinês por ela influenciou a economia global. Na segunda metade do século XVI e no século XVII, a China importava pelo

⁶ “The silver of American mines continued to be bartered from Callao and Acapulco for Asiatic textiles of cotton and silk, for spices and porcelain, cheating the treasury of their Catholic majesties.” (Hudson, p. 241 apud Panikkar, p. 59).

menos cinquenta toneladas de prata ao ano, dos quais uma parte era originária do Japão e outra parte do Peru e do México (Glahn, 2016, p. 308). No século XVII, o volume de importação de prata sobe para 115 toneladas anuais (Shuie; Keller, 2020, p. 7). Quando os espanhóis chegaram às Filipinas, mercadores chineses já atuavam ali há muito tempo. Questões iniciais envolvendo conflitos por causa de navios piratas, acabaram por aproximar as partes dado que os espanhóis tinham sido fundamentais para repelir ataques de piratas que o comandante da frota de Fukien tentava combater. Este fato atuou como catalisador para o florescimento das relações comerciais entre os dois povos. A autorização para se estabelecerem ao longo da costa de Fukien e Chekiang, propiciou a formação de um comércio triangular entre Espanha, México e o entreposto espanhol em Manila, por um lado, e, do outro, alguns portos chineses, como Amoy e Fuzhou (ou Foochow) (Gelber, 2007, p. 97). Este comércio implicou num grande influxo de ouro e moeda mexicana aos portos chineses, um movimento que se repetiu em relação às trocas entre ingleses e chineses e que terá grande impacto na história da China. Isto porque a balança comercial entre China e Inglaterra era bastante desfavorável para o lado desta, devido ao enorme volume de prata enviada aos chineses como pagamento pelas importações de seda, porcelana e chá, o que se tornaria um dos principais pontos de atrito entre as partes. A necessidade de reverter este cenário foi a motivação para o projeto britânico de reestruturar as suas relações comerciais com a China, através da inundação da sociedade chinesa com o ópio produzido na Índia.

Podendo ser descritos como os principais responsáveis pelo processo de subjugação e incorporação completa chinesa a uma arquitetura de sistema-mundo, os primeiros contatos dos ingleses com a Ásia se dão em 1591, quando alcançam Ceylon, Malaca e Sumatra. Com objetivo de explorar o comércio com a Índia, mercadores ingleses solicitaram à rainha a criação de uma companhia que organizasse o comércio com o leste, a qual responde, em 1600, com uma autorização ao governador e aos mercadores de Londres de se expandirem - no que seria o embrião da Companhia das Índias Britânicas Orientais (Hsü, 1970, p. 128). Neste período, os holandeses também buscavam se consolidar na região, levando à assinatura de um acordo, em 1619, entre as Companhias das Índias Ocidentais e Orientais, o qual estabeleceu a ocupação de uma ilha que se localizava fora da costa chinesa e forçou os navios chineses a realizar comércio apenas com eles (Panikkar, 1959, p. 62). Questões domésticas paralisaram os esforços de aproximação dos ingleses, cujas atividades foram retomadas apenas em 1664, quando voltaram sua atenção ao norte de Cantão. A reaproximação lhes conferiu o direito de acessar os portos de Amoy e Taiwan, enquanto vendiam munição ao império. Em 1685, a partir de um mandato imperial que reabria o comércio marítimo após a revolta que se deu em Taiwan,

quatro portos foram abertos às trocas comerciais, Cantão, Chang-chou (em Fukien), Ningpo e Yün-t'ai-shan (em Kiangsu). O seu fácil acesso ao sudeste asiático fez de Cantão o mais próspero, inclusive levando ao estabelecimento de uma fábrica inglesa em 1699 (Hsü, 1970, p. 129).

Com o crescimento expressivo do seu poder e dos seus recursos na Índia, os ingleses passaram a acumular uma parcela considerável do comércio com a China. O principal produto negociado era o chá, que, mesmo tendo outros compradores europeus, não alcançava o volume adquirido pelos ingleses. As trocas e a presença britânica foram aumentando ao longo dos anos tanto no país quanto em outras regiões do mundo, tendo como um dos principais vetores o incremento na relevância da Companhia das Índias Orientais, que agora ascendia rapidamente de “pequenas operações para uma posição de significância global na medida em que atraía volumosos investimentos e começava a conquistar territórios no subcontinente indiano”⁷. A vitória contra Napoleão e a primazia na revolução industrial, permitiu aos ingleses prosseguir com a busca por uma posição de predominância política, econômica e naval, numa proporção até então inédita. Expedições como a do Lord George Macartney pretendiam conquistar melhores e menos rígidas condições de comércio, que permitissem ampliar a presença britânica na região. No entanto, o fato do comércio não ser a principal atividade econômica para os chineses e o governo imperial estar sensivelmente preocupado com o crescente número de estrangeiros em seu território contribuíram para uma negativa às reivindicações inglesas, argumentando que não precisavam de nenhum dos artigos estrangeiros que estavam sendo oferecidos⁸.

Nas palavras de Immanuel Hsü, “ao mesmo tempo em que os europeus ocidentais alcançavam a China por rota marítima, os russos marchavam em direção a ela através da Sibéria”⁹. Ao contrário dos europeus ocidentais, que tiveram pouca influência sobre a China nos dois primeiros séculos da dinastia Qing, desde cedo os russos constituíram uma ameaça e faziam parte do planejamento estratégico de imperadores (1970, p. 143). O movimento em direção a região mais a leste se inicia já 1300 em função das interações com os Mongois, que,

⁷ The British East India Company, founded in 1600 and granted a monopoly of East Indian trade by the British government, was now rising rapidly from a small operation to a position of global significance as it attracted sizable new investments and started to conquer territories in the subcontinent of India. (Spence, 2013, p. 118)

⁸ As Qianlong wrote, “We have never valued ingenious articles, nor do we have the slightest need of your country’s manufactures. Therefore, O king, as regards your request to send someone to remain at the capital, while it is not in harmony with the regulations of the Celestial Empire we also feel very much that it is of no advantage to your country.” (Spence, 2013, p. 121)

⁹ At about the same time the western Europeans were reaching China via the sea route, the Russians were marching toward her across Siberia. (Hsü, 1970, p. 143).

nesse período, formavam um império em lento declínio. O seu controle sobre partes do território que viria a, posteriormente, compor a Rússia não tinha como objetivo a sua colonização ou o estabelecimento de um regime político (apenas no recebimento dos impostos coletados pelos príncipes) - o que abriu caminho para a formalização de um acordo que dava a Ivan I (grão-príncipe de Moscou de 1328-1340 e também grão príncipe de Vladimir de 1331-1340), o direito ao monopólio da coleta destes impostos de maneira unificada (Gelber, 2007, p. 125). A interação com os Mongois seria a responsável por apresentar aos russos os produtos chineses, desencadeando, em conjunto com os relatos feitos pelos jesuítas, um desejo por avançar com as relações com a China. Apesar disso, o que se nota é que as relações entre russos e chineses tiveram, desde o início, um caráter de disputa fronteiriça que era distinto do tipo de interação desenvolvida com os europeus. O avanço dos russos coincidiu com a ascensão dos Manchus, que estavam preocupados com a ameaça que significavam para as fronteiras chinesas e a manutenção da dinastia. (Hsü, 1970, p. 145).

As tensões permaneceram por quase um século, com avanços e retrocessos dos dois lados. Em fins do século XVII, após debelar a Revolta dos Três Feudatários (1681)¹⁰ e suprimir a rebelião do movimento que buscava o retorno dos Ming (1683)¹¹, Kangxi voltou-se à questão dos russos. O conflito se arrastou até 1687, com inúmeros embates e avanços de cada lado. Neste ano, após uma batalha em que restaram apenas 66 cossacos e que mais um ataque permitiria aos chineses a conquista de Albazin (cidade russa a norte do rio Amur), Kangxi decidiu suspender o cerco. O tzar havia enviado dois emissários a Beijing para pôr fim às divergências entre os dois países e Kangxi resolveu mostrar deferência a este gesto, pois também tinha como objetivo cultivar amizade com os russos. Além disso, precisava de uma pausa após acumular inúmeros conflitos internos e externos nos últimos anos.

Firmou-se então, em 1689, o tratado de Nerchinsk¹², o primeiro tratado firmado com um país estrangeiro e que teve uma relevante colaboração de dois padres jesuítas, Tomás

¹⁰ Causada por nobres das regiões de Yunnan, Guangdong e Fujian que se recusaram a seguir as ordens do governo central, durou de 1673 a 1681 e foi a maior revolta durante a dinastia Qing antes da Revolta de Taiping. (Medeiros, 2018, p. 73)

¹¹ Em 1661, Zheng Chenggong (1624-62) (conhecido também como Koxinga), um líder militar leal à dinastia Ming, estabeleceu em Taiwan, após tomar a região dos holandeses, um reino conhecido como Reino de Tungning (1661-83) que constituiu um movimento de resistência à instalação da dinastia Qing.

¹² Redigido em cinco idiomas, chinês, russo, manchu, mongol e latim - sendo este o idioma oficial do texto, contava com seis artigos que estabeleciam, dentre outros itens, os limites da fronteira Sibéria - Manchúria ao longo de Argun, que seguiria pelo rio Amur até a boca de Kerbechi e ao longo das montanhas Outer Hsing-an até o mar e liberdade de trânsito aos sujeitos dos dois países que tivessem por objetivo realizar comércio (Hsü, 1970, p. 151). Manteve a paz entre os países até 1850, quando uma série de novos tratados redefiniram as relações entre as partes, resultando em ganhos territoriais à Rússia e forçando os Qing a reconhecerem a influência russa na Manchúria (Shao, 2011, p. 45)..

Pereira e Jean-François Gerbillon, responsáveis pela tradução dos textos chineses para o latim, e com uma importante participação no sentido de auxiliar a formulação das estratégias chinesas de negociação (Yuhang, 2022, p. 16), a fim de desembaraçar as negociações e evitar que retomassem os enfrentamentos. Dado o objeto geral dessa pesquisa, a menção a este tratado se faz ainda mais significativa quando consideramos que, neste momento, China e Rússia estavam em condições de igualdade e, de modo geral, ambas as partes saíram satisfeitas (Hsü, 1970, p. 152). A posição ocupada pela China na região e o seu poderio militar relativo ainda lhe conferia capacidade de negociar acordos em que seus interesses e seus objetivos estratégicos devessem ser considerados necessariamente. As condições pactuadas somente foram revistas em 1858 e 1860, com a assinatura dos tratados de Aigun e Beijing, respectivamente, quando uma China enfraquecida foi obrigada a fazer concessões aos russos em condições mais desfavoráveis a si e que ditaram as novas fronteiras entre os dois países e em relação à Mongólia.

A chegada dos mercadores e exploradores à China foi acompanhada pela entrada de outros grupos, tais como os missionários. Não significou, no entanto, a sua primeira incursão a terras chinesas - os primeiros registros da sua presença datam da dinastia Tang através dos cristãos nestorianos¹³. Em verdade, os chineses eram bastante relaxados no que diz respeito à existência e convivência com outras denominações religiosas - que exigiam apenas respeito e atenção aos seus próprios ritos (Gelber, 2007, p. 101). O fim do império Mongol levou, porém, a um declínio do catolicismo na China, que somente foi revertido a partir da descoberta de uma nova rota para o leste. Este momento foi visto pelos membros da Igreja Católica como a oportunidade de voltar a espalhar as suas crenças, após o enfraquecimento causado pela Reforma Protestante. Desta vez, a proposta de alguns destes grupos não foi impor a fé cristã e forçar os locais a se converter, mas adentrar silenciosamente o país e influenciá-los por dentro (Hsü, 1970, p. 130). Mesmo porque compreendiam que, para os chineses, a conexão com os céus era estabelecida através do imperador - então não caberia tentar medir forças com ele. Tratou-se de uma política de “acomodação”, em que os jesuítas aceitaram o confucionismo, enquanto atacaram apenas o budismo e o neo-confucionismo e declararam a reverência dos

¹³ “A ideia da distinção entre as duas naturezas de Cristo, que é o ponto de partida da heresia diofisita, ou nestoriana, nasceu em Antioquia com Diodoro de Tarso e Teodoro de Mopsuestia, ficando durante algum tempo restrita aos meios eruditos. Foi com Nestório, Patriarca de Constantinopla (428-431), que ela ganhou notoriedade. Este defendeu com ardor a proposição segundo a qual as naturezas divina e humana estavam separadas em Cristo, e que a Virgem Maria não deveria ser considerada mãe de Deus (Theotokos), e sim Christokos, porque ela gerou um homem – Jesus – a quem o verbo de Deus veio a estar temporariamente unido.” (Simões, 2009)

seus cristãos convertidos aos seus ancestrais como um “rito civil” que era perfeitamente compatível com a fé cristã (Fairbank; Goldman, 2006, p. 151).

Dois dos mais famosos missionários que se instalaram em solo chinês foram Matteo Ricci e Adam Schall von Bell. Ricci foi enviado a Macau em 1582, logo após se juntar à ordem dos jesuítas. Em 1583, entrou na China, se instalando próximo a Cantão. Conseguiu permissão para permanecer no país em 1601, onde permaneceu até 1610. Já Adam Schall chegou em Macau em 1619, mas foi barrado de entrar na China devido à disseminação de um sentimento anti-estrangeiro e por causa de um decreto que proibia professores estrangeiros. Seu bilhete para Beijing veio por causa do apoio dos jesuítas aos portugueses na derrota de um ataque a Macau feito por holandeses. Após ter notícia do ocorrido, o imperador convocou o mesmo grupo de portugueses e jesuítas para ajudar a repelir os Tartares (Manchus) ao norte, o que abriu espaço para Adam Schall viajar a Beijing (Gelber, 2007, pp. 103-4).

Mesmo com a queda da dinastia Ming, os jesuítas souberam alimentar sua presença no império chinês sob a égide dos Qing. A estratégia adotada desde o início de evitar o conflito com aspectos sensíveis aos chineses, não ensinando ou propondo nada que afetasse os costumes chineses favoreceu não apenas sua permanência no país, como a manutenção de um bom relacionamento com as autoridades. Aceitavam os termos chineses adotados para expressar ideias cristãs, relacionavam conceitos morais confucianos com ensinamentos cristãos, evitavam interferir em ritos locais e individuais para honrar Confúcio e os ancestrais, além de aceitar que os seus convertidos performassem o kowtow (ritual que envolvia ajoelhar e encostar a testa no chão três vezes, em sinal de respeito e deferência) como forma de demonstrar obediência civil. Dessa forma, adotavam uma acomodação cultural, enquanto rejeitavam a filosofia de “europeização” que prevalecia dentre outras ordens religiosas. Essa oposição entre tais ordens (principalmente franciscanos e dominicanos) que se viam como portadoras de uma ordem superior (e que se instalaram posteriormente) e os jesuítas não se deu sem conflito. Tendo sido ofuscados pelo sucesso dos jesuítas, franciscanos e dominicanos não conseguiram desenvolver a mesma relação com o povo e seus governantes por não aceitarem aderir às mesmas concessões políticas, sociais e, principalmente, culturais (Hsü, 1970, p. 135). Ainda assim, é preciso não superestimar o impacto desses grupos na sociedade chinesa. Por mais que seja relevante a influência sob o desenvolvimento de estudiosos do reinado Qing, especialmente nas técnicas de aprendizado e na metodologia de pesquisa científica, o impacto em geral foi relativamente pequeno. Ao fim, pode-se dizer que eles nunca penetraram para além da superfície (p. 142).

Como lembra Sílvia Simões, “o Ocidente é muito mais tributário da cultura oriental do que costumamos supor” (2009). Entre finais da dinastia Ming e meados do governo Qing, um total de cerca de 500 jesuítas foram à China, dos quais pode-se destacar 80 que tiveram um papel substancial nas trocas culturais e na apresentação aos chineses dos métodos ocidentais para disciplinas como cartografia, matemática, astronomia, álgebra, geometria, geografia, arte, arquitetura e música. Os missionários foram responsáveis por levar para a Europa conhecimentos técnicos e aspectos culturais chineses (Hsü, 1970, p. 139), que variavam desde a sua visão racional de mundo - que separava governo de igreja e foi recebida por Voltaire, Holbach e Diderot, passando pela influência sobre o movimento rococó, até a imitação da porcelana chinesa pelos italianos (pp. 141-142). Neste período também se identificam em Beijing um grande número de padres europeus que foram empregados nas mais diversas atividades. Apesar de estarem lá na sua condição de missionários, o que os levou para perto do imperador foi o conhecimento científico que tinham condição de apresentar e que despertava curiosidade no imperador Kangxi¹⁴ (Panikkar, 1959, p. 61).

2.2 A relação da China com o Comércio Exterior

O fato das relações entre europeus e russos com os chineses serem em grande medida contemporâneas das últimas duas dinastias, Ming e Qing, não altera o cenário em que as fronteiras chinesas sempre foram porosas ao contato com comerciantes estrangeiros, fosse por mar ou por terra. Os primeiros movimentos no sentido de incentivar um comércio marítimo de longa distância iniciaram-se por volta do século X (dadas as relações que estavam sendo estabelecidas com povos como Arábia, Índia, Japão¹⁵ e a península coreana) e, entre 900 e 1300, aproximadamente, identificou-se um aumento no comércio marítimo, motivado pelas políticas “para fora” das dinastias Song e Yuan e baseado nas trocas de especiarias, tais como temperos e pimentas, por cerâmicas e metais advindos da China em direção ao sudeste asiático. Neste período, os mongóis também vendiam cavalos e peles aos chineses em troca de chá, tecidos, seda e grãos (Keller; Shuie, 2020, p. 5). Ainda assim, a influência da filosofia

¹⁴ *Xuanye* governou a China entre 1654 e 1722 sob o nome de *Kangxi* (ou *Kang Hsi*), que representa o nome do seu reinado. É considerado um dos mais importantes imperadores chineses, tendo sido responsável por suprimir a revolta dos Três Feudos, submeter o reino de Tungning em Taiwan a se submeter aos seus desígnios e por conseguir limitar a expansão russa a noroeste à região do rio Amur, ao mesmo tempo em que garantia a presença chinesa na região. Sua regência constituiu o auge do florescimento da cultura chinesa, dado seu largo interesse e financiamento de mecenas.

¹⁵ Devido a sua relevância particular para este trabalho, a contextualização das relações entre China e Japão será apresentada em capítulo posterior.

confuciana¹⁶ marcava uma sociedade que percebia a agricultura como a atividade mais valorosa e que subordinava as interações comerciais à égide do Estado. Dessa forma, por considerar o comércio uma atividade inferior em relação à agricultura, o Estado chinês resguardava para si a prerrogativa de liberá-lo ou restringi-lo conforme lhe fosse conveniente. Para um império com as proporções da China, as trocas internas, com fins de abastecimento dos seus rincões mais remotos, compunham as relações comerciais consideradas efetivamente relevantes. Nesse sentido, este tipo de atividade era fiscalizada mais de perto, a fim de evitar que fossem formados monopólios (com exceção do sal e do chá, cuja comercialização somente poderia ser realizada por mercadores licenciados pelo império) e manipulações de preços que implicassem em desabastecimento e cobranças abusivas, além de garantir uma fonte de receita para os cofres públicos (Lufrano, 1997, pp. 28-30).

A relação da China com os povos estrangeiros, fosse do seu entorno, fosse de regiões mais distantes, é marcada por projetos políticos que alternavam momentos de continuidade e ruptura, influenciados por elementos conjunturais e estruturais - tais como o objetivos econômicos, projetos políticos e filosofias como o confucionismo. Neste sentido, um dos seus componentes mais marcantes foi a instituição de um sistema tributário, que pautava o padrão de vários dos contatos estabelecidos. Este sistema pode ser conceituado como uma estrutura internacional, composta por relações sociais complexas entre Estados constituintes e participantes, além de um conjunto particular de instituições que auxiliavam na definição de normas e comportamentos aceitáveis (Yongjin; Buzan, 2012, pp. 8-9). A relação entre chineses e não chineses se estruturava em bases importantes como a soberania desigual. Por este princípio, participantes e aspirantes a participar da *Pax Sinica* permaneciam entidades soberanas, na medida em que mantinham sua autonomia e independência na condução dos seus assuntos domésticos e externos (p. 15). Mais do que um suserano, o papel desempenhado pelo imperador chinês seria de um poder hegemônico, cuja autoridade tinha um caráter tanto moral, quanto material (p. 27). É importante não tomar a posição hegemônica chinesa a priori e compreender que ela não existe fora do seu reconhecimento social e aceitação pelos demais Estados e constitui uma instituição indispensável na condução do sistema tributário (pp. 8-9). A sua condição de potência dominante também se justificaria pelo fato de, na visão de Gao

¹⁶ Uma lógica confucionista mais ortodoxa classificava a estrutura social pela sua ordem de importância, onde os estudiosos ocupavam a primeira posição, seguidos dos camponeses, artesãos e, por fim, os mercadores - mascarando uma estrutura social mais complexa que havia por trás. Com o aumento do peso relações comerciais na economia, já desde o final das dinastias Tang-Song e especialmente ao fim do período imperial, completou-se a mudança na forma como a maior parte da sociedade enxergava a atividade comercial e os mercadores foram gradualmente ocupando um posto de maior respeito aos olhos da maior parte dos chineses (Lufrano, 1997, p. 34-5).

Cheng e Shang Huipeng, ser o único Estado capaz de fornecer bens públicos para a região. As relações tributárias seriam um dos mecanismos capazes de promover a difusão do seu sistema de escrita, pelo confucionismo, por suas leis, sua religião e suas técnicas produtivas. Além disso, a China assumia a responsabilidade pela segurança de povos estratégicos com quem tinha relações estreitas - como quando das tentativas japonesas de invadir a Coreia, em 1592 e 1597 (Tian; Mendes, 2021, p. 96).

Necessário ter em mente que, em paralelo à função diplomática, as missões tributárias carregavam consigo um componente comercial não irrelevante, na medida em que tais viagens incluíam mercadores que poderiam ser indivíduos atuando de forma privada ou como agentes do imperador - os quais comumente acabavam por monopolizar o comércio. Regras bastante rígidas que regiam a circulação de produtos e pessoas, como aquelas que proibiam mercadores estrangeiros de transportar bens contrabandeados, passageiros chineses ou arroz e outros grãos além da necessidade do navio - ao mesmo tempo em que as exportações transportadas em embarcações tributárias estavam isentas de obrigações alfandegárias - davam esse caráter ao mesmo tempo comercial e diplomático (Fairbank, 1942, p. 138). A visão de John Fairbank permite reforçar a leitura de um papel mais relevante e presente do comércio na sociedade chinesa do que o que se costuma pensar. E, seguindo esta mesma linha, o avanço das expedições como as de Zheng He (1403-33)¹⁷ contribuíram para que comércio e relações tributárias caminhassem juntas.

Ainda sim não se pode negar que a dinastia Ming manteve relações conflituosas com o comércio, principalmente com o de longa distância. Quando o imperador Hongwu, que governou a China de 1368 a 1398, assumiu o poder, encontrou uma economia chinesa em ruínas, cenário que foi atribuído ao regime mongol¹⁸ que acabara de suceder, e assumiu o compromisso de eliminar quaisquer vestígios da influência mongol na economia e na sociedade. Isto implicava restaurar instituições e valores agrários que haviam sido consagrados pelo pensamento clássico confuciano e repudiar a economia de mercado que tanto havia se desenvolvido desde as dinastias Tang e Song (afetando o desenvolvimento de regiões como

¹⁷ Zheng He foi um jovem muçulmano originalmente chamado Ma, capturado durante a invasão Ming a Yun Nan e castrado para servir como eunuco. Ficou muito próximo de Yongle desde seus primeiros movimentos para ocupar o poder após a morte de seu pai e se tornou um dos nomes mais famosos das expedições expansionistas chinesas além mar (Wade, 2005). Estas expedições tiveram um importante papel no resgate da posição e do interesse dos mercadores chineses no comércio no mar do sul da China e na região do sudeste asiático. Foi sustentado no reflorescimento desta atividade que o comércio privado conseguiu prevalecer apesar do forte controle imposto pelo governo chinês (Cho, 2000, pp. 75-6).

¹⁸ A dinastia Yuan, que antecedeu os Ming, foi regida por uma linhagem de mongóis, fundada por Kublai Khan, neto de Genghis Khan.

Jiangnan, muito ligadas a atividade comercial) (Glahn, 2016, p. 285). Os mercadores privados foram proibidos de se engajarem no comércio de longa distância, exceto em situações específicas dentro do altamente regulado sistema tributário - um banimento que perduraria até o fim do século XVI (p. 287). Isto não impediu a realização de inúmeras expedições organizadas pelo império, quando o filho de Hongwu, Yongle, assumiu o poder (1402-1425). Este período é marcado pela invasão e ocupação do Vietnã, em 1407, pelos repetidos ataques aos mongóis e pelos envios de expedições por oficiais como as de Zheng He, que exploraram a costa da Arábia e da África, movidos mais por ambições imperiais que econômicas e que drenaram o tesouro público. Dado que o banimento do comércio marítimo dificultava a ampliação das exportações da crescente produção agrária e de manufaturas, explorar as relações tributárias emergiu como a saída para esta questão (Cho, 2000, pp. 75-6). Apesar das conquistas políticas e da melhoria dos termos de trocas comerciais para a China naquele período, as expedições foram encerradas em 1433, muito pela pressão exercida pelos oficiais confucionistas, que voltaram a ter capacidade de influência sobre os projetos imperiais. No entanto, a continuidade das atividades comerciais seguiu crescendo, especialmente a partir da segunda metade do século XVI, e o controle estatal acabou se tornando virtualmente impossível. O comércio de longa distância foi aos poucos revitalizado e o contato com os estrangeiros, legitimado. Dois fatores contribuíram para este movimento: a necessidade de expansão e de busca por novos mercados consumidores para gêneros de consumo e de luxo e o estabelecimento das relações comerciais com ocidentais, puxadas pelos primeiros contatos com os portugueses (já descritos no início deste capítulo). Somado a isso, a proliferação de mercados temporários em várias partes da China, para além do rio Yangtze e do Grande Canal, consideradas as duas principais artérias do comércio intrarregional, aumentaram a ramificação das vias de comércio e, por consequência, da relevância da atividade comercial. colaboraram para o aumento da demanda e da oferta dos mais diversos gêneros (Glahn, 2016, p. 297; Cho, 2000, pp. 75-6).

A dinastia que viria a ser conhecida como Qing foi formada pelos manchus, um povo originado das tribos Jürchen, habitantes das áreas hoje conhecidas como Heilongjiang e Jilin (Spence, 2013, p. 26) - províncias que formavam a região da Manchúria. Quando a dinastia manchu se iniciou, o território da China estava limitado à área sul da Grande Muralha e não incluía Sinkiang ou o Tibet (Panikkar, 1959, p. 61). A expansão territorial constituiu justamente uma das manifestações da vitalidade da dinastia Qing pela Ásia Interior, especialmente na Mongólia, Tibet e Turquestão Chinês. Nos 200 anos seguintes, sua autoridade se estendeu por

uma ampla área, desde as fronteiras da Coreia com o Camboja, do Pacífico ao Himalaia e ao Karakoram (Panikkar, 1959, p. 61).

A era Qing correspondeu ao auge da sua expansão territorial chinesa (mapa 1). Até aquele momento, regiões como Sinkiang e Tibet não faziam parte do território, que estava limitado à região sul da Grande Muralha. Durante sua administração, a autoridade chinesa se ampliou enormemente - das fronteiras do norte da Coreia ao Camboja, do Pacífico ao Himalaia e à Karakoram (região que liga a China ao Paquistão). A morte de Dalai Lama constituiu a janela de oportunidade perfeita para a invasão do Tibet. Foram despachados dois exércitos, dos quais um adentrou o território por Koko Nor e, o outro, pela província de Sichuan. No outono de 1720, os dois se encontraram em Lhasa, capital Tibetana, e um Dalai Lama leal aos chineses foi instituído líder (Spence, 2013, p. 68). Com o imperador Qianlong (1735 - 1796), os grupos nômades da Ásia central foram definitivamente derrotados. As tribos mongóis Zungar formavam o principal foco de resistência. Com sua derrota, em 1750, o território que hoje corresponde a República da Mongólia foi incorporado ao império. Para além das regiões mencionadas, foram anexadas parte da Sibéria, o Turquestão chinês, onde se localiza a província de Xinjiang, e a região do vale do Ili, no atual Cazaquistão. Taiwan, que havia sido foco de atenção para portugueses, espanhóis e holandeses, ainda reagiu antes de ser absorvida, através da Rebelião dos Três Feudatários, em que pretendiam a restauração da dinastia Ming (Medeiros, 2018, pp. 84 - 85).

A habilidade de alguns dos seus principais líderes foi responsável por limitar a expansão dos russos à região de Amur, configurando um momento de consolidação do império (Panikkar, 1959, p. 61). Os povos não Han habitantes das províncias de Hunan, Guangdong, Guangxi, Guizhou, Sichuan e Yunnan - localizadas na parte centro-sul da região, foram incorporados ao império. Durante o governo Ming, lhes havia sido concedida grande independência, o que foi revertido por Yongzheng, imperador Qing - que promoveu a expansão da fronteira agrícola, um movimento massivo de imigração e também a imposição de vários costumes, como a adoção da trança, que caracterizava o penteado típico Qing, e o sobrenome chinês, para aqueles que ainda não tivessem (Medeiros, 2018, p. 84).

Mapa 1. Expansão territorial chinesa durante a dinastia Qing



(Extraído de Rosenthal; Wong, 2011, p. 210)

Foram designadas estruturas estatais distintas para organizar aspectos específicos da relação com todos os povos que fossem não chineses, que eram conduzidas de forma a marcar a sua inferioridade, sua marginalidade e a primazia dos interesses do Estado chinês. Neste sentido, enquanto o Departamento de Assuntos Fronteiriços visava tratar das ameaças, cada vez mais crescentes, a noroeste e manter a paz; o Ministério dos Rituais supervisionava os povos não chineses da Coreia e das terras costeiras mais ao sul e que faziam fronteira com a China, além de países como Birmânia, Tailândia, Vietnã e as ilhas Ryukyu (Spence, 2013, p. 116). Por se tratarem de grupos que compartilhavam elementos culturais, religiosos e

burocráticos com os chineses, o foco da expansão da influência sobre eles recaiu nos costumes e no simbolismo, especialmente através das missões tributárias (Spence, 2013, p. 115).

Quando comparados aos Ming, os imperadores Qing adotaram uma postura mais relaxada em relação ao comércio exterior, impondo o banimento apenas para atacar questões políticas, como em 1662, como parte de uma campanha contra o governo de Zheng Chenggong em Taiwan (também conhecido como Reino de Tungning ou Reino de Formosa), que pretendia restaurar a dinastia Ming na China. Logo após a conquista de Taiwan, em 1683, o imperador Kangxi revogou a proibição, reabrindo os portos chineses aos estrangeiros e permitindo que chineses voltassem a se aventurar no além mar. O fim deste banimento favoreceu o florescimento do comércio também com os europeus, ainda que até inícios do século XVIII o foco das trocas chinesas ainda estivesse no sudeste asiático (Glahn, 2016, pp. 318-319).

Ao chegar à Ásia, os europeus se depararam com esse modelo. Mesmo não sendo formalmente incluídos no sistema, as missões dos ocidentais e russos foram tratadas como tributárias. Jesuítas, portugueses, holandeses, russos... todos tiveram que ceder e prestar o *kowtow*. Grosso modo, eram vistos como bárbaros sem cultura em busca de lucro e pilhagem, que agiam de forma violenta e descuidada. Sua presença na China era considerada um ato de benevolência do imperador, especialmente tendo em vista a relação controversa que assumiam em relação ao comércio (Hsü, 1970, pp. 129-130). Logo, eram figuras que causavam desconfiança e que levaram o governo chinês a controlar todos os aspectos da sua presença na China, incluindo qualquer mínimo detalhe referente ao pessoal e às mercadorias envolvidas (Spence, 2013, p. 117). Para os imperadores Qing, o sistema tributário deveria ser aplicado a todos os estrangeiros que pretendessem estabelecer relações com a China. E, de fato, durante os reinados de Kangxi, Yongzheng e Qianlong, ao mesmo tempo em que um grande número de povos asiáticos foram incluídos no sistema, enviados de Portugal, Holanda e Rússia em algum momento tiveram que ceder e prestar o *kowtow*, mesmo resistentes a isso. Mesmo não sendo formalmente considerados Estados tributários, suas missões eram tratadas pelos chineses com a mesma rigidez daquelas que eram oficialmente assim consideradas (Hsü, 1970, p. 177).

Ainda assim, a posição chinesa em relação aos comerciantes ocidentais privados era mais benevolente. Eram autorizados a se instalar em Macau e Cantão, medida que era vendida como um favor imperial para com aqueles homens que vinham de tão distante. Ao mesmo tempo, o aumento das exigências ocidentais (especialmente após o fim de um período mais intenso de guerras na Europa e nos EUA e com a Revolução Industrial ganhando força), tornou as relações entre as partes cada vez mais tensas. Os mercadores estrangeiros demandavam maior liberdade de comercialização e tratamento (inclusive jurídico) segundo suas próprias leis

européias. A isso o governo chinês apenas respondia que “Nós não pedimos que viessem, se vieram devem então aceitar as nossas regras” (p. 178). A permissão de realizar trocas comerciais não seria, assim, um direito; mas um privilégio concedido e que poderia ser retirado a qualquer momento (p. 186).

Apesar de já ser possível apontar uma intensificação do comércio com os europeus após 1683, o foco principal dos chineses ainda estava no sudeste asiático. As operações mais diretas com europeus ainda eram consideravelmente modestas por volta de 1700, mas foram se multiplicando ao longo do século XVIII (Glahn, p. 319). Isto se relaciona com o contexto de europeu de transformações políticas e econômicas no sentido de unificação de Estados como Itália e Alemanha, bem como a ascensão de Estados Unidos e Rússia (que desperta a atenção de ingleses e franceses), levando as grandes e emergentes potências a direcionar sua energia para Ásia e África, inclusive buscando formar ou consolidar concessões imperiais nestas regiões. Com isso, o mundo com que a China precisa lidar se torna cada vez mais complexo, intrusivo e insensível (Gelber, pp. 178 - 179). Este aumento quantitativo faz com que os chineses imponham procedimentos mais rígidos para a atuação estrangeira em seu território. Como basicamente as relações se estabeleciam entre mercadores privados e cidadãos chineses, não era necessário a adoção de um vínculo diplomático formal, logo, não era admitido o contato com oficiais do governo chinês. Quaisquer questões que viessem a surgir deveriam ser levadas aos superintendentes para assuntos alfandegários, conhecidos pelos ocidentais como *Hoppo*, membros do *Cohong* que eram apontados pelo imperador para, justamente, para dirimir questões ligadas à presença estrangeira. O *hoppo* reportava diretamente à corte e era responsável por garantir um fluxo contínuo e apropriado de rendimentos advindos das tarifas alfandegárias para a capital (Platt, 2018, p. 93). A respeito dos *Cohongs*¹⁹, tratavam-se de guildas monopolísticas organizadas por em torno de dez famílias ligadas ao comércio, conhecidas como mercadores Hong e que eram licenciadas pelo imperador para tal. Com isso, todo o comércio com os ocidentais passavam por eles: desde a liberação da sua carga, que deveria ser autorizada por eles antes de ser transportada rio adentro, até a administração dos espaços alugados para estadia, pois somente era permitida sua instalação em regiões pré determinadas e durante a temporada de comércio, de outubro à março (Spence, 2013, p. 119). Além disso, eram responsáveis por fiscalizar o comportamento dos estrangeiros pelos quais estavam responsáveis: assim, se um marinheiro embriagado se envolvesse numa briga com um

¹⁹ A palavra *cohong* advém do termo chinês *gonghang* que significa "companhia de mercadores combinados" (Spence, 2013, p. 118)

chinês, o mercador *hong* era responsabilizado. Por estes motivos, desenvolver uma boa relação pessoal com um membro de um *Cohong* era fundamental (Platt, 2018, p. 92).

O crescente comércio na região de Cantão atraía cada vez mais atenção e interesse, não mais apenas de europeus. A balança comercial, especialmente naquela região, inclinava-se, cada vez mais, em favor dos chineses porque sua necessidade de produtos estrangeiros era menor do que as importações por parte dos estrangeiros de itens como chá e porcelana (Hsü, 1970, p. 194). Quando o rei George III enviou George Macartney como emissário para renegociar o comércio entre as partes, Qianlong respondeu que não precisavam, nem tinham interesse nos produtos que estavam sendo oferecidos²⁰. Foi neste contexto que a venda de ópio, num comércio triangular com os indianos, surgiu como uma oportunidade de reverter a situação da balança comercial e aumentar os lucros dos ingleses. Mesmo com eventuais flutuações no número das vendas, no geral este comércio se mostrou bastante lucrativo, alcançando em torno de 1 milhão de compradores. Se adicionarmos o suprimento alcançado pela produção local, ainda que numa escala proporcionalmente menor, fica bastante visível o tamanho do problema que o ópio começou a representar para a sociedade chinesa.

Sob um clima de tensão crescente, um novo emissário foi nomeado. Henry Pottinger, em agosto de 1841, se dirigiu ao norte e capturou Xiamen e Ningbo. Com a chegada de reforços em 1842, foi lançada uma campanha com objetivo de forçar a capitulação das forças chinesas, através do bloqueio da navegação do Grande Canal e do baixo Yanzgi e que culmina na captura de Shanghai e Zhengjiang. Com isso, os Qing assumem a derrota em agosto de 1842 e assinam o Tratado de Nanquim ((2013, p. 156), iniciando o período que vai marcar a história chinesa e que ficou conhecido como Século de Humilhações. Este nome se deve ao fato de que inúmeros tratados foram impostos na sequência por diversas potências estrangeiras, determinando condições desfavoráveis e em grande medida humilhantes ao império chinês. Travestidos de acordos bilaterais, reduziam a capacidade de soberania do imperador, ao obrigá-lo a aceitar regras que, em outros momentos, não seriam nem de perto consideradas.

A Primeira Guerra do Ópio configura, assim, uma virada nas relações chinesas com o ocidente e seu entorno. As redes de interação que estabelecia principalmente com outros povos do sudeste asiático, mas que gradualmente passaram a incluir os ocidentais, até o século XIX eram ditadas pelas regras e pelos interesses chineses. Uma análise do histórico destas relações

²⁰ “We have never valued ingenious articles, nor do we have the slightest need of your country’s manufactures. Therefore, O king, as regards your request to send someone to remain at the capital, while it is not in harmony with the regulations of the Celestial Empire we also feel very much that it is of no advantage to your country.” (Spence, 2013, p. 121)

indica o quanto a China já era conectada a sistemas-mundo diversos e como essas relações eram relevantes para ela. A despeito do comércio não ser a atividade mais valorizada, as trocas com os estrangeiros ajudavam a reforçar estruturas internas e de poder, além de aumentar a captação de impostos e a acumulação de prata pelo Estado chinês. Mesmo existindo períodos em que o país fechava seus portos, o fato de eventualmente serem reabertos reitera a significativa relevância das trocas comerciais tanto para a economia, quanto para as relações sociais. A classe dos mercadores, que aparecerá de forma mais detalhada no capítulo sobre Shanghai, beneficiava-se da atividade comercial não apenas em função dos rendimentos que auferia, mas pela possibilidade de ascensão social que ela lhe abria. Também o envolvimento chinês em conflitos, como aqueles que visavam proteger estados com quem mantinham relações tributárias e expandir seu território, para pensar em exemplos anteriores às guerras que instauram o Século de Humilhações, favoreceram a reprodução de condições sociais bem como modificação das estruturas presentes nas outras localidades afetadas pelo conflito. O intercâmbio promovido pelo comércio de longa distância e pelo contato com os missionários favorecia o acesso a novas ideias, práticas e tecnologias, tanto do lado dos chineses quanto dos estrangeiros com quem a China vinha a se relacionar. Estas conexões indicam um mundo integrado por redes de interação diversas e que permitiam múltiplas formas de contato simultâneas, das quais, aquelas que adquiriam um caráter regular e com impacto sobre as estruturas vigentes, demonstram uma China que ao longo de séculos se integrou a múltiplos sistemas-mundos.

O que se pretendeu até este ponto foi apresentar um pequeno contexto das relações chinesas com outros povos, de forma a desmistificar a imagem da China como isolada em suas relações internas e desconectada de redes internacionais, bem como traçar a trajetória deste país do seu auge como centro do mundo para uma potência enfraquecida e despojada da sua soberania em função das imposições de potências consolidadas e daquela que em pouco tempo ascenderia ao posto de uma das principais forças da época: o Japão.

2.3 O Início do Século de Humilhações, a Reação do Império e a República

O tratado de Nanquim, de 1842, aboliu as restrições impostas ao comércio e ao monopólio exercido pelos *Cohong* em Cantão, retirando das mãos dos chineses a administração dessa atividade. Dentre seus artigos, nenhuma menção explícita à regulação do comércio de Ópio, mas isso não impediu o item de não apenas seguir circulando, mas também de aumentar exponencialmente até 1879 (como mencionado anteriormente, a importação de ópio atinge seu

auge neste período, momento em que a China passou a adotar a estratégia de substituição das importações). Preocupada com o problema do vício que a droga causava na população e com o risco de eclosão de revoltas camponesas em função do aumento dos impostos sobre a população, o governo emitiu uma série de editos desde 1729 e iniciou uma campanha em 1820 para supressão das vendas. Oficiais locais e provinciais eram subornados para facilitar a entrada de ópio em Cantão e a partir de Cantão para as zonas mais ao interior (Moulder, 1977, p. 105). Como visto, esses esforços levaram a um choque com os britânicos e a deflagração da Primeira Guerra do Ópio, além de tratados e conflitos subsequentes cujo foco era perpetuar e incrementar a lista dos direitos que gozavam os estrangeiros na China. O Tratado de Nanjing, assinado em decorrência da guerra de 1842, autorizou a utilização de cinco portos (Cantão, Amoy, Foochow-fu, Ningpo e Shanghai) e atendia antigas reclamações dos estrangeiros: além do já mencionado fim da obrigatoriedade das relações comerciais entre chineses e estrangeiros serem administradas e intermediadas pelos *cohong*, estabeleceu a liberdade de trânsito e moradia para mercadores, oficiais e suas famílias, cedeu - em caráter perpétuo - a ilha de Hong Kong e estabeleceu um regime tarifário que, após o seu pagamento, apenas autorizava outras cobranças para os produtos que fossem transportados para o interior.

A perda do controle do instrumento tarifário foi um dos principais símbolos da humilhação que o governo sofreu e uma das mais constantes reivindicações do regime republicano quando iniciaram o processo de reivindicação, a nível internacional, pelo fim da presença estrangeira em seu território. Após a assinatura dos primeiros tratados Sino-Occidentais, foi estabelecida, em 1854, a *Chinese Maritime Customs* (CMC), com objetivo inicial de organizar e controlar a coleta de impostos, especialmente após o envolvimento chinês na rebelião de Taiping ter dificultado este processo por parte dos chineses. O estabelecimento desta companhia fez parte de um conjunto de medidas implementadas que reduzia a soberania chinesa ao retirar a sua autonomia para determinação das taxas alfandegárias, as quais foram substituídas por uma única cobrança de aproximadamente 5% *ad valorem* (sobre o valor da carga). Posteriormente, a CMC passou a acumular outras funções, como a administração postal, o policiamento costeiro, o gerenciamento de portos e hidrovias e a emissão de relatórios meteorológicos. Ainda que nominalmente estivesse sob a gestão da câmara de comércio exterior chines, na prática atuava sob a jurisdição das forças estrangeiras, o que, do seu ponto de vista, favorecia não apenas o aumento da sua influência política, mas fornecia garantias de que a China arcaria com as indenizações impostas pelas duas Guerras do Ópio (Keller; Shiue, 2020, pp. 15-6).

O Tratado de Nanjing sacramentava a incorporação econômica e política chinesa à economia-mundo capitalista. A alteração na política tarifária, por exemplo, tirava o controle chinês sobre as regras fiscais que vigoravam no país e favorecia a entrada dos produtos das potências que agora tinham livre acesso ao mercado doméstico. Ao assumirem a administração da CMC, as potências vencedoras eliminavam um dos instrumentos chineses de regulação da atividade estrangeira, assegurando o poder de ajustar as regras tarifárias aos seus interesses. Vale lembrar que este primeiro tratado foi assinado apenas entre chineses e britânicos e o conjunto de benefícios que eles obtiveram atraiu a atenção de outras potências estrangeiras, que decidiram também se beneficiar deste momento de fragilidade política do império chinês. Assim, logo na sequência, Estados Unidos e França impuseram a assinatura dos seus próprios tratados com a China, em 1844²¹. Dois conceitos importantes emergem neste período: o da extraterritorialidade (o direito de aplicar as leis estrangeiras em solo chinês, como no caso de julgamento dos seus nacionais) e da nação mais favorecida (seria estendido a outras nações todos os privilégios concedidos a um determinado país). A primeira medida já era uma reivindicação antiga: os estrangeiros sempre se queixavam da aplicação das leis chinesas no julgamento dos seus nacionais, considerando, muitas vezes, que eram excessivamente duras. Já a cláusula da nação mais favorecida, defendia que novas concessões realizadas pelos chineses a outros países seriam estendidas aos ingleses (ou aos demais Estados que incluíssem este instrumento em seus acordos).

Logo cedo a Inglaterra percebeu que não poderia promover sozinha a ideia de garantir também para si os direitos estendidos a outros países. Em determinados momentos, a solidariedade pontual entre as potências foi necessária para vencer a resistência chinesa. Inserem-se nesta esteira o Tratado de Tientsin (ou Tianjin)²² e a doutrina de portas abertas

²¹ Seguindo a lógica da cláusula da “nação mais favorecida”, os tratados de Wanhia e Whampoa, assinados, respectivamente por Estados Unidos e França, incorporam algumas das conquistas dos ingleses, como a extraterritorialidade e o fim das restrições de acesso e de moradia, porém adicionando outros elementos. O componente missionário está presente em ambos com os casos com a inclusão de cláusulas que permitiam a atuação de protestantes e católicos. Os Estados Unidos ainda adicionaram o elemento jurisdicional, instituindo que nacionais seus que cometessem algum crime deveriam ser julgados e punidos pelas suas próprias cortes e oficiais, ou por aqueles que eles instituísem. (Spencer, 1999, pp. 160-61)

²² A suspeita de um famoso pirata estar escondido em uma embarcação registrada por autoridades britânicas de Hong Kong levou a uma incursão de oficiais chineses e à prisão de alguns mercadores também chineses. A disputa em torno da validade da medida levou a França (capitalizando sob a morte de um missionário seu), os Estados Unidos (alegadamente como emissários da paz) e a Rússia a participarem das negociações. Oficialmente a Rússia se colocava como nação aliada da China e dissociando-se da coalizão anglo francesa, mas na verdade sua preocupação era em mediar a situação para evitar a queda da dinastia e a mudança do polo de gravidade do norte para o sul da China - algo que beneficiaria os ingleses. Porém a falta de acordo ocasionou a tomada de Cantão e a derrota dos chineses na primeira fase da Segunda Guerra do Ópio e a assinatura do Tratado de Tientsin, que leva a abertura dos portos de Newchwang, Tängchow, Taiwan [Formosa], Chawchow [Swatow] and Kiungchow

(*Open Door Policy*), instituída oficialmente pelos Estados Unidos em 1899 na forma de um compromisso que garantia oportunidades de comércio iguais a todos os envolvidos. Durante o Levante dos Boxers²³, essa medida foi ampliada, incluindo a preservação e integridade administrativa do território chinês - algo que representava uma mera carta de intenções, não implicando num compromisso formal e obrigatório dos outros poderes com isso. Apesar de não ter um caráter vinculante, esta proposta permitiu acalmar a sanha imperialista sobre o território chinês devido ao fato de que os países não tinham interesse em estimular um conflito entre si. O equilíbrio que resulta daí deu uma sobrevida aos Qing (Hsu, 2008, pp. 113-115).

Abalada, a dinastia ainda tentava resistir. Sua visão de superioridade erodia gradualmente e a ordem mundial em que ela se via inserida era, aos poucos, derrubada. As constantes derrotas para os ocidentais e a dificuldade de resistir à perda de soberania que aumentava a cada tratado que a China era obrigada a assinar, demandavam de estudiosos e oficiais a busca por medidas que permitissem à China reagir àquele cenário. Neste sentido, uma das facções dentro da corte, de caráter mais progressista e menos tradicional, defendia a adoção do conhecimento e tecnologia ocidentais, ajustando às necessidades da China, sem abrir mão de aspectos culturais tradicionais chineses (Spence, 2013, p. 208). Através do movimento *Self-strengthening*, focaram em frentes militares e civis. Por um lado, as reformas constituíam um esforço organizado de prover uma modernização abrangente que incluía áreas como tecnologia industrial e militar, reorganização da estrutura militar e do sistema diplomático, pensamento acadêmico e intelectual, reestruturação econômica. Justificava-se pois, de acordo com Li Hongzhang, um dos seus idealizadores, a dominação da China pelos estrangeiros teria se dado em função da superioridade das suas armas (So; Chiu, 1995, p. 49). Era a mais radical reforma proposta até aquele momento, mas que acabou não sendo tão profunda como esperado, ficando restrita a questões materiais, como melhorias no arsenal bélico e na infraestrutura de transporte (Qu, 2016, p. 150).

[Hainan], a liberdade de culto para cristãos e protestantes e a redução das taxas impostas ao comércio com regiões mais ao interior (*likin*). (Hsu, 2000, pp. 205-11; Treaty of Tientsin).

²³ Movimento que teve como base um sentimento anti estrangeiro e que via a cristandade como socialmente disruptiva organizado pelos boxers, nome em inglês para uma sociedade secreta fragmentada chamada Punhos Justos e Harmoniosos. O assassinato de dois missionários alemães, em 1897, serviu como motivo para ocupação de Kiaochow (no sudoeste de Shandong, região até aquele momento sob a posse dos alemães) e desencadeou a reação de um grupo dos boxers chamado Sociedade das Facas Longas. Em junho de 1900, recebem o apoio da imperatriz dowager passam a apoiar o movimento, como forma de expurgar as humilhações que a China vinha sofrendo há meio século. Como resposta, as potências estrangeiras organizam uma aliança que une alemães, russos, ingleses, franceses, americanos, italianos, japoneses e austro-hungaros e derrota o movimento em agosto de 1900, após a fuga da imperatriz de Beijing e a tomada da cidade pelas potências estrangeiras. O acordo de paz foi formalizado a partir do Protocolo Boxer, promulgado em 7 de setembro de 1901, e impôs pesadas consequências à China, como indenizações e a presença de tropas estrangeiras da região de Beijing até o mar. (Hsu, 2008, pp. 115-127)

Também fez parte deste movimento o desenvolvimento de projetos não militares que pretendiam, para além de fortalecer a capacidade chinesa de resistir à dominação estrangeira, acumular lucro e alcançar sucesso financeiro (So; Chiu, 1995, p. 50). Através da construção de empresas e indústrias fortes, os políticos chineses buscavam reposicionar o país no sistema interestatal, conferindo-lhe condições de competir com os ocidentais. O objetivo nesta fase era desenvolver uma aliança entre Estado e mercadores. Através do sistema chamado Guan Du Shang Ban (que pode ser traduzido por “empreendimentos dos mercadores supervisionados pelo Estado”), enquanto o Estado forneceria empréstimos e outras formas de suporte; alguns mercadores selecionados (principalmente dentre aqueles com experiência em negócios exteriores) seriam responsáveis pela gestão e por prover capital a ser investido. Os estrangeiros foram impedidos de participar das empresas fundadas, pois os responsáveis pelo projeto acreditavam que essa era a única forma de reter os benefícios da industrialização que estavam promovendo. A participação estrangeira se limitou à importação de tecnologia e de técnicos com foco na maximização da produtividade (idem). Dada a posição periférica ocupada pela China no sistema interestatal naquele momento, a decisão de limitar o envolvimento dos estrangeiros pelos grupos locais se alinha com a realidade de exportação do lucro auferido para os seus países de origem e na qual a exploração dos recursos locais não estava agregando às condições de vida locais. Nesta linha é que se insere a fundação da China Merchants' Steam Navigation, em 1872, com objetivo de reconquistar o controle sobre a navegação interna, conter o controle estrangeiros sobre áreas estratégicas e recuperar pelo menos parte dos ganhos que tinham sido perdidos para as companhias estrangeiras. Outras empresas surgiram neste contexto, como a Kaiping Coal Mines, a Imperial Telegraph Administration, a Imperial Chinese Railway Administration, a Shanghai Cotton Cloth Mills e a Heng Yang Ironworks, perfazendo uma estimativa de 76 manufaturas modernas e 33 minas de carvão e metal até o início de 1890 (idem). Este movimento se estendeu até a derrota do Império Qing na guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e, apesar da sua curta duração e de não ter conseguido sustentar, após a guerra, o padrão dos investimentos necessários para manter os programas de auto fortalecimento, foi um componente importante na história da industrialização e modernização chinesa por ter promovido um avanço na adoção de tecnologias ocidentais e revelado uma mudança de atitude em relação às práticas e conhecimentos advindos do oeste.

A derrocada dos movimentos reformistas, a derrota para os japoneses na Primeira Guerra Sino-Japonesa²⁴ e a assinatura do Tratado de Shimonoseki em 1895²⁵, incentivaram o surgimento de grupos organizados que propunham a derrubada da dinastia Qing e a formação de uma república. Grupos com objetivos diferentes (de um lado estavam os republicanos revolucionários, liderados por *Sun Yat-sen*, e, de outro, os radicais reformistas, de *Liang Qichao*) mas que convergiam no objetivo de construir uma nação chinesa mais forte e próspera - ainda que divergissem na forma de alcançar isso (Gasster, 2006, p. 465). Acreditavam que a presença e desordem estrangeira havia sido causada pela incapacidade dos Qing - eles também povos estrangeiros. Sob sua perspectiva, a perda da proeminência e da ancestralidade chinesa se deviam às falhas na reação às interferências de fora (p. 496). Os debates desencadeados a partir de 1905-08 favoreceram o florescimento de novas e modernas ideias e proposições em oposição aos pensadores tradicionais. Com isso, as ideias de revolução e república começaram a ganhar força (p. 498) até culminar na proclamação da república em 1911.

2.4 Período Republicano, Nacionalismo e Fim dos Tratados Desiguais

A proclamação da república contou com o apoio e a atenção de muitos atores dentro e fora da China. Do lado das potências estrangeiras, o desenrolar dos acontecimentos foi acompanhado de perto e com cuidado. Já não parecia mais fazer sentido dar suporte à manutenção dos Qing no poder a fim de resguardar os tratados assinados desde 1842. Em alguma medida, se mantiveram neutros, mas com tropas e navios alertas a fim de proteger seus nacionais e garantir uma via de escape para o oceano em caso de um novo levante, como no caso dos Boxers. Não estavam necessariamente preocupados com que tipo de governo ascenderia ao poder: sua maior preocupação era proteger seus investimentos que, entre 1902 e

²⁴ Em 1894 ocorre a Rebelião de Tonghak, desencadeada por coreanos descontentes com o Tratado de Kanghwa imposto pelos japoneses sobre a Coreia e que seguia os moldes de tratados que o mesmo Japão teria sido obrigado a assinar com os europeus após 1854, com controle sobre a sua estrutura educacional, política e econômica. A dinastia Qing decide intervir e defender a península da intervenção japonesa, originando a Primeira Guerra Sino-Japonesa. Tendo durado de 1894-5, o confronto foi facilmente vencido pelo Japão, que tomou Port Arthur e conseguiu bloquear a frota chinesa do norte no porto de Weihaiwei, controlando a Baía de Bohai e colocando Pequim sob ameaça. Com a derrota dos chineses, em 1895, é assinado o Tratado de Shimonoseki, em que estes perdem o controle sobre a ilha de Taiwan, a península de Liaodong (que será objeto de disputa com a Rússia), além de serem obrigados a pagar uma vultosa indenização (Bueno et al, 2017, pp. 72-73).

²⁵ O Tratado de Shimonoseki garantia ao Japão os mesmos direitos obtidos por outras potências estrangeiras como Inglaterra, França e Estados Unidos. Com isso, além de se arrolar o direito de utilizar os portos já abertos a estas nações, incluía o acesso a mais quatro (Shashi, Chongqing, Suzhou, Hangchow), além da navegação pelo norte do rio Yangtze e pelo rio Woosung, concedendo-lhe acesso a regiões para além da zona portuária. Um dos seus pontos mais importantes é a liberação, de forma oficial, da aquisição de terras e do estabelecimento de negócios ou manufaturas quaisquer que lhes interessassem (lembrando que pela cláusula da nação mais favorecida, a concessão deste benefício aos japoneses se estenderia às demais potências).

1914 passaram de USD 788 milhões para USD 1.62 bilhões. Deste montante, a Inglaterra sozinha havia realizado um total aproximado de USD 608 milhões, que se distribuíam entre estradas de ferro, frota marítima, utilidades públicas (gás, eletricidade e telefone), minas de carvão, refinarias de açúcar, produção de seda, mercado imobiliário, dentre outros. Na sequência, estava o Japão, com 220 milhões de investimentos que cobriam um espectro semelhante. Ao mesmo tempo, Rússia e Japão buscaram aumentar sua presença na região, temerosos de perder sua capacidade de influência. Por este motivo, entre 1908 e 1917, em torno de 300.000 russos se instalaram na fronteira sino-russa, ao longo das margens da baía Armur - movimento que foi acompanhado por milhares de chineses, japoneses e coreanos. A fronteira ao extremo-orientes da Rússia se tornou uma verdadeira “*Chinatown*”, com um aumento exponencial da população chinesa na região estimulado em grande parte pela demanda por trabalho após a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Apenas em 1916, 50.000 chineses migraram para aquela área, acompanhados de vários empregadores japoneses, mercadores e outros (Gelber, 2008, p. 246)

O apoio ao movimento republicano tem duas frentes que se destacam: o financiamento dos grupos que viviam no exterior, principalmente em Hong Kong, Yokohama e Cingapura, e que foram os primeiros a financiar as atividades de Sun Yat-sen visando auxiliar a China e recuperar seu prestígio internacional, e dos mercadores, que começavam a despontar como donos de fábricas e empreendimentos, ainda que, neste momento, em parceria com os estrangeiros que ali atuavam. Tendo sido alçados à posição de uma das principais forças econômicas, esta nova classe de donos de empresas teve um importante papel junto ao governo ao atuar na compra de títulos de dívidas públicas e oferecendo empréstimos que ajudaram a implementar o projeto de Estado que estava sendo construído (Fairbank, 2008, p. 25).

Após a vitória do movimento republicano liderado por Sun Yat-sen, Yuan-Shih-k'ai assumiu a liderança da China que se buscava reconstruir. Apesar do acordo estabelecido em que Yuan assumiria uma presidência provisória e acataria a constituição a ser definida pelo parlamento provisório, o que houve na sequência foi um golpe de Estado que concentraria o poder em suas mãos. Contrariando o compromisso de impedir o renascimento de um regime monárquico e com planos de se perpetuar no poder, acabou por ratificar o Tratado das 21 Demandas²⁶ com o Japão, além de assinar acordos com a Rússia e a Inglaterra que reconheciam seus interesses e posições na Mongólia Exterior e no Tibet, respectivamente. Este novo tratado

²⁶ Em 1915, aproveitando-se da posição internacional favorável conquistada, os japoneses aproveitaram para expandir sua influência sob território chinês. Após a queda da dinastia Qing, os primeiros anos da república foram de grande instabilidade, o que dificultou ao novo governo esboçar uma reação contra a imposição japonesa.

com o Japão foi mais um duro e humilhante golpe para o governo chinês na medida em que seus dispositivos, organizados em cinco grupos, determinavam, dentre outras medidas, o reconhecimento da presença japonesa na província de Shandong, da administração conjunta das indústrias chinesas de ferro e aço e das minas de carvão na região central da China, a extensão dos direitos econômicos para seus cidadãos na Manchúria e na Mongólia Interior, a não alienação de portos ou ilhas chinesas a nenhum outro poder estrangeiro sem a anuência japonesa, além do controle japonês de importantes instâncias da administração chinesa e da presença de postos policiais seus na guarda de localidades estratégicas no norte da China (Spencer, 1999, pp. 270-1; Hsu, 2000, pp. 474-9).

A ratificação do Tratado das 21 Demandas contribuiu para alimentar o grande sentimento nacionalista e anti-estrangeiro (principalmente anti-japonês) que vinha crescendo dentre os chineses. Neste sentido, através da sua participação na Primeira Guerra Mundial, a partir de agosto de 1917, o governo chinês pretendia justamente se colocar no mesmo nível de negociação que as potências vencedoras, a fim de poder reconquistar sua soberania, revogar os tratados desiguais, recuperar as concessões perdidas para algumas das mesmas potências, às quais agora se aliava por conveniência, e impedir uma expansão ainda maior do Japão sob seu território. Além dos soldados, formavam parte do esforço de guerra trabalhadores enviados a partir da província de Shandong, tendo sido recrutados para ajudar a manter em funcionamento as fábricas de armamentos na Europa e na abertura de trincheiras (Pinto, 2014, 107-13). A expectativa frustrada de resolver a questão de Shandong²⁷ no acordo pós guerra, levou o Presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, a convocar uma nova conferência, a ser realizada em Washington entre novembro de 1921 a fevereiro de 1922, para “retificar os erros e resolver os assuntos não terminados de Paris” (Hsu, 2000, p. 625). Compareceram nove países (Estados Unidos, França, Itália, Japão, China, Bélgica, Holanda e Portugal), motivo pelo qual o acordo final ficou conhecido como Tratado das Nove Potências. A China apresentou uma proposta de nove pontos, em que solicitava, por exemplo, o respeito a sua integridade territorial e independência política, ao seu direito de neutralidade em guerras futuras, fim dos tratados desiguais, remoção de todas as limitações à sua liberdade política, jurisdicional e administrativa, revisão dos direitos especiais, imunidades e concessões que gozavam os estrangeiros em seu território. Apesar da oferta de Inglaterra e França de entregarem os

²⁷ O Japão entrou na Guerra ainda em 1914 e um dos seus propósitos era repelir as tropas alemãs na província de Shandong - onde a ocupação japonesa seria formalmente reconhecida em 1915, como parte das 21 Demandas - e obter o controle da base naval de Tsingtao. Shandong era especialmente valiosa pelo peso não apenas geográfico e estratégico, mas pelo caráter simbólico, por ser considerada a terra natal de Confúcio (Pinto, 2014).

territórios da baía de Kwangchow e Weihaiwei, a firme oposição japonesa em discutir as aquisições pré-1920 serviu como salvo conduto para todos os outros membros não avançarem nas negociações. Sendo assim, o acordo final estabeleceu o respeito à integridade territorial, independência política e da sua neutralidade em tempos de guerra, o compromisso de não ampliar sua esfera de influência e a garantia de iguais oportunidades comerciais para todos. A China conseguiu também dar o primeiro passo na recuperação da sua independência tarifária ao conseguir, a partir de 1o de Janeiro de 1923, o direito de realizar aumentos na tarifa de importação. Apesar de ter sido um passo inicial importante, é necessário ter em mente que a motivação para a iniciativa do presidente Wilson tem menos a ver com a China propriamente dita e está mais ligado ao interesse em afastar a influência britânica e incrementar as possibilidades de negócios que poderia desenvolver.

Esse evento foi apenas mais um dos catalisadores do nacionalismo anti-imperialista e anti-estrangeiro que se espalhava pelo território chinês. A conferência pós guerra, a nova posição que a China vinha passando a ocupar no sistema interestatal e os protestos nacionalistas que se seguiram, como o Movimento de 4 de Maio de 1919²⁸, geraram um constrangimento que incentivou uma gradual renovação de tratados que expiravam, sendo substituídos por outros em que as potências reconheciam a autonomia tarifária chinesa e abriam mão da sua jurisdição consular, além da revogação de inúmeras concessões estrangeiras municipais. Entre 1917 e 1931, a China reconquistou não apenas a sua autonomia tarifária como restituiu diversos territórios ocupados, como Hankow, Amoy e Tientsin. A completa recuperação dos seus direitos de soberania seria obtida apenas em 1943, quando, após a sua participação na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos aliados, foram assinados os tratados Sino-Japonês e Sino-Americano e, uma a uma, as potências aceitaram abolir todos os tratados desiguais assinados - pondo fim a um século inteiro de humilhações (Hsu, 1970, pp. 665-6; Ueda, 1958, pp. 368-9). E sobre o acordo entre China e Estados Unidos importante pontuar a Declaração do Cairo, assinada em 1943, e que, despojava do Japão as “ilhas no Pacífico que o Japão tomou ou ocupou desde o início da Primeira Guerra Mundial em 1914” e devolvia à China todos os

²⁸ Organizado por estudantes em protesto contra os termos do Tratado de Versalhes pós Primeira Guerra Mundial e contra os termos do Tratado das 21 Demandas era ao mesmo tempo anti-imperialista e anti senhores da guerra e teve origem em uma série de manifestações em Beijing, que se espalharam por toda a China, disseminando o sentimento de busca por mudança e culminando na restauração do Kuomintang ao poder e no estabelecimento de uma frente unida com os comunistas (Chen, 1970, p. 63). Vale destacar que apesar de ter começado como um movimento estudantil, outros setores da sociedade decidiram se unir a ele, dentre os quais, os comerciantes, que iniciaram uma greve, fecharam diversas lojas, defenderam o boicote aos produtos japoneses e entraram em conflito com os japoneses residentes. Também aderiram os recém criados sindicatos, constituindo as mais amplas demonstrações de sentimento nacional que a China já viu (Fairbank; Goldman, 2006, pp. 267-8).

territórios que o Japão “roubou dos chineses, como Manchúria, Formosa, e os Pescadores”²⁹. Esta declaração se torna particularmente interessante quando consideramos que, de acordo com o próprio governo dos Estados Unidos, o presidente Roosevelt buscou um compromisso da parte de Chiang Kai-shek que a China não buscava expandir-se pelo continente ou controlar nações descolonizadas, em troca da devolução dos territórios tomados pelo Japão³⁰.

2.5 A economia chinesa no contexto de integração ao Sistema-Mundo Capitalista

Todo o cenário histórico apresentado neste capítulo pretendeu contextualizar como a China se posicionava e se relacionava com povos do seu entorno e com viajantes que buscavam estabelecer negócios com a principal força na Ásia até o século XIX. De acordo com dados de Angus Maddison, em 1700, a parcela que cabia à China dentro do PIB mundial correspondia a 22,3% do total, valor que subiu para 32,9%, em 1820. Comparativamente, o continente europeu como um todo correspondia uma fatia de 24,9% e 26,6%, respectivamente aos dois períodos citados anteriormente. Nos mesmos anos citados, os Estados Unidos contribuía com 0,1% e 1,8%. De acordo com os dados apresentados pelo autor, em 1952 os Estados Unidos teriam alcançado 27,5%, contra 29,5% dos países europeus somados. Neste mesmo ano, China, Índia, Japão e URSS, individualmente, não perfaziam 10%, cada um, do PIB mundial (2007, p. 44).

O sistema tributário, que foi responsável por atrair um grande número de povos para sua esfera de influência; a Rota da Seda, que contribuiu para disseminação de bens de luxo chineses mas também para a promoção da rede de influência chinesa por uma extensão territorial que alcançava o Mediterrâneo; a expansão fronteiriça, cujo auge se deu durante a dinastia Qing; além do contingente populacional chinês que, em 1820 correspondia a 1/3 da população mundial³¹ e se caracterizava por ser um atraente mercado para aqueles que se tentassem sucesso junto a um império tão seletivo nas suas relações comerciais. Cada uma dessas situações envolvia o estabelecimento de uma rede de interações que impactaram as

²⁹ “The three great Allies are fighting this war to restrain and punish the aggression of Japan. They covet no gain for themselves and have no thought of territorial expansion. It is their purpose that Japan shall be stripped of all the islands in the Pacific which she has seized or occupied since the beginning of the first World War in 1914, and that all the territories Japan has stolen from the Chinese, such as Manchuria, Formosa, and the Pescadores, shall be restored to the Republic of China”.

³⁰ To secure this future, he sought a commitment from Chiang Kai-shek that China would not try to expand across the continent or control decolonizing nations, and in return, he offered a guarantee that the territories stolen from China by Japan - including Manchuria, the island of Taiwan and the Pescadores Islands - would be returned to Chinese sovereignty.

³¹ De acordo com Maddison, a população da China no período era de 381 milhões, enquanto a população mundial era de 1041,7 milhões (2007, p. 44).

estruturas chinesas e dos outros grupos envolvidos em alguma medida. As relações tributárias, as ligações entre China e continente europeu viabilizadas pelos missionários favoreceram a disseminação de aspectos culturais e técnicas chinesas nas mais diversas regiões do mundo. As trocas comerciais, ainda que o comércio não fosse a atividade mais valorizada pelo império, permitiam a reprodução e a continuidade de relações sociais e gradualmente aumentavam a expectativa dos produtores em relação à venda dos seus produtos nos mercados internos e externos. Estas interações sistêmicas nos apresentam uma China ainda não conectada a um sistema internacional capitalista, mas integrada a vários pequenos sistemas-mundo fundados em redes de trocas específicas e regulares, quais fossem, por exemplo, informações e tecnologias, bens de luxo e também bens primários.

A incorporação a uma economia-mundo capitalista, por sua vez, se apresenta quando do aumento do envolvimento das potências ocidentais com o país já no início do século XIX, a partir do momento em que os fluxos se intensificam e o impacto destas trocas para ambos os lados aumentam. É sabido que a balança comercial pendia para o lado chinês, mas o já destacado aumento na entrada de prata na China promove uma intensificação desta tendência. No auge deste processo, as seguidas derrotas chinesas na série de conflitos que se seguiram à Primeira Guerra do Ópio, comprovaram a fragilidade militar chinesa frente aos ocidentais, russos e japoneses e funcionaram como um dos meios de incorporação ao sistema-mundo moderno, dados os pesados impactos causados na política e na sociedade chinesas. Para além de derrubar as barreiras colocadas pelo governo para a entrada dos estrangeiros, os embates desencadeados com objetivo de ampliar o conjunto de benefícios sobre o território chinês geraram também impactos sociais - como levantes e movimentos populares, que colaboraram para a queda do regime.

Os efeitos dos investimentos estrangeiros são notáveis, mas devem ser colocados em perspectiva. A introdução de novas técnicas e novas tecnologias teve impacto sobre o processo produtivo, como visto pelos esforços de grupos ligados ao governo, bem como do setor privado em construir um segmento nacional forte a partir do conhecimento e das práticas absorvidas dos estrangeiros. Um setor empresarial chinês advindo daqueles que atuavam como intermediários, teve como um dos componentes impulsionadores o contato com os estrangeiros logo da sua instalação na China nos anos que se seguiram à assinatura dos primeiros tratados. Em 1890 ainda constituíam um pequeno grupo, mas que, como será melhor detalhado no capítulo sobre Shanghai, foram crescendo em relevância e peso para a economia chinesa. Citando números apontados por diversos autores, Maddison destaca que para o ano de 1933 que 67% do valor bruto adicionado às fábricas era produzido em fábricas de propriedade de

chineses, 18% por empresas de propriedade de estrangeiros na região conhecida como *China proper*³² e 14,2% na Manchúria, onde a maioria das firmas era de propriedade japonesa. Na produção de tecidos de algodão, 48% dos fusos e 56% dos teares pertenciam a estrangeiros, principalmente japoneses. Em 1937, cerca de metade da produção de carvão vinha de companhias estrangeiras ou sino-estrangeiras (2007, p. 55).

No entanto, as mudanças ocasionadas pelo capital externo não promoveram transformações estruturais na economia chinesa, que manteve sua base majoritariamente agrária e calcada em bases tradicionais. Durante todo o período do Século de Humilhações, o tripé agricultura, pesca e silvicultura correspondeu a mais de 60% da economia chinesa. A manufatura moderna correspondia a uma fatia ínfima da economia e somente dobrou a sua participação na década de 1930. Tradicionalmente as manufaturas sempre fizeram parte da estrutura produtiva mesmo no campo, assumindo um papel de atividade complementar que conferiu a elas uma participação estável ao longo das décadas na geração do PIB chinês. Afora as atividades mencionadas, aquela que mais tinha peso era o comércio. A parcela que cabia ao comércio entre 1890 e 1933 girava em torno de 8 e 9%, posicionando-o como a segunda principal atividade (Maddison, 2007, p. 54). Os números confirmam a tese da relevância real das trocas para a economia como um todo, principalmente numa esfera doméstica, mas sem desprezar o peso das trocas internacionais na manutenção da estabilidade econômica e social³³. As manufaturas tradicionais estavam totalmente nas mãos de chineses e o valor bruto adicionado era três vezes maior que nas manufaturas modernas (idem). Até mesmo o setor bancário, que foi afetado pela entrada das modernas instituições financeiras, não sofreu uma revolução, dado que os bancos tradicionais reduziram em participação, mas seguiram tendo relevância, especialmente no financiamento rural e dos novos empreendimentos industriais (p. 53) ou quando do afastamento das potências em razão das guerras mundiais.

C. F. Remer fez uma importante análise do perfil dos fluxos de investimentos estrangeiros que permite traçar um perfil dos seus objetivos para a China: os valores dobram entre 1902 e 1914 (quando sobem de 503,2 milhões de dólares para 1067 milhões) e quase triplicam entre 1914 e 1931 (período em que os valores chegam a 2493,2 milhões de dólares). O detalhamento destes investimentos referente ao ano de 1914 revela que os maiores volumes foram aplicados na administração governamental (20,5%), no setor de transportes (33%) e no

³² Denominação criada por ocidentais que caracterizava 18 antigas províncias: Chihli, Shantung, Shansi, Shensi, Kansu, Kiangsu, Anhui, Honan, Hupeh, Szechwan, Chekiang, Fukien, Kiangsi, Hunan, Kweichow, Yunan, Kwangsi, Kwangtung (Wilcox, 1928, p. 23).

³³ O aumento na entrada de prata favoreceu o crescente subsídio aos preços dos grãos que haviam triplicado no século XVIII (Sokolovsky, p. 43).

comércio exterior (8,8%). Já para o ano de 1931, nota-se uma tendência de desconcentração, com aumento destacável no volume alocado no setor bancário, de mineração, manufatura e comunicação e utilidade pública, conforme explicita a tabela 2. Importante destacar que os créditos vindos do exterior abarcavam não apenas os investimentos diretos na economia chinesa e seus setores produtivos, mas também incluíam os valores concedidos a título de empréstimo ao governo chinês, como para o pagamento de indenizações impostas pelos tratados. Havia um grande déficit nas contas públicas em função dos gastos nas guerras e no pagamento das indenizações impostas.

No que tange à distribuição entre os principais investidores, com o avançar do século XX, identifica-se um reposicionamento dos principais atores. Os dados compilados por Hou Chi-Ming mostram que, até pelo menos 1931, a Inglaterra seguiria como o principal investidor na China, condição que foi superada pelo Japão a partir desta década, quando a intensificação da presença militar e econômica, não apenas na Manchúria, mas em outras partes do território chinês, como Shanghai, especialmente após a guerra Sino-Japonesa fez com que as posições se invertessem (tabela 3). Apesar da autorização formal para instalação das empresas estrangeiras na China ter sido dada somente a partir do tratado de Shimonoseki, em 1895, o aumento significativo no volume de investimentos diretos feitos por este país ocorre apenas em 1905, quando a derrota a Rússia na Guerra Sino-Russa (1904-5) e intensifica sua influência sobre a China. De acordo com Hou Chi-Ming, considerando todo o volume investido pelo Japão em 1914, 69% eram destinados à Manchúria (65%, em 1930). Nesta mesma linha, Shanghai teria absorvido o excedente destes créditos, tendo recebido 25% dos investimentos japoneses na China em 1930 (1965, p. 18).

Tabela 1. Distribuição dos investimentos externos por setor

Setor	1914	1931
Administração Pública	330,3	427,7
Transportes	531,1	846,3
Comunicações e utilidade pública	26,6	128,7
Comércio Exterior	142,6	483,7
Setor bancário e financeiro	6,3	214,7
Mineração	59,1	128,9
Manufaturas	110,6	376,3
Setor Imobiliário	105,5	339,2
Total	1312,1	2945,5

(Remer, 1968, p. 70. Valores em milhões de dólares)

Tabela 2. Distribuição dos investimentos por país (valores em milhões de dólares)

País	1902	1914	1931	1936
Inglaterra	260,3	607,5	1189,2	1220,8
Japão	1	219,6	1136,9	1394
Rússia	246,5	269,3	273,2	0
Estados Unidos	19,7	49,3	196,8	298,8
França	91,1	171,4	192,4	234,1
Alemanha	164,3	263,6	87	148,5
Total	782,9	1580,7	3075,5	3296,2

(Adaptado de Hou Chi-Ming, 1965, p. 17)

Ainda sobre a distribuição geográfica dos investimentos dentre as regiões chinesas, Rawski (1989, p. xx), por exemplo, propõe que o crescimento econômico na China pré guerra se espalhou a partir de dois centros: as regiões de Jiangnan, centrada em Shanghai, e da Manchúria, ligada aos centros industriais e de transporte de Mukden (atualmente Shenyang), Anshan, Benxi (ou Pen-hsi), Newchwang (atualmente Yingkou) e Dairen, todos localizados na região de Liaoning, que compõe a Manchúria. Destaca que, em ambos os casos, há um grande peso do setor privado no desenvolvimento das duas áreas, mas com características distintas. Enquanto em Shanghai houve iniciativas de estrangeiros e chineses na promoção da

industrialização e da modernização da economia local, na Manchúria os grandes complexos de mineração e metalurgia estavam conectados primeiro às iniciativas russas e, posteriormente, à economia japonesa. Tamanha a relevância que as duas localidades em estudo adquirem que Remer propôs uma divisão entre Manchúria, Shanghai e o resto da China - com a ressalva de que não é possível apontar uma distribuição total do capital aplicado na China, dado que é inviável estabelecer a alocação exata do valor concedido em empréstimos governamentais. Dados apresentados pelo autor mostram um significativo aumento na importância relativa de Shanghai a partir de 1902, ao passo que a Manchúria apresentaria uma oscilação na sua posição em relação aos investimentos recebidos (tabela 4). Apesar de ponderar que uma das justificativas para um aumento relativo na parcela absorvida por Shanghai seria apenas um aumento na quantidade de dados disponíveis, não haveria dúvida sobre a cidade estar de fato se tornando um pólo cada vez mais relevante. Além disso, as duas regiões juntas acumulavam 40% do total de investimentos nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial e à Revolução Chinesa.

Tabela 3. Distribuição Geográfica dos Investimentos Estrangeiros na China (1902 - 1931)						
	1902		1914		1931	
Shanghai	110	14	291	18,1	1.112,20	34,3
Manchúria	216	27,4	361,6	22,4	880	27,1
Demais partes da China	177,2	22,5	433,1	26,9	607,8	18,8
Não distribuídos	284,7	36,1	524,6	32,6	642,5	19,8

(Dados da primeira coluna de cada ano expressos em milhões de dólares e, os da segunda coluna, em valores percentuais. Por “Não distribuídos” compreende-se a categoria estabelecida por Remer para aqueles montantes que não foi possível precisar o local da sua aplicação. Extraído de Remer, 1968, p. 73)

Num contexto em que a China ditava as regras do comércio externo, deixando pouca margem para os estrangeiros melhorarem as condições de troca para seu lado, o ópio despontou como a primeira brecha neste sistema. A partir da Primeira Guerra do Ópio e da assinatura do Tratado de Nanjing, a Inglaterra, seguida de França, Estados Unidos, Rússia e outros, dedicaram seus investimentos na China com foco de extrair o máximo de lucro possível. Orientaram seus aportes na obtenção de matéria-prima, mercado consumidor e na produção de

itens mais baratos para exportação. Mas havia barreiras à exploração total das possibilidades oferecidas por um país com aquelas dimensões em território e população. Havia, no entanto, uma grande resistência popular à difusão de vários dos produtos estrangeiros. O foco na introdução de manufaturas modernas se alinhava ao contexto internacional da Revolução Industrial. No entanto, nem mesmo o grande volume de aportes em indústrias modernas foi suficiente para eliminar o peso do setor tradicional. Os motivos variam entre o preço dos produtos estrangeiros contra o dos produzidos localmente e a rejeição dos chineses em função da humilhação a que estavam sendo submetidos. Assim, tradicionalmente ligadas, agricultura e manufatura tradicional seguiram como atividades fortes na economia chinesa. A China seguia como um país majoritariamente agrário.

Olhando para este cenário, é coerente pensar a incorporação chinesa ao sistema-mundo capitalista como parcial e fragmentado. Afinal, não era possível mobilizar a economia chinesa como um todo e conectá-la completamente às cadeias mercantis internacionais. E mesmo com a perda da capacidade de controlar onde os estrangeiros se instalariam, onde investiriam e, posteriormente, sobre a abertura de novas empresas; mesmo com os tratados forçando a liberdade de circulação e de atuação dos seus nacionais, mesmo com a criação de instituições que organizavam regras tarifárias e de arrecadação de impostos que atendessem aos seus propósitos a soberania política resistiu na forma de um combalido império. A república instalada vacilou durante um primeiro momento repleto de instabilidades, mas logo se formaram movimentos que pretendiam resgatar a China.

Dentro da lógica capitalista, os investimentos estrangeiros focaram nas áreas onde poderiam extrair o máximo possível. Investiram em tecnologias que favorecessem as suas atividades, em setores alinhados aos objetivos dos seus países de origem, forneceram empréstimos ao governo para quitar as indenizações impostas pelos tratados, duplamente amarrando a economia chinesa à sua. O capital que entrava na China era direcionado não apenas às atividades, mas às localidades com maior potencial de retorno - duas das quais são objeto desta pesquisa. A China não era desconectada do sistema internacional até aquele momento. A sua integração sistemas-mundo, como as redes propostas por Chase-Dunn, era seletiva e atendia aos seus interesses. Existem inúmeros debates, como aqueles feitos por Bin Wong sobre o rumo que o desenvolvimento chinês teria assumido se não fosse pela interferência externa (e que fogem ao escopo desta pesquisa). Porém, não se pode atestar que a incorporação forçada a que ela foi submetida a um modelo capitalista foi parte de um processo de modernização benéfico ao país.

Capítulo 3

3.1 O Japão e o seu processo de industrialização tardia

A relação entre China e Japão e o impacto do expansionismo japonês para o Império do Meio merecem um capítulo à parte. Para além dos laços históricos mais densos se comparados aqueles com as potências ocidentais, o movimento imperialista em direção à China gerou impactos econômicos, sociais e políticos que demandam análises específicas sobre as principais regiões afetadas. O trauma dessa ocupação afeta as relações entre os países até os dias atuais, com inúmeros estudos destacando a exploração econômica, social e sexual perpetrada pelos japoneses. Dados já apresentados mostram que, para além da dominação da Manchúria, o volume de investimento japonês na China como um todo chegou a superar aquele aportado pela Inglaterra. O alto grau de complementaridade imposta à economia da Manchúria pelo Japão justifica a reserva de um espaço maior para descrição do processo de desenvolvimento japonês. E, nesse sentido, a região do nordeste da China desponta como o principal foco de implementação do projeto japonês, mas não o único. Shanghai também se destacou como um outro pólo importante. Para além do grande número de empreendimentos e de capital aportado, foi politicamente incorporado pela rede de influência japonesa em função da instalação do governo de Nanjing, ligado ao império japonês.

Assim como a China, o Japão passou por um processo de transformação interna, desencadeado como resposta às pressões realizadas por potências estrangeiras após a imposição, pelos Estados Unidos, do primeiro dentre os tratados desiguais que o Japão se veria compelido a assinar. Até 1868, era um país isolado do exterior, descentralizado e repartido entre domínios regidos por senhores feudais que dispunham de uma administração e de forças armadas próprias - os *daimyos*. Majoritariamente agrário³⁴, era habitado por 33 milhões de pessoas e com uma renda per capita baixa. O shogunato Tokugawa (que governava o país antes da Restauração Meiji), havia assinado tratados nos moldes dos tratados desiguais impostos aos chineses. Conhecidos como Tratados Infames³⁵, comprometeram a soberania nacional

³⁴ A agricultura, a silvicultura e a pesca empregavam, entre finais da era Tokugawa e início da era Meiji, mais de 70% da população e eram responsáveis por mais de 60% da produção nacional (Moura, 2021, p. 125).

³⁵ Tem origem a partir da assinatura do Tratado de Kanagawa, em fevereiro de 1854, entre Japão e Estados Unidos, representados pelo Comodoro Perry, cuja viagem àquele país fez parte da política expansionista dos Estados Unidos em direção ao Pacífico após a aquisição da Califórnia, em 1848. Seu objetivo era estabelecer um ponto de reabastecimento na rota asiática, cujo centro era Cantão. Aproveitando-se deste movimento, Inglaterra, Rússia e Holanda também buscaram impor tratados com cláusulas desiguais para o Japão. No total, os documentos assinados determinavam a abertura dos portos de Shimoda e Hakodate, baixos e mandatórios tributos sobre importação, respeitado o teto de 5%, a fim de respeitar o livre comércio (Reischauer, 2004; Holcombe, 2017 Apud Moura, 2021, pp. 125-6).

(minando a credibilidade do governo, administrativa e militarmente, por não ter sido capaz de resistir e defender o Japão de tais políticas forçadas), provocaram uma redução pesada nos níveis do ouro nipônico, fragilizaram o setor têxtil e geraram grande insatisfação interna (Torres Filho, 1992, pp. 226-7; Reischauer, 2004 Apud Moura, 2021, p. 126).

A fragilidade que afligiu a economia, marcada por choques cambiais, desvalorização da moeda nacional, inflação e aumento nos impostos, levou a busca por uma saída organizada e negociada por suas elites, que temiam que disputas internas por poder, entregassem o Japão de vez às potências estrangeiras. A solução encontrada foi realizar um amplo programa de reformas que fortaleceria o poder nacional através da instituição um Estado moderno³⁶ com capacidade industrial e comercial próprias, estímulo ao desenvolvimento tecnológico e um exército potente. Foram adotadas medidas que reduziram a fragmentação do poder e permitiriam a conexão de todo o território. Sob o slogan “Enriquecer a Nação; fortalecer o Exército” (Moura, 2021, p. 128), foi promovida a Restauração Meiji (1868-1926), com a devolução do poder ao imperador, mas que, agora, estaria limitado pela atuação do Conselho de Pares do Imperador - aqueles que passaram a deter a gestão de fato do país (Torres Filho, 1992, p. 227). O plano também continha a implementação da centralização da propriedade fundiária, incluindo compensação financeira e através de títulos governamentais aos *daimyo* e aos samurais pelos domínios cedidos, a modernização dos meios de transporte (principalmente transporte marítimo e por ferrovias) e das comunicações, a partir da chegada das primeiras linhas de telégrafo. Em respeito ao slogan adotado e que seria importante para o movimento de reposicionamento japonês no cenário internacional, a marinha de guerra e a mercante, o setor de comércio e o industrial, em especial as indústrias bélica e têxtil (com foco na substituição de importações) e a produção de seda (mirando na exportação) (Torres Filho, 1992, p. 228), receberam inúmeros incentivos. O novo regime era ao mesmo tempo bastante militarizado e controlado pelas forças econômicas, notadamente os industrialistas e os proprietários de terra. A soma destes dois vetores fez da produção de armamentos, controlada pelo Estado, a sua principal indústria e um dos principais estímulos à industrialização. Nesta esteira, a participação indireta do governo japonês na Primeira Guerra Mundial prosperou com a venda de armas para os países europeus envolvidos no conflito (Honda, 1997, p. 260). Estabeleceu-se, assim, um ambiente propício ao desenvolvimento de um setor privado, com garantias à

³⁶ Em 1889 foi promulgada uma constituição que garantia poder à burocracia e aos militares, estabelecia a educação compulsória e a conscrição, além de promover a industrialização através da importação de tecnologia e conhecimento por parte dos ocidentais. O plano dos líderes do países à época era a construção de um país rico e um exército forte. (Howe, 1996, p. 251)

propriedade privada que visavam incentivar a economia de mercado, sem que isso anulasse ou reduzisse o papel de formulador e condutor das políticas econômicas adotado pelo Estado (Howe, 1996, p. 251). O movimento de centralização fundiária estruturado por meio da Lei de Revisão do Imposto da Terra de 1873 permitiu a propriedade privada também da terra, facultando aos agricultores o cultivo livre e o direito de alienação fundiária (Nakamura, 1966; Reischauer, 2004 Apud Moura, 2021, p. 131).

E de fato não seria possível um salto de desenvolvimento tamanho como este que o Japão estava decidido a dar sem um pesado envolvimento do Estado. A industrialização japonesa durante a era Meiji foi marcada pela criação de empresas e indústrias estatais e pela regulação da competição como uma das medidas de proteção do setor em desenvolvimento. Algumas das primeiras estatais tinham um caráter estratégico e, muitas vezes, militar. As primeiras indústrias de larga escala foram erigidas pelo governo e eram ligadas à produção de lã e seda (Moura, 2021, p. 144). Nesta mesma linha, a instituição de um sistema bancário nacional e uma moeda padrão emitida pelo Banco Central contribuíram na forma de instrumentos do poder central para o desenvolvimento nacional e facilitaram a aceleração das indústrias têxteis e de mineração. Considerando apenas os aportes em empresas estatais, apenas entre 1868 e 1880, calcula-se que o volume dos investimentos tenham girado em torno de 35 milhões de ienes - equivalente a dois quintos dos investimentos totais em setores não militares e 5% das suas despesas totais (Goldsmith, 1983, p.24 Apud Moura, 2021, p. 142).

Em pouco tempo, as taxas de crescimento econômico dispararam. O PIB japonês aumentou entre 4 e 7% em 1890, 11% em 1904 e 6 a 9% durante a Primeira Guerra, tendo sido a taxa média entre 1868 e 1840 de algo em torno de 3 a 4%. As decisões de política econômica adotadas pelo governo e a destinação de boa parte dos investimentos ao setor industrial levaram a uma alteração na distribuição da sua força de trabalho, com uma queda da parcela engajada no setor primário, de 73% para 48%, acompanhada por uma migração do campo para a cidade, cuja população entre 1891 e 1940 aumentou 28% (de 9,4% para 37,6%). A parcela da força de trabalho que deixou o setor agrário foi alocada nas atividades de indústria (inicialmente mineração e têxtil e, mais tarde, maquinário, metais, petróleo e química), comércio, setor bancário e de finanças, comunicação e transporte, refletindo a remodelação da estrutura econômica empreendida pelo Estado e os estímulos que a abertura econômica e a expansão do comércio internacional promoveram no país (Honda, 1997, pp. 261-4). Por outro lado, empreenderam-se políticas de desenvolvimento também da indústria tradicional e da agricultura, na medida em que ainda eram responsáveis por abastecer tanto a nova indústria, como o mercado doméstico, além de fornecerem os recursos necessários, através das

exportações, para financiar a importação de equipamentos e matérias primas. Considerando que este processo acelerado de industrialização teve como importante pilar o método de substituição das importações³⁷, fica claro que o modelo japonês estava bastante calcado na transferência de tecnologia, a qual teve um papel fundamental da projeção econômica japonesa da época.

3.1.1 Política Externa Japonesa e a Construção da sua relação com a China

Os registros das relações dos japoneses com povos do seu entorno remontam ao século VII, quando começaram a ser despachadas missões oficiais ao continente, enquanto a chegada dos primeiros navios de mercadores estrangeiros data do século IX. Porém, é possível retroceder ainda mais e identificar anteriormente aos anos 600 um influxo de imigrantes coreanos ao território japonês - movimento que foi incentivado no século VII pelas lutas de independência da península coreana. A relação com a Coreia funcionou como um importante veículo para a transferência da cultura chinesa, considerando que foi uma porta de entrada tanto de novas tecnologias, quanto de aspectos culturais tradicionais, como o budismo (Verschuer, 1999, pp. 2-3). Suas bases filosóficas serviram para fundamentar a estratificação social japonesa e reforçar as posições do imperador e da aristocracia, associados a direitos adquiridos em outras vidas. E especificamente falando do contato com os chineses, os laços se tornam mais estreitos e mais relevantes a partir de meados do século VII, com a implantação dos primeiros códigos legais e uma administração central nos moldes dos modelos chineses.

Durante um intervalo que corresponde ao período das dinastias Heian (de 794 ao início do século XII) e Kamakura (finais do século XII a 1333), o Japão apresentava uma diversificada pauta de importações do sudeste asiático, envolvendo itens como remédios e especiarias - comércio que era em larga medida realizado através da China (Cho, 2000, p. 84). O Japão sempre foi consciente da proeminência chinesa no leste asiático, mas, diferentemente da Coreia ou do Vietnã, nunca foi efetivamente dominado pela China (nem mesmo quando, no século XIII, o império Mongol empreendeu várias investidas para incorporar o país à sua zona de influência). Por outro lado, isso não impediu que fosse largamente influenciado por aspectos

³⁷ Em 1871, o Japão lançou a Missão Iwakura, que levava o nome de um dos seus membros, com destino a Estados Unidos e Europa, com objetivo de estudar e aprender aspectos dos mais diversos da civilização ocidental, dentre política, administração, setor militar, diplomacia, economia, indústria, educação, religião, transporte, comunicação, cultura. Disponível em: <https://www.nippon.com/en/japan-topics/g00680/the-iwakura-mission-japan%E2%80%99s-1871-voyage-to-discover-the-western-world.html>. Acesso em 27/02/2024, às 20:15.

culturais, políticos, linguísticos e religiosos chineses, como a adoção do sistema de escrita chinês, que promoveu o surgimento de registros escritos da história do Japão. Naquele momento, a China já se colocava como um império superior, cujas relações diplomáticas deveriam estar centradas nela. Porém, os membros da dinastia Sui (581-618), ao menos no início, tentaram pautar seus laços numa relação de igualdade, de modo a não serem incorporados à esfera de influência chinesa na condição de vassalos. O esforço, no entanto, fracassou e os japoneses acabaram se submetendo a cumprir a etiqueta determinada pelos chineses aos povos com quem mantinha laços tributários. Na esteira desta mudança de postura, os séculos VIII e IX marcaram a chegada de nove delegações japonesas na China, ao passo que apenas duas foram expedidas no sentido contrário (Verschuer, 1999, pp. 3-4).

O crescimento econômico experimentado a partir do século XIV foi outro fator relevante para o aumento das experiências marítimas pelos mercadores japoneses, especialmente em direção à China. Este mesmo período corresponde a uma intensificação das relações comerciais entre os dois povos, com o Japão ativamente promovendo os laços comerciais com a sua contraparte, a ponto do shogun Yoshimitsu (1358-1408) enviar uma missão oficial ao imperador Ming, em 1403, a fim de reconhecer o Japão como um Estado vassalo chinês, o que indicava o abandono da antiga pretensão de equacionar com a posição chinesa na região. Este gesto resgatava as relações tributárias entre Japão e China, em função das quais - entre o início do século XV e meados do XVI - foram despachadas ao todo 19 missões (Cho, 2000, pp. 84-5). Fato é que as relações entre os dois países, incluindo a reboque a Coreia, com exceção da invasão japonesa à Coreia (1592-8)³⁸, se mantiveram pacíficas por cerca de seis séculos, com o Japão fazendo parte da esfera de influência chinesa (Kang, 2010, pp. 1-2).

A competição japonesa pelas áreas onde a China tinha grande influência gerou um contexto de grande instabilidade entre os países. Em 1879, o Japão anexou as ilhas Ryukyu, indicando que o próximo movimento poderia ser em direção à península coreana. Antecipando-se a isso, os chineses aumentaram a sua presença militar na região, enviando mais tropas e armamentos, buscando afastar uma futura incursão japonesa. Com a escalada das tensões, as duas potências regionais optaram por transformar a Coreia num coprotetorado, sem que isso reduzisse as animosidades - o que culminaria na Primeira Guerra Sino-Japonesa. (Silva, 2017)

³⁸ Insere-se nesse projeto a ocupação da Península Coreana

O intervalo de 150 anos entre 1560 e 1710 correspondeu a uma era de paz internacional que caracterizou o auge do regime Tokugawa. Uma paz que teve seus sobressaltos, especialmente com os dois eventos de invasão da Coreia³⁹, e se caracterizou pela dificuldade japonesa em se adaptar às mudanças na economia do leste asiático e pelos problemas nos contatos com os europeus, e que acabou por representar um período de redução e maior controle sobre os contatos externos e de uma política diplomática bastante restritiva, que se estendeu até por volta de 1850. Isto não implicou em um período de crise doméstica - pelo contrário. A atividade econômica deu um salto, impulsionado pelo rápido crescimento da produção rural e afetado pela expansão urbana (Totman, 1995, pp. 59-61). Fato é que as relações entre Japão e China, com exceção da invasão japonesa à Coreia, se mantiveram pacíficas por cerca de seis séculos, período em que o Japão fazia parte da esfera de influência chinesa (Kang, 2010, pp. 1-2).

O período de reclusão japonesa foi interrompido pelas incursões estrangeiras, puxadas pelos Estados Unidos, e pela inauguração do período dos tratados infames, momento em que a política de isolamento foi revertida (Nish, 2002, pp. 9-10), influenciando a estrutura de Estado, a formulação das suas políticas e a sua forma de inserção no sistema interestatal. Como visto no tópico anterior, o projeto político implementado pela Restauração Meiji e as transformações econômicas que se seguiram tinham como um dos objetivos principais responder à ameaça estrangeira e ter condições de proteger a sua integridade, em contraponto às medidas adotadas pelos chineses, cujas políticas de desenvolvimento em reação à ocupação estrangeira foram, em grande parte, sem efeito. A política de “Enriquecer a Nação, Fortalecer o Exército”, além da defesa do seu próprio território, tinha como mote conquistar um lugar de respeito para o Japão dentre as demais potências e expandir a sua esfera de influência, ocupando regiões e espaços que durante muito tempo pertenceram à China. Inicialmente, o Japão exportava produtos primários e importava produtos manufaturados feitos de lã e fios de algodão, que advinham majoritariamente da Inglaterra. A via pela substituição das importações fez o papel dos gêneros industrializados nas trocas comerciais aumentar em relação aos primários e gradualmente o país foi alterando sua balança comercial com o crescimento das exportações

³⁹ Conhecida na Coreia como a Guerra Imjin (1592-98), teve como origem o plano de Toyotomi Hideyoshi (1537-98), *daimyo* que fez parte do processo de unificação do Japão (sendo inclusive conhecido como o Segundo Unificador) de conquistar a China, passando pela Coreia. Os coreanos, porém, aliados e tributários dos chineses, solicitaram apoio ao imperador Ming, formando uma coalizão que conseguiu repelir o avanço japonês, em 1595. Uma nova tentativa foi realizada em 1598, onde Hideyoshi foi não apenas derrotado, mas morto (Wang; Weiguo, 2019, p. 1).

em relação às importações. Como visto anteriormente, o foco numa indústria leve não impediu os investimentos em setores mais pesados, inclusive após o início das privatizações⁴⁰, representada pelos aportes no segmento siderúrgico, naval, químico e da indústria infante de máquinas e aparelhos elétricos (Moura, 2021, pp. 145-6).

O movimento expansionista japonês caminhou junto com o esforço de modernização econômica a fim de aumentar as linhas de defesa do país. Neste sentido, os processos de colonização de Hokkaido, Okinawa, Taiwan e Coreia tinham tanto o foco na busca por poder e prestígio quanto no seu fortalecimento nacional e se baseavam na concepção de que a nova ordem relacionava a força de uma nação a sua capacidade de se expandir. Por isso, a partir de meados de 1870, o Estado japonês iniciou uma política assertiva em relação a territórios do seu entorno, num esforço de conquistar a hegemonia regional, papel que até aquele momento ainda cabia à Rússia e à China. A política externa japonesa mirava em duas frentes: ao mesmo tempo em que estava atenta ao comportamento de países como a China e Rússia, preocupava-se com potências estrangeiras navais, como Inglaterra, Estados Unidos e, novamente, a Rússia (sendo um dos seus principais objetivos, a revisão dos tratados desiguais) (Nish, 2002, p. 17). O foco das suas ações era garantir sua segurança (alcançada com o desenvolvimento militar e industrial), sua autonomia (obtida a partir da revisão dos tratados infames) e seu status de grande potência (selado a partir das vitórias contra China e Rússia, respectivamente em 1895 e 1905). Tratados assinados com outros poderes imperialistas ajudaram a fortalecer a posição japonesa. Inserem-se nesta esteira, os quatro pactos assinados, entre 1907 e 1916, com a Rússia czarista, que garantiram a posição japonesa na Coreia e na Manchúria. Numa mudança de posições, o Japão era alçado ao posto de potência, cujo argumento em torno das suas missões era o de levar progresso e modernidade aos seus vizinhos (Fairbank; Reischauer; Craig, 1989, p. 692).

O processo de alcançar o ritmo de desenvolvimento das demais potências foi conduzido pelo Estado através da concessão de incentivos, subsídios e de um pesado arcabouço institucional protecionista, que, como no caso das leis de Encorajamento das Navegações e de Promoção Naval, utilizavam-se da substituição das importações e da garantia de um mercado doméstico para fortalecer o setor. Chegou-se ao ponto de proibir o uso de peças importadas

⁴⁰ Durante a década de 1880, o ministro das finanças e futuro primeiro-ministro, Matsukata Masayoshi, optou pelo caminho de privatizações de empresas estatais com objetivo de reduzir o déficit orçamentário e obter a solvência financeira. Os instrumentos governamentais de incentivo à iniciativa primária beneficiaram empresas como a Mitsubishi, que assumiu diversos contratos junto ao governo japonês, como para o fornecimento de transporte na ocasião da incursão punitiva contra os aborígenes em Taiwan em 1874. Ainda sobre a Mitsubishi, a empresa acabaria por adquirir contornos de um grande conglomerado empresarial, se tornando uma das mais importantes engrenagens da economia política japonesa (Moura, 2021, p. 148).

sem permissão governamental e da criação de empresas (ainda que eventualmente sob a forma de *joint ventures*⁴¹) para fornecer os insumos que determinado setor necessitasse. A redução da dependência dos produtos estrangeiros permitiu um aumento geral do papel do setor privado, sem que isso significasse uma independência em relação ao setor público, dado que este aumento é em grande parte financiado por auxílios fornecidos pelo governo. Ganham força os *Zaibatsus*, grandes conglomerados econômicos e financeiros, que formavam verdadeiros oligopólios e atuavam em diversas atividades produtivas (como manufaturas, setor bancário e comércio exterior), além de serem controlados por grupos familiares e integrados ao Estado, dentre os quais se destacam empresas como a Mitsubishi, Mitsui, Sumitomo e Yasuda (Moura, 2021, p. 148). Estas empresas tiveram grande relevância dentro do processo expansionista japonês ao dominarem os principais setores produtivos das regiões ocupadas, permitindo a reprodução dos mecanismos de controle e expansão da influência do Estado japonês sobre estas áreas. Este papel será melhor exemplificado quando abordamos melhor a presença japonesa na Manchúria.

⁴¹ A empresa Yawata (também conhecida como Imperial Steel Works) foi criada entre 1896 e 1897 em conjunto com uma empresa alemã para fornecimento de aço e metal, com capacidade de processamento de 90.000 toneladas, algo inédito até aquele momento (Moura, 2021, p. 154).

3.2 Manchúria

3.2.1 A Ocupação da Manchúria e a Abertura de uma Fronteira Econômica

A Manchúria⁴², localizada na parte nordeste da China e composta pelas províncias de Liaoning, Jilin e Heilongjiang (mapa 2), era a terra natal dos Manchus e de onde eles partiram para conquistar a China (Shao, 2011, p.1). Apesar de ter encorajado, entre 1653 e 1667, a ida dos habitantes da China recém controlada pelos manchus para a Manchúria, em 1668, o imperador Kangxi bloqueou o acesso aos chineses que buscavam colonizar a região - restrição que se estendeu até final do século XIX⁴³. O objetivo seria preservar aquelas terras para o povo manchu (p. 23), não apenas evitando uma sinificação do território, como restringindo o direito de exploração do ginseng, das peles e de pérolas para os seus (Eckstein; Chao; Chang, 1974, p. 241). Isso não teria impedido, no entanto, que um movimento de imigração de camponeses chineses ocorresse entre finais do século XVII e o século XIX. Utilizando-se de uma das rotas possíveis, através do Golfo de Chihli, a partir do porto de Shantung e chegar até a costa de Liaotung, os colonos, com o apoio comercial e financeiro dos chineses da região norte da China, adotaram o modelo de produção e as técnicas de cultivo da agricultura familiar (Bix, 1972, pp. 425-6). Apesar do édito proibindo a imigração para o nordeste chinês expedido em 1740, o número de terras cultivadas saltou de 273 para 11.619 *qing*⁴⁴ durante os anos de 1734

⁴² Algumas considerações sobre o termo Manchúria são importantes de serem feitas. O nome Manchúria deriva do termo Manchu (Manzhou, em chinês ou Manshû, em japonês). Originalmente é uma palavra tibetana, que significa esplendor oriental e foi um título honorífico recebido pelos filhos do fundador da última dinastia chinesa, os Qing. No século XVII, os imperadores Manchus passaram a designar, com a ajuda de cartógrafos jesuítas, a ampla planície a nordeste de Beijing como a terra dos Manchus, ou Manchúria. Com o início da migração de chineses de outras partes da China, a partir do século XX, a região começou a ser mais conhecida como *Dongbei* (o Nordeste) ou *Dongsangsheng* (as Três Províncias do Nordeste). O termo chegou ao Japão pelos mapas europeus que seguiam a convenção estabelecida pelos jesuítas. A partir de 1920 e, especialmente, após o incidente que motivou a instituição de Manchukuo 1931 (mais detalhes sobre este forjado incidente que aumentou a influência japonesa sobre a região serão dados mais adiante), o *Dongsangsheng* foi cada vez mais substituído, no uso japonês, por *Mashû*, enquanto a mídia chinesa se mantinha fiel às palavras *Dongsangsheng* e *Donbei* para se referir à região. Uma das motivações para empregar uma forma diferente para se referir à região por parte dos japoneses era justamente indicar que esta distinguir essa região do resto da China, enquanto que o esforço chinês de continuar utilizando as suas denominações era justamente reafirmar o território como sendo parte da China (Li, 2002, pp. 1-5). Essa contextualização se justifica pois ainda hoje a escolha de um termo para se referir à região é complexa e cheia de polêmicas entre pesquisadores, especialmente considerando os efeitos do imperialismo japonês na região. Para facilitar a compreensão do leitor, será empregado o termo Manchúria, mas sem minimizar as questões políticas que existem em torno dele.

⁴³ Existem diferentes versões sobre quando a migração para a região foi retomada. Enquanto alguns pesquisadores falam apenas em 1905, outros já identificam um movimento de instalação de chineses ao norte de Harbin, a partir de 1860, motivado pela cessão para a Rússia das terras a norte do rio Amur e leste do Ussuri. As guerras com o Japão e a Rússia tornaram a ocupação da Manchúria um assunto ainda mais urgente e, até 1907, todos os impedimentos à colonização pelos chineses foram cancelados (Bix, 1972, pp. 425-6).

⁴⁴ Medida tradicional para unidade de área, equivalente a 100 *mu* ou 6.667 hectares.

a 1780 (Shao, 2011, p.44). Estes dois componentes (migração e os empréstimos que financiaram esta aventura) continuaram alimentando o desenvolvimento da economia com bases tradicionais na região até por volta de 1875.

Mapa 2. Localização geográfica da Manchúria



(Extraído de Jacques, 2009)

Até aquele momento a Manchúria ainda era uma região que pode ser descrita como fora do sistema-mundo, estando produtivamente bastante desconectada do resto do mundo. A virada na posição que ela ocupava ocorreria, então, já a partir de 1860, quando começou a ser atraída, gradualmente, para as esferas de influência russa e japonesa, num processo de incorporação particular em relação àquele percebido em outras partes do país e que vai se processar tanto de

forma econômica, quanto política. Um primeiro movimento ocorre com a Convenção de Pequim⁴⁵, datado deste mesmo ano, e que promove a abertura do porto de Newchwang - o primeiro porto do tratado da Manchúria, marcando o início de um progressivo e constante aumento nas exportações (Eckstein; Chao; Chang, 1974, p. 240).

Após a primeira Guerra Sino-Japonesa e assinatura do Tratado de Shimonoseki, uma intervenção Tripartite entre Rússia, Alemanha e França buscou frear o avanço da influência do Japão e manter as condições favoráveis que haviam conquistado no leste asiático. A Rússia estava especialmente interessada na reversão das conquistas pelos japoneses pois desejava proteger suas fronteiras ao longo da Manchúria e garantir o acesso a cidade de Port Arthur e o controle a um porto de águas quentes a leste (Mainardi, 2020, p. 8). Inicialmente, o governo japonês, ciente que as suas capacidades navais estavam aquém dos membros da aliança, aceitou os termos oferecidos (e que revertiam a aquisição da península de Liaodong e de Port Arthur em troca de uma indenização adicional de 30 milhões de taeis de prata a ser paga pela China), ao mesmo tempo em que enxergou esta derrota como um combustível para o desenvolvimento da sua máquina industrial e militar. A expansão da presença russa, incluindo a construção de uma ferrovia que conectava a Manchúria ao seu território, após o fim da Rebelião dos Boxers, e o aumento da desconfiança em relação ao Japão funcionaram como catalisadores do conflito armado que se seguiu à rejeição por parte da Rússia de uma oferta japonesa para reconhecer sua influência sobre a Manchúria, em troca do reconhecimento do controle japonês sobre a Coreia. Apesar dos grandes e rápidos avanços industriais e militares que havia conquistado, sua capacidade material ainda era menor que a russa - fosse em número populacional, nível de produção industrial, tamanho da sua marinha (p. 8). A vitória japonesa foi possível pelo uso estratégico da geografia a seu favor. Enquanto estes estavam posicionados a cerca de 100 milhas (aproximadamente 160 km) da península coreana, a distância de Moscou a Port Arthur era de algo em torno de 5.000 milhas (aproximadamente 8046 km). Este componente, somado ao fato da ferrovia Trans-Siberiana ainda não estar totalmente operacional e haver apenas uma via ativa, além de uma boa parte das forças russas em terra estarem concentradas no leste

⁴⁵ Sob o pretexto de uma série de incidentes, tais como a prisão de um missionário francês e dos tripulantes do navio Arrow, que foram presos suspeitos de pirataria, mas parte de um interesse em expandir seu acesso ao mercado chinês, França, Inglaterra e Estados Unidos se uniram e iniciaram uma batalha que se estende de 1856 a assinatura da Convenção de Pequim, em 1860. Por esse tratado ficou instituído, além do pagamento de uma multa a ingleses e franceses, a ratificação do direito de estabelecimento de uma representação diplomática na capital, abertura de Tientsin a comércio exterior e residência, garantia de propriedade aos missionários franceses, além da cessão de Hong Kong. Diz o artigo VI que “His Imperial Majesty the Emperor of China agrees to cede to Her Majesty the Queen of Great Britain and Ireland, and to Her Heirs and Successors, to have and to hold as a dependency of Her Britannic Majesty’s Colony of Hongkong, that portion of the township of Cowloon, in the province of Kwang-tung, (...)” (Gelber, 2008, pp. 196-8; Hsü, 1970, pp. 263-5; Convention of Peking).

européu e no sudoeste asiático ou nos mares Negro e Báltico, no caso dos navios de guerra, favoreceu o lado japonês, que se viu numa posição mais equilibrada em relação ao seu oponente. Com a vitória, o Japão conseguiu a retirada dos russos da Manchúria (embora algumas empresas tivessem permanecido atuantes mais na parte norte), afirmou sua relevância na região e garantiu a Coreia como parte da sua esfera de influência⁴⁶ (p. 10).

A rápida ocupação das chamadas “terras vazias”, entre 1860 e inícios de 1900 (Eckstein, Chao, Chang, 1974, p. 242), foi uma das primeiras fontes do crescimento económico na Manchúria, em função da expansão populacional e da extensão de terra ocupada, apoiado no crescimento do comércio exterior. Desde este período a soja se consolidou como o principal género de exportação, correspondendo a 90% das exportações em 1872 e 80%, entre 1899 e 1906. O aumento da presença japonesa na região, a instalação de cada vez mais empresas e a consequente diversificação da produção levaram a um aumento geral no volume exportado, mas que não foi suficiente para mover a soja do papel de principal item da pauta exportadora - apesar que, até 1913, sua participação tenha sido reduzida para 56,6%. Nos anos seguintes, cortada do mercado europeu, sofreu um queda no volume de exportações que só foi recuperada em finais de 1920, quando voltou a representar 60% do total exportado. Esta ascensão pode ser dividida em dois períodos bem marcantes: entre 1906 e 1913 e, depois, em 1920. As exportações deste género alcançaram 693.000 toneladas, em 1921 e 1.6 milhão, em 1927 - sem que isso implicasse numa melhoria da qualidade de vida da população (Bix, 1972, p. 429; Eckstein, Chao, Chang, 1974, p. 242). Fica bastante claro o descasamento entre crescimento da produção e os reflexos disso no desenvolvimento da sociedade. O foco nas trocas com o exterior deixava a economia vulnerável em razão das flutuações das condições do mercado,

⁴⁶ O Tratado de Portsmouth (1905), mediado pelos Estados Unidos, ainda que expressamente devolvesse a administração das terras até então ocupadas à China, reconhecia na prática, como se pode perceber por alguns dos seus artigos, a soberania japonesa sobre várias partes do território. Apesar da menção à soberania chinesa se repetir em alguns artigos ao longo do tratado, o estudo do período desvela um cenário diferente, em que a gestão *de facto* estava bem longe das mãos do governo chinês. Sobre isso, dois artigos especificamente chamam são bastante representativos:

ARTICLE V. The Imperial Russian Government transfers and assigns to the Imperial Government of Japan, with the consent of the Government of China, the lease of Port Arthur, Talien and the adjacent territory and territorial waters, and all rights, privileges and concessions connected with or forming part of such lease (...)

ARTICLE VI. The Imperial Russian Government engages to transfer and assign to the Imperial Government of Japan, **without compensation and with the consent of the Chinese Government** (grifo do autor), the railway between Changchunfu and Kuanchangtsu and Port Arthur, and all the branches, together with all the rights, privileges and properties appertaining thereto in that region, as well as all the coal mines in said region belonging to or worked for the benefit of the railway (...).

Disponível em: <http://portsmouthpeacetreaty.org/process/peace/TreatyText.pdf>. Acessado em 22/03/2024, às 11:19.

como os preços praticados internacionalmente, e pelo aumento da vulnerabilidade da população que a redução da produção para abastecimento interno promoveu. Como pontua Herbert Bix, apesar do incremento populacional acima de 10 milhões de pessoas entre 1907 e 1927, a área disponível para produção de gêneros de consumo, como o milho, sofreu uma redução de 15% entre 1910 e 1933. Com isso, uma outra consequência que salta aos olhos é o subdesenvolvimento da agricultura tradicional em detrimento daquela mais moderna, com maior fluxo de investimentos e maior foco no aumento da produtividade para esta em relação à primeira (p. 431). Isto fez com que, no século XX, duas Manchúrias emergissem: uma menos dominada e influenciada pelas potências estrangeiras, majoritariamente de propriedade nativa e menos orientada ao lucro; em contraponto a outra, mais moderna, orientada ao lucro e sob larga influência estrangeira (Bix, 1972, p. 427).

No início, suas bases do processo de industrialização assentavam-se nos excedentes da agricultura, que deram apoio a uma crescente indústria de processamento de alimentos (Rawski, 1989, p. 83). Na economia tradicional da Manchúria predominavam três indústrias tradicionais, uma atuando na extração do óleo da soja (e que era utilizado não apenas no consumo, mas como fertilizante), a segunda cuidando da produção de farinha e a terceira, da destilação do kaoliang em um licor muito popular. Todas eram responsáveis por transformar tais excedentes em um tipo mais concentrado, que seria enviado para o exterior a fim de trocá-los por itens não produzidos localmente. Outros tipos de indústrias coexistiam, mas numa escala muito menor que as mencionadas (Sun, 1969, p. 61). Um estrangeiro que visitava o país pouco antes do fim do século XIX destacou que o “setor manufatureiro não era muito avançado na Manchúria” e que, por exemplo, “havia pouca tecelagem e as roupas de algodão que eram universalmente utilizadas eram importadas da China, ainda que os estabelecimentos de tingimento fossem numerosos”⁴⁷. Mesmo tendo em mente que este é um relato que contém um olhar estrangeiro sobre a questão, os dados econômicos e os relatos históricos coletados até aqui nos levam a crer que o cenário daquele momento não era muito diferente do descrito neste excerto. Estudos feitos por pesquisadores japoneses indicaram um desenvolvimento temporário de atividades como tecelagem, confecção de porcelanas e a fundição de ferro, durante os regimes dos imperadores Xianfeng (1831-1861) e Tongzhi (1861-1875), as quais pouco depois perderam fôlego em função da competição imposta pelas importações. Já nesse ponto vemos

⁴⁷ “Manufacturing in Manchuria is not advanced... There is but little weaving, and the cotton cloths which are in universal wear are imported from China, but dyeing establishments were numerous.” (Sun, 1969, p. 61)

reforçada a posição periférica da região quando inserida no conjunto das cadeias mercantis desse sistema internacional capitalista a que foi forçadamente incorporada.

Bix destaca a relevância que o mercado consumidor das províncias que compunham a Manchúria passou a representar para os comerciantes e empresários japoneses, de tal modo que o governo japonês não envidou esforços para resguardar aquela reserva apenas para si. O movimento feito por Mitsui Bussan (controlador de 30 a 40% do comércio exterior japonês), em 1906, de formar a Japan Cotton Export Guild juntamente com outras cinco companhias que somadas detinham 75% dos teares utilizados para manufaturar tecidos padronizados para exportação ilustra a lógica japonesa de eliminar ao máximo a concorrência existente, inclusive de outras potências estrangeiras. No caso especificamente da indústria leve de tecidos, Inglaterra e Estados Unidos eram os principais rivais comerciais a serem suprimidos. Considerando que a expansão das zonas de influência japonesas pela região era um projeto de Estado, não surpreende o fato de que a formação da referida guilda recebeu incentivo por parte do Yokohama Specie Bank⁴⁸, na medida em que foi oferecido desconto cambial nas operações com a Manchúria, o que permitiu o controle de 78,6% do mercado de importação deste segmento e, conseqüentemente, a retirada de Inglaterra e Estados Unidos do setor (p. 436). Somado ao domínio do mercado consumidor e do fornecimento de matérias primas e produtos agrícolas, o período compreendido entre final do século XIX e início do XX também testemunhou um avanço no número de indústrias instaladas. Entre 1895 e 1911, 57 fábricas japonesas, cujo escopo variava desde a pequena fábrica de medicamentos e fósforos até grandes indústrias de material circulante⁴⁹ e estaleiros para a construção de navios, foram construídas. Este número chegou a 72, em 1913, considerando apenas a região centro e sul da Manchúria.

⁴⁸ Inaugurado em 1880, num movimento para recuperar o controle sobre as finanças externas, tinha como objetivo acumular moeda em espécie, de qualquer tipo, desde que com um alto conteúdo de ouro e prata, e de qualquer parte do mundo (Tamaki, 1990, p. 247). Considerando o grande número de moedas diferentes que circulavam na China como um todo (e que não seria de outra forma na Manchúria), com uma área de moeda não foi suficiente para impedir a rápida difusão das notas de *yen* (chamadas *chao-piao*) emitidas pelo Yokohama Specie Bank, as quais foram instituídas como meio de pagamento nas transferências financeiras entre China e Manchúria e como financiador das exportações de grãos. A conquista da sua imposição enquanto moeda de troca em algumas das principais transações realizadas contrastava com uma limitação geográfica na sua circulação, dado que frequentemente cheques eram empregados na maior parte dessas transações e uma grande parte desta moeda não circulava fora do território dos portos dos tratados ou dos assentamentos da zona ferroviária - localidades onde os mercadores chineses e japoneses mais frequentemente se encontravam atuação limitada e uma constante flutuação no seu valor, esta instituição foi bem sucedida em estabelecer um controle monetário ao, após o fim da Guerra Russo-Japonesa, determinar a troca das moedas vigentes pelo *yen* japonês. Ainda que tenha havido uma tentativa de reação por parte do governo chinês, que incluía o estabelecimento de bancos provinciais para estimular a circulação de dinheiro chinês e eliminar a disseminação da moeda japonesa (1972, pp. 438-9).

⁴⁹ Conjunto dos equipamentos ferroviários que se locomovem sobre uma via permanente, abrangendo veículos motorizados ou não, como locomotivas e vagões. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Material_rodante, acessado em 19/ 03/ 2024, às 08:38.

Adiciona-se aqui a presença de *zaibatsus* como Okura, Mitsui e Mitsubishi, que possuíam os direitos de mineração de carvão em Fushun e Penhsihu.

As primeiras indústrias modernas introduzidas na Manchúria foram possivelmente moinhos movidos a vapor, levados de Shanghai e Hong Kong para Newchwang. Porém, a primeira instalação em larga escala de estruturas industriais ocorreu por obra dos russos, ao norte. Como visto anteriormente sobre o histórico das relações chinesas com outras potências da época, a presença russa na região não era novidade, tendo sido intensificada a partir da conquista do direito de construir uma ferrovia que atravessaria a Manchúria (a Chinese Eastern Railway, ou CER, melhor abordada mais à frente) e da repressão ao Levante Boxer, o que promoveu um grande influxo de tropas, engenheiros e civis para ocupar regiões estratégicas, os quais demandavam acomodações e estruturas, mas num modelo ocidental. Em um movimento que foi muito comum também em determinadas regiões de Shanghai, o movimento de incorporação da região envolve a imposição de estruturas e costumes ocidentais na região, num esforço de ajustar a localidade aos seus padrões.

Neste contexto, moinhos de farinha, destilarias de álcool e fornos de tijolos começaram a aparecer e, quando da Guerra Russo Japonesa, inúmeras pequenas indústrias foram implementadas, especialmente na região de Harbin (Sun, 1969, p. 62). As fábricas de moagem de óleo e farinha despontaram durante a Primeira Guerra Mundial em razão da falta de alimento e indústria de carvão deu um salto de desenvolvimento a partir de 1924, quando uma empresa russa, conjuntamente com o governo provincial de Kirin, se uniram para construir uma mina em Mu-leng. No ano seguinte, outra mina foi inaugurada em Haokang, desta vez por um grupo de chineses capitalistas. A abertura de dois ramais pela CER, em 1925 e 1927, colaboraram para o escoamento da produção, fazendo com que estas duas minas juntas se destacassem na produção de carvão. Neste caso, da mesma forma como no exemplo das indústrias de moagem, identifica-se a presença de chineses na condição de proprietários, mostrando que eles buscaram se fazer presentes nas atividades econômicas da região, como será mais detalhado posteriormente. A Revolução Russa e a depressão pós-guerra foram alguns dos eventos que fragilizaram economicamente o norte da Manchúria, causando falências e suspensão da produção de óleo e farinha já no ano de 1921. Neste sentido, a atuação da CER foi fundamental para a expansão industrial notadamente estrangeira na Manchúria, ao adotar medidas como redução das taxas de frete entre Harbin e Vladivostok que aumentaram a competitividade das exportações dos gêneros que saíam do porto de Vladivostok (pp. 62-3).

Ao mesmo tempo, mais ao sul, o avanço e a atuação japonesa foi ainda mais agressivo. O objetivo era dominar completamente a região, seu mercado consumidor, a aquisição da

matéria prima produzida (a ser despachada aos mercadores ou navegadores japoneses) e os recursos naturais, que deveriam ser destinados ao atendimento das necessidades dos japoneses. Com isso, a região estaria completamente conectada a redes de interação com os japoneses, fundadas basicamente nas trocas de bens primários e na introdução de novas técnicas e tecnologias na região⁵⁰. Um dos principais instrumentos para execução deste projeto foi South Manchurian Railway (SMR), cuja empresa ligada à ela era responsável por colocar em prática a dominação e as políticas do governo japonês para a região. E aos poucos foram eliminando qualquer sinal de influência externa na região. O aumento da estrutura e da eficiência da South Manchurian Railway Company tinha como um dos seus propósitos reunir sobre sua gerência todo o comércio exterior - especialmente considerando que o principal produto de importação eram roupas de algodão advindas dos Estados Unidos e da Inglaterra⁵¹. A abertura de novos portos para além do de Newchwang - conquista obtida com a derrota da China em 1905 - permitiu a diversificação dos canais onde as trocas eram realizadas e o desenvolvimento do porto de Dairen (que em 1912 conseguiu superar o volume de trocas de Newchwang e, em 1926, já realizava quatro vezes mais transações que seu antecessor), colaborando para a expansão das atividades para além do único porto utilizado até então. O Tratado de 1905 também incluía a permissão para abertura de uma rede de escritórios consulares e câmaras de comércio a fim de orientar e informar seus empresários. O retorno da estrutura montada veio já em 1914, quando, devido à Primeira Guerra Mundial, as importações por parte dos ingleses quase cessaram e os homens de negócio dos Estados Unidos voltaram seu foco para atividades em outros locais.

Como resultado, em um período curto de tempo, os japoneses conseguiram sucesso no seu plano de dominar a economia da Manchúria (pp. 63-4)⁵². Sobre isso, Rawski lembra o peso das motivações econômicas e políticas dos estrangeiros presentes tanto da Manchúria, quanto

⁵⁰ Não faz parte do escopo dessa pesquisa, mas as companhias e as indústrias instaladas na região serão incorporadas pelos chineses após a recuperação, primeiramente pelos nacionalistas e, após a guerra civil, pelos comunistas. Os efeitos desta absorção para a economia do Nordeste da China serão melhor explorados em trabalhos posteriores.

⁵¹ O setor têxtil não recebeu muitos investimentos por parte dos japoneses inicialmente porque seu objetivo era garantir uma reserva de mercado para os tecidos e as roupas produzidos no Japão. Porém, a instalação de uma grande fábrica em Mukden, no ano de 1921, por Zhang Zuolin, deixou os japoneses sem outra escolha senão instalar suas próprias fábricas. Era difícil até de competir: contra os 20.000 fusos instalados na fábrica de Mukden, apenas três empresas japonesas colocaram um total de 80.000 fusos. A competição só acabou quando o exército de Kwantung (lado japonês) tomou a companhia Mukden, em 1931 (Sun, 1969, p. 73).

⁵² Após 1917, os preços voltaram a subir e empresas europeias se instalaram novamente na Manchúria. No entanto, seu foco era basicamente o atendimento de necessidades locais ou fornecer matéria prima para o Japão. Havia ainda aqueles que apresentaram um novo modelo de consumo, com itens que representavam um novo e moderno estilo de vida (Sun, 1969, p. 71). Ainda assim, o retorno europeu à região não teve força para ameaçar a hegemonia japonesa.

da China como um todo. A presença massiva do setor privado remete à primazia da busca pelo lucro, ao mesmo tempo em que a proeminência de agências como a SMR reafirmam a alocação dos investimentos e a concessão de empréstimos alinhados ao objetivos de atrelar cada vez mais a região às estratégias do Estado japonês (1989, p. 83). As reservas minerais incentivaram a construção, pelos japoneses, de um complexo de indústria pesada, que incluía a mineração de carvão, e a fabricação em grande escala de ferro, aço, maquinário industrial e transporte de equipamentos. Após a mina de carvão de Fushun ser transferida para o controle japonês por meio do Tratado de Portsmouth, coube a SMR o desenvolvimento das suas atividades que, sob russos gerava uma produção de 300 toneladas por dia e, agora com os japoneses, escalara para milhares de toneladas. Além de atender às necessidades da SMR e suas subsidiárias, o carvão extraído era vendido à CER e exportado ao Japão.

É importante destacar como a expansão dos meios de transporte favoreceu não apenas o crescimento econômico da região como o aumento da presença e da influência estrangeira na região. A CER e a SMR foram inauguradas em princípios do século XX (1903 e 1907, respectivamente), cada qual ligado a uma potência diferente. A CER, a primeira a ser terminada, cruzava a Manchúria de oeste a leste, ligando a Transiberiana até Vladivostok, num total de 1.067 milhas (1717 km). Por outro lado, a SMR, criada a partir de um decreto imperial em 1906, conectava Harbin ao porto de Dairen, tendo um comprimento de cerca de 690 milhas (1110 km) (Eckstein, Chao, Chang, 1974, p. 243). Tecnicamente uma empresa privada, transformou-se numa holding e operou sob forte apoio e financiamento estatal e protegida pelo exército de Kwantung (Goddard, 2018, p. 152). Tendo sido fundada com o objetivo inicial de se envolver no tráfego férreo na Manchúria, aos poucos a SMR adquiriu poderes e atribuições cada vez mais amplas, englobando atividades subsidiárias como mineração, transporte de água, empresas elétricas, venda dos principais itens transportados pela ferrovia, armazenamento, transações imobiliárias dentro da zona da ferrovia, além de qualquer outro tipo de negócio determinado pelo governo (Sun, 1969, p. 63). Ela se tornou um importante instrumento de gestão dos interesses japoneses na Manchúria e seus presidentes eram apontados pelo governo e sujeitos à sanção imperial. O ano de 1907 também marcou o momento em que mais três portos foram abertos aos estrangeiros, acabando com o monopólio do comércio exterior que exercia o porto de Newchwang. Estes dois fatores combinados foram responsáveis pela interconexão de várias cidades mais interioranas, algumas próximas a rios e outras às maiores linhas ferroviárias, aumentando o mercado consumidor disponível a gêneros importados e produzidos por empresas locais (fossem estrangeiras, fossem algumas poucas restantes em mãos de chineses), pela baixa nos custos de circulação.

A Guerra Sino-Japonesa promoveu uma reconfiguração das relações comerciais Japão - China - Manchúria. Se antes do evento, a maior parte do escoamento do excesso produtivo iria para a China (feijões e sorgo iam para o norte, enquanto produtos agrícolas processados como óleo de soja eram direcionados ao sul), com a vitória, o controle dos japoneses sobre as trocas realizadas aumentou exponencialmente (Bix, 1972, p. 435). Enquanto em 1890, o comércio com o Japão correspondia a 4,5% do total realizado anualmente, por volta de 1900, cerca de 40% era com os japoneses. Interessante destacar uma observação feita por Bix acerca do papel complementar que foi dado à economia da Manchúria em relação à japonesa, reproduzindo o mesmo padrão dual encontrado na potência imperialista. Neste sentido, pequenos donos de negócios e proletários considerados ameaçadores do equilíbrio social eram enviados à Manchúria onde, protegidos por um sistema de privilégios especiais, intimidavam os chineses locais. Por outro lado, e ainda reproduzindo a mesma estrutura econômica encontrada no Japão, quem verdadeiramente lucrou com esta atividade foram as grandes empresas com apoio do governo japonês, tais como Mantetsu. O capital monopolista garantia, assim, uma saída para seu excedente de produção, além do fornecimento de matérias primas agrícolas e industriais e de mão de obra barata - ainda mais barata do que aquela que dispunham em casa (pp. 437-8).

O grande marco para o influxo de indústrias privadas japonesas para a Manchúria foi com a assinatura do Tratado das 21 Demandas, já abordado no capítulo anterior, e que, de acordo com Herbert Bix, foi responsável por garantir aos empresários japoneses, virtualmente, igualdade de tratamento em termos de viagem, residência e para desempenhar uma série de atividades no interior da Manchúria, excluídas apenas a mineração, a exploração florestal e a agricultura - para as quais seria necessária a formação de uma *joint venture*. Com isso, o número de empresas privadas japonesas - a maior parte das quais operavam sob as regras comerciais japonesas em Kwantung e na zona da estrada de ferro, passaram de 124 em 1915 para 914, em 1925 - incluídas aqui a South Manchurian Railway Company e suas subsidiárias. No mesmo período, o número de *joint ventures* também foi acrescido em sete vezes, subindo de 21 para 131 companhias, que acumulavam um capital integralizado de 118 milhões de *yen* (dos quais dois terços estavam concentrados em apenas 16 empresas, dos setores de mineração, exploração florestal, geração de energia elétrica, setor bancário, coleta de grãos e investimentos) (p. 437).

3.2.2 Manchukuo e a mudança na estratégia econômica japonesa

Uma das estratégias adotadas pelo Japão para reforçar seu controle sob a Manchúria foi se aproximar de figuras locais que pudessem ser relevantes colaboradores. Preocupado com o crescimento do movimento nacionalista, por volta dos anos 1920, os governantes japoneses passaram a apoiar um senhor da guerra local, chamado Chang Tso-lin, ou Zhang Zuolin, na busca de governar o território através dele. No entanto, o objetivo de Chang era expandir seu poder em direção ao sul, contra o avanço das tropas nacionalistas. Neste sentido, buscou desempenhar um papel ativo no desenvolvimento da região, com a construção de uma fábrica de tecidos de algodão em Mukden, no ano de 1921 e da Mukden Arsenal, criada originalmente para produzir munições, mas que ampliou seu rol de atividades, passando a incluir a geração de produtos químicos e outros materiais. Ao mesmo tempo, no seu esforço militar de expansão, aumentou os impostos e a emissão de papel moeda, levando a uma crise inflacionária e econômica. Em 1928 Chang é assassinado pelo exército de Kwantung⁵³, que colocou uma bomba no trem em que ele estava e culpou os chineses. Os japoneses tinham esperança que seu filho, Chang Hsüeh-liang, fosse mais simpático às ambições japonesas. No entanto, as tensões se mantiveram até a eclosão do incidente de Mukden, em 1931 (Goddard, 2018, p. 152; Sun, 1969, pp. 20-1).

Em 1931, os japoneses repetiram o movimento e acusaram os chineses de causar a explosão que atingiu uma ferrovia japonesa em Mukden. A sabotagem, porém, havia sido obra do próprio exército de Kwantung, com objetivo de ocupar a cidade. Nas primeiras semanas, o governo central japonês tentou suspender a marcha através da Manchúria, mas um mês depois do incidente, o exército lançava ataques a Chinchou, onde o governador da Manchúria, Chang Hsüeh-liang, havia se refugiado. Ao fim de 1931, já haviam conquistado a maior parte dos centros urbanos e demandaram que o governo em Tóquio e as demais potências reconhecessem a tomada do território. Por fim, o governo do Japão retrocedeu na contenção e decidiu, em 1932, por separar a Manchúria da China, através da fundação do estado fantoche de Manchukuo (Goddard, 2018, pp. 149; 153). Abaixo o mapa da região mostrando como ficou o império japonês após 1930. Pu yi, o último imperador da China (ascendeu já no século XX mas foi destituído em 1912, com a proclamação da república) que havia buscado diversos arranjos para recuperar seu poder, incluindo se alinhar aos senhores da guerra, colaborou com os japoneses e foi declarado o regente de Manchukuo (Shao, 2011, p.1).

⁵³ Formado após a Guerra Russo-Japonesa a fim de garantir o território de Kwantung e a SMR, aos poucos se tornou a principal força política da Manchúria, responsável pela fundação do estado fantoche de Manchukuo e pela formulação e tentativa de implementação do Plano Quinquenal de 1937.

Mapa 3. Expansão do Império Japonês e fronteiras de Manchukuo



(Extraído de Jacques, 2009)

Este evento marca a completa dominação política e econômica da Manchúria por parte do Japão, que passa a direcionar o foco dos seus investimentos ao desenvolvimento industrial, à extensão da rede de ferrovias (por razões estratégicas e de desenvolvimento industrial) e ao desenvolvimento do comércio e dos serviços governamentais (Eckstein, Chao, Chang, 1974, p. 252). O exército de Kwantung solicitou a SMR a produção de um plano para o desenvolvimento econômico da Manchúria e foi instituído um comitê bem diverso para tal, com objetivo de planejar desde pequenas coisas, como melhorar o tipo de veículo de duas rodas que era utilizado em algumas partes da Manchúria, até o estabelecimento um novo sistema

monetário e bancário (Sun, 1969, p. 75)⁵⁴. Alguns aspectos de substancial importância foram propostos pelo plano desenhado: determinava que os recursos minerais essenciais para a defesa nacional seriam explorados apenas por “empresas especiais”, instituídas para este objetivo (incluindo a unificação de várias das minas de carvão) e colocava sob controle nacional as indústrias de metais, maquinário, papel, cimento, polpa, óleos vegetais, farinha, álcool e licor, seda tussah e algodão. A amplitude dos tipos de indústria que foram inseridos na estratégia sugerida indica que os japoneses reforçavam seu controle sobre toda a economia da Manchúria, adicionando inclusive setores menos ligados a questões de defesa nacional, mas que eram foco de interesse dos chineses (p. 76). Este modelo não era inédito, pelo contrário: a inspiração estava justamente nos anos iniciais do desenvolvimento japonês, quando empresas foram criadas para agregar sob seu guarda chuva outras companhias que exerciam a mesma atividade, tendo sido aplicado com bancos, indústrias e companhias para o desenvolvimento colonial.

Observando a economia da Manchúria numa base mais ampliada, identificamos que os setores que cresceram mais rapidamente foram o de construção e de transportes modernos, que apresentaram um crescimento agregado de 9,9%, considerando o período de 1924 a 1941. Sobre o setor de transporte especificamente, havia um plano ambicioso de expandir a malha por todo o estado, de modo a alcançar 10.000 km em cinco anos. Para tal, por volta de 1933, todo o gerenciamento da malha ferroviária do estado de Manchukuo havia sido entregue à SMR. Naquele mesmo ano, a União Soviética iniciou o processo de negociação da venda da CER - concluída em 1935 e também entregue à SMR. Com isso todo o sistema de ferrovias foi unificado e colocado sob a administração da SMR. Em 1937, a quilometragem total em que o serviço de passageiros operava era de 9.248 km, enquanto o tráfego de mercadorias totalizava 9.655 km. Assim, observando os dados que temos disponíveis⁵⁵, identificamos que eles desenham um cenário que reflete a queda no setor agrícola, em parte por uma mudança de objetivo do governo japonês, em parte por conjunturas internas (maior demanda por investimentos em capital e tecnologia de forma a aumentar a produtividade de um setor já quase

⁵⁴ Que culminou na confecção de um plano de cinco anos, a ser implementado entre 1937 e 1941, mas que precisou ser ajustado já em 1937 por causa da Segunda Guerra Sino-Japonesa. O Japão organizou um plano de quatro anos que cobriria vários produtos estratégicos e o governo de Manchukuo anunciou um plano revisado em abril de 1938. A eclosão da Segunda Guerra Mundial também levou a um novo planejamento, dado que um dos pontos que haviam sido previstos era a venda de soja e outras sementes oleaginosas para Alemanha e Itália - o que se mostrou inviável. Em suma, o que seria um plano de longo prazo, se transformou em uma série de ajustes realizados à medida que novos fatos iam apresentando novas condições. Quando o prazo do primeiro plano quinquenal estava para expirar, representantes de várias partes do *yen bloc* se encontraram em Tóquio para discutir um segundo plano quinquenal, porém Pearl Harbor ocorreu e eles tiveram que retomar a estratégia *ad hoc* (Sun, 1969, pp. 79-81).

⁵⁵ Os pesquisadores do período em geral apontam que os dados a partir de 1930 são mais consistentes, confiáveis e disponíveis em maior quantidade.

exaurido) e externas (como a Grande Depressão). O setor industrial, por outro lado, se tornou o mais dinâmico, especialmente após meados dos anos 30, quando o programa de industrialização desenhado alcançou seu auge, sob a tutela japonesa. A instauração de Manchukuo colaborou fortemente para a disparada do setor de serviços, em razão da necessidade de fazer o novo estado começar a funcionar. A tabela abaixo mostrando a taxa de crescimento comparada entre os três setores da economia, de 1924 a 1941, é bastante funcional para ilustrar esta situação (Eckstein, Chao, Chang, 1974, pp. 251-3).

Tabela 4. Composição intersetorial do PIB na Manchúria, 1924-1941 (percentual do total, baseado no yuan de 1934).

	1924	1926	1929	1934	1936	1939	1941
Agricultura	49,7	50,1	50,7	36,2	43,2	32,7	33,9
Manufatura	14,7	16,8	12,9	19,8	17,7	20,4	20,3
Serviços	35,6	33,1	36,4	44,0	39,1	46,9	45,8

Agricultura inclui produtos farmacêuticos, agricultura, silvicultura e pesca; *Manufatura* se refere a mineração, manufaturados, utilidade pública, pequenas indústrias e construção; todas as outras atividades econômicas compõem *Serviços*. (Tabela 5: Adaptada de Eckstein, Chao, Chang, 1974, pp. 251-3)

Isto não significou, no entanto, uma substituição do papel relativo da agricultura dentro da economia da Manchúria. Apesar da queda relativa aos outros dois setores, permaneceu, até 1936, responsável pela maior participação no produto interno bruto - ano em que é superada pelo setor de serviços. Ao mesmo tempo, o crescimento do PIB da região, que superava o da China como um todo, não foi acompanhado por um aumento no nível de renda per capita, como já antecipado neste capítulo, em função da sua forte orientação ao comércio exterior (acumulando taxas de exportação de cerca de 17% e de importação de 22%, em relação ao PIB de 1934) e ao atendimento dos interesses do governo japonês (pp. 255-6).

Tabela 5. Taxa de crescimento do PIB da Manchúria, em percentual da taxa anual média.

	1924-36	1936-41
Agricultura	1,6	2,4
Manufatura	4,4	9,9
Serviços	3,6	10,5

Agricultura inclui produtos farmacêuticos, agricultura, silvicultura e pesca; *Manufatura* se refere a mineração, manufaturados, utilidade pública, pequenas indústrias e construção; todas as outras atividades econômicas compõem *Serviços* (Tabela 6, Adaptada de Eckstein, Chao, Chang, 1974, pp. 255-6).

3.2.3 Os Chineses na Economia da Manchúria

Ficou muito claro como a incorporação da Manchúria foi um processo econômico e político, que pretendia monopolizar a região para o exclusivo interesse japonês. Havia pouco espaço para os chineses locais também, que, apesar da pouca margem, conseguiram estabelecer algum comércio e indústria de forma independente. O cenário era pouco favorável, como já descrito, com disputas de poder entre países centrais dominando e ditando as relações econômicas. A agricultura tradicional e as indústrias de processamento dos seus gêneros acabaram estagnando ou sendo relegadas a uma posição de apêndice das firmas estrangeiras. Um exemplo claro disso se deu com a indústria de processamento de óleo de soja, produto que, pela sua relevância para o comércio exterior, foi mecanizado e subordinado à indústria japonesa. Outra atividade afetada pela influência dos interesses externos foi a sericultura, que, apesar do rápido desenvolvimento sob a gestão japonesa, sofreu com a queda na demanda por Estados Unidos e Japão e acabou entrando em declínio permanente depois de 1923 (Bix, 1972, pp. 440-1). Já as indústrias leves conseguiram se manter ativas e com alguma margem de lucro mesmo com a intensa competição japonesa. A Primeira Guerra Mundial permitiu um respiro para este setor, dado que, com exceção do Japão, todas as demais potências desviaram seu foco econômico da China para o esforço de guerra na Europa. Por causa disso, alguns moinhos de farinha, fábricas de cigarros, de fósforo e de vidro, além de trabalhos de cerâmica puderam se desenvolver. A indústria de têxteis chinesa na Manchúria sofria com a dependência do fio bruto estrangeiro e da importação de maquinário e com o pequeno mercado disponível para seus

produtos. As indústrias pesadas, por outro lado, não tiveram o mesmo espaço para coexistir com os grandes empreendimentos estrangeiros, que dominaram todo o setor. Com exceção de alguns poucos arsenais governamentais, como no caso, já descrito, das indústrias construídas por Chang Tso-lin, esta atividade, bem como a mineração de ouro, prata, cobre e carvão foram dominados pelos estrangeiros. Para se ter uma ideia, a maior mina de carvão de propriedade chinesa, no contexto da Manchúria pré 1931, tinha apenas 1/10 do capital da Companhia de Carvão e Ferro Mitsui Penhsihu. O governo de Chang, inclusive, foi responsável por alguns dos poucos ganhos que a produção nacional pode auferir. Afora os exemplos já descritos, pode-se acrescentar a geração de energia elétrica. Num esforço para romper com a forte dependência dos japoneses, com o suporte de Chang, foram estabelecidas duas ou três companhias geradoras de energia elétrica, entre 1923 e 1927. Enquanto, em 1923, conseguiram produzir cerca de 20% da energia elétrica da Manchúria (o resto era gerado pelo Japão), em 1927 esta proporção passou para 33% contra 67% dos japoneses.

Em agosto de 1945, em atendimento ao acordo de Yalta assinado em fevereiro daquele ano com Estados Unidos e Inglaterra, a Rússia entrou em guerra contra o Japão e, em agosto daquele ano, como parte da Ofensiva Estratégica da Manchúria, ocupou a terra que foi originalmente dos manchus, tomando-a de um combalido Japão - o qual não teve outra alternativa senão finalmente assinar a sua rendição na Segunda Guerra Mundial. O território seguiu com presença russa até 1946 quando, apesar de um acordo com o Kuomintang, foi entregue aos comunistas. Apesar dos danos que sofreu durante a guerra Nipo-Soviética e a posterior ocupação japonesa, as indústrias da Manchúria mantiveram a sua relevância. Os nacionalistas chineses introduziram as companhias locais dentro de um sistema de empresas estatais e estas foram incorporadas pelos comunistas após sua vitória sobre os nacionalistas. O primeiro planejamento industrial dos comunistas ocorreu justamente na Manchúria, através de empresas operadas pelo Estado, as quais, na primeira década de existência da República Popular da China, estavam largamente concentradas na Manchúria e estavam muito ligadas às indústrias pesadas. Dados de 1952 indicam que a Manchúria era responsável por 41% do fornecimento de energia da China, 33% do carvão, 39% do cimento e 70% do aço, mostrando que a base industrial deixada pelos japoneses colaborou para o desenvolvimento posterior da região. Ainda assim, mesmo com todo o processo de desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial descrito neste capítulo, a Manchúria não pode ser vista como uma região industrializada (Hirata, 2020, p. 878). Afinal, a maior parte da sua população estava envolvida com a agricultura e o seu processo de industrialização foi construído para servir aos interesses do império japonês. Os gerentes das fábricas e empresas eram japoneses, a esmagadora maioria

dos engenheiros e técnicos eram japoneses, até mesmo uma parte importante dos trabalhadores qualificados eram japoneses. Na medida em que a economia da Manchúria foi ajustada de forma complementar à japonesa, adaptações para contextos de guerra, por exemplo, desconsideraram necessidades de saúde, descanso e satisfação da população local (Grajdanzev, 1945, p. 336).

O que se percebe é que a incorporação da Manchúria ao Sistema-Mundo tem um caráter mais tardio em relação a outras regiões da China. É possível apontar o estabelecimento de uma rede de interação político-militar com a Rússia ao longo de anos de conflitos regulares entre as partes, dos quais advém, por exemplo, a assinatura do Tratado de Nerchinsk. Porém, os efeitos mais profundos sobre estruturas econômicas, sociais e políticas somente são identificados a partir de meados do século XIX, quando a autorização para a migração massiva de chineses muda a paisagem da região. A expansão das terras produtivas permitiu à Manchúria se inserir em redes de trocas de bens primários, sendo a soja um produto que se destacou neste cenário e seguiu como um dos principais gêneros da pauta de exportação. Nesse sentido, a entrada das principais potências no nordeste da China, especialmente do Japão, promoveu a sua incorporação à economia-mundo moderna capitalista e a sua consequente integração à divisão internacional do trabalho numa condição periférica. A ela cabia uma posição basicamente exportadora, além de base para empresas que exploravam os recursos existentes para otimizar sua produção e, em seguida, remeter ao seu país de origem. Apesar de ter recebido um enorme volume de investimentos em infraestrutura, implantação de novas técnicas e novas tecnologias e de algumas das principais e maiores indústrias instaladas na China estarem localizadas lá, todo o desenvolvimento promovido visava apenas atender às necessidades dos países ocupantes. Isto é especialmente notável no caso do Japão, dado o peso da sua presença e do seu objetivo de usar a Manchúria como parte do seu projeto para reafirmar sua posição dentre as potências da época, gerando pouco impacto sobre as condições de vida da população.

Capítulo 4

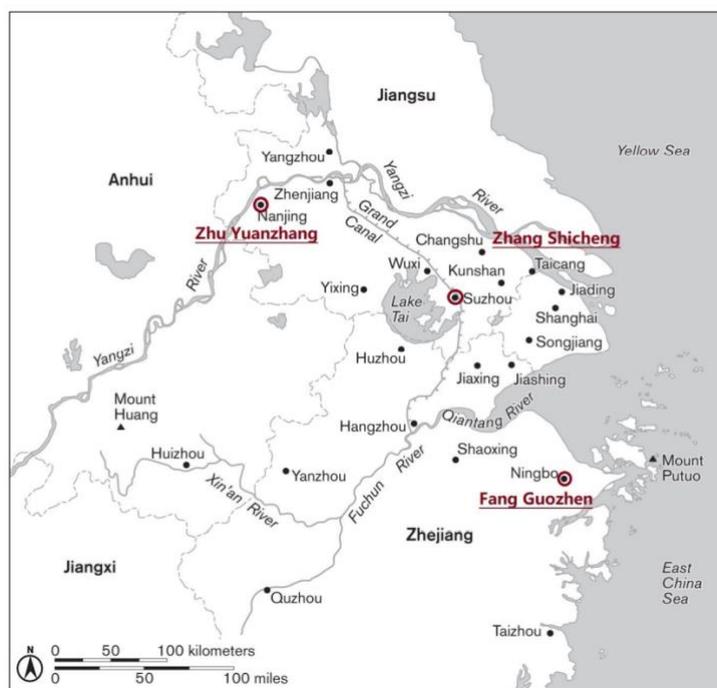
4.1 A Fundação de Shanghai e seu Despontar Econômico

Shanghai cresceu junto ao porto de Suzhou (Soochow), a partir de uma pequena aldeia pesqueira na junção dos rios Suzhou (também chamado Wusong) e Whangpoo (ou Huangpu). Localizava-se na margem esquerda do rio Whangpoo, a cerca de 18 km da confluência deste rio com o Yangzi (conforme mostra o mapa 4). Estando situado levemente acima do nível do mar, a paisagem ao seu redor era entremeada por rios e canais cujas águas, constantemente afetadas pelo movimento das marés, frequentemente transbordavam, causando inundações (Bergère, 2009, p. 22). Os registros mais antigos da região onde Shanghai se localiza datam do intervalo entre os anos 770 a.C. e 476 d.C., aproximadamente. O processo de assoreamento e avanço do litoral sobre Suzhou, por volta do século XI, desviou o curso dos navios para aquela pequena vila de pescadores, que até aquele momento era conhecida como Hu Tu. Com isso, em 1075, um oficial foi destacado para administrar a alfândega e a vila de pescadores passou a ser qualificada como uma *market town*⁵⁶. No entanto, somente em 1279, agora oficialmente denominada Shanghai, a cidade se declarou independente de Suzhou, passando a se comunicar diretamente com o governo central, inclusive no envio dos impostos coletados. A restauração do Grande Canal⁵⁷ pelo imperador Ming Yongle (1403 - 1424) entre 1411 e 1415 desviou boa parte dos navios que chegavam ao norte a partir do sul da China, superando Shanghai no quesito comércio marítimo. Apesar disso, a cidade seguia atraindo a atenção de estrangeiros, principalmente piratas japoneses, que perpetravam constantes saques e ataques, culminando no incêndio da cidade e na construção, no ano seguinte, das famosas muralhas que circundam a região hoje conhecida como cidade velha. Com seu formato circular, mediam 10 metros de altura e 5 quilômetros de circunferência e duraram até 1912, quando foram derrubadas e seu fosso, preenchido (Murphey, 1995, pp. 66-7; Denison; Ren, 2013, p. 20; Danielson, 2004, pp. 8-10). O mapa 4 destaca a posição de Shanghai em relação ao rio Yangzi e o percurso do Grande Canal, que colaborou para o desvio do fluxo de comércio que passava por Shanghai.

Mapa 4. Localização de Shanghai e do Grande Canal

⁵⁶ De acordo com Kelin, Nongjian e Nanke, *market towns* seriam comunidades distintas de cidades ou vilas que se caracterizavam por conterem uma população diversa, engajada em funções concorrentes, cuja atividade econômica estava adaptada às condições do mercado.

⁵⁷ O Grande Canal, em uso desde 1411, foi uma das principais artérias pelas quais eram transportados grãos referentes às relações tributárias



. (Extraído de Liu, 2023.)

A realocação da capital chinesa para Hangzhou no século XII contribuiu para o florescimento comercial da região da bacia do baixo Yangzi⁵⁸. Após os Song perderem o controle da parte norte da China em 1127 para os povos Jurchen⁵⁹ e migrarem para Hangzhou, a região de Jiangnan⁶⁰ assumiu o papel de coração econômico da China. Ainda durante a regência dos Song do Norte, apesar de Kaifeng ser o maior centro comercial, a região da bacia do baixo Yangzi já despontava como uma das suas regiões mais dinâmicas, contendo nove das duas quinze cidades com os maiores índices de impostos coletados em 1077 (Glahn, 2016, p. 249). Com a migração dos povos do norte em função do processo de conquista neste período, a população de Jiangnan aumentou quase 50% entre 1102 e 1223 - especialmente impressionante se considerarmos que os demais territórios governados pelos Song do Sul tiveram um aumento estimado no período de 9%. *Market towns* e redes de comércio se espalharam rapidamente a partir do avanço das planícies alagadas de plantação de arroz,

⁵⁸ O baixo Yangzi é uma das macrorregiões dentre as quais a China se divide. De acordo com a classificação estabelecida por William Skinner e inclui oito das dez prefeituras da província de Zhejiang e dez das doze prefeituras da província de Jiangsu, além da cidade de Shanghai (Ma, 2008, p. 358).

⁵⁹ Os Jurchen (ou Ruzhen) eram tribos asiáticas tungus do nordeste da Manchúria que assumiram o nome dinástico de Jin (1115-1234). O movimento de conquista do norte que executaram levou os Song a deixar sua capital em Kaifeng (àquela época chamada Bianjing), localizada próximo ao rio Amarelo e de um dos afluentes do Grande Canal, e se instalar no sul, com a capital em Hangzhou, o que deu início ao período dinástico dos Song do Sul (1127-1279) (Fairbank; Goldman, 2006, pp. 113-5; 143-4).

⁶⁰ Localizada na parte imediatamente abaixo do baixo Yangzi, engloba algumas das localidades mais proeminentes da China, como Shanghai, Hangzhou, Nanjing, Ningbo, Suzhou, Wuxi e Zhenjiang.

conectando produtores rurais de grãos e da seda de Hangzhou a grandes cidades. Neste sentido, o crescimento urbano e o aumento do consumo, tanto na cidade quanto no campo, estimularam tanto a especialização regional, quanto o comércio de longa distância colocando Jiangnan numa posição central que perdurou independente de ascensão e queda de dinastias (pp. 255-6).

O renascimento do comércio de longa distância no século XVI e o aumento da produção de gêneros como a seda e manufaturas de algodão aumentaram a especialização regional de Jiangnan. O algodão, introduzido na região do delta do Yangzi no final da dinastia Song, floresceu nos solos arenosos da região costeira. Sua disseminação na região ocorreu já no século XV, impulsionados pelos empréstimos de tecnologia e maquinário das manufaturas de seda (p. 298). Com isso, a produção de tecidos foi se constituindo, aos poucos, na principal manufatura rural, especialmente de seda e algodão. Áreas como Suzhou e Songjiang (atualmente um distrito de Shanghai) presenciaram no notável aumento populacional entre finais do século XVI e início do XVII e os *market towns* das regiões próximas identificaram a instalação de centros de tingimento e outras atividades relacionadas (Atwell, 1998, pp. 404-5). Desde cedo Shanghai se consolidou como exportadora de algodão cru, tecidos e outros têxteis, como a seda, ao passo que importava arroz, chá e bolo de soja (muitas vezes utilizado como fertilizante). Neste sentido, a derrubada do banimento ao comércio exterior no século XVI colaborou para sua evolução como *market town* e para o seu destacamento como um dos principais portos costeiros. Enquanto o comércio com o ocidente ainda era monopolizado por Cantão⁶¹, Shanghai se situava como rota de comércio com o Japão e os demais países do sudeste asiático (Bergère, 2009, p. 24). Aos poucos, Shanghai foi crescendo em relevância e passou de capital distrital para capital de circuito, onde era encontrado o *daotai*, ou intendente de circuito⁶² - que estava sob autoridade direta do governador de província e controlava a administração de cerca de vinte distritos. Além disso, o ocupante deste cargo, era responsável pelo gerenciamento de postos de alfândega de rios e mares e pela cobrança dos impostos correspondentes ao comércio externo. A transferência do seu escritório para Shanghai refletiu e estimulou a crescente posição de importância que o porto exercia tanto no comércio interno, quanto no externo (p. 26).

O que se nota é que, ao contrário da Manchúria, a integração de Shanghai a diversas redes de interação ocorre desde muito cedo. A região apresentava já no século XIII uma grande

⁶¹ Alguns dos itens produzidos em Shanghai, como seda e os *nankings* (tecidos grossos de algodão, tingidos de azul) viajaram para a Europa e Estados Unidos através de Cantão (Bergère, 2009, p. 24).

⁶² Responsáveis por unidades de governo provinciais e locais de segundo nível administrativo durante a dinastia Qing.

relevância econômica e comercial, o que atraiu para ela a atenção de piratas, motivando a construção da famosa muralha que perdurou até a proclamação da república. Com isso, podemos inferir que a cidade já estava inserida em sistemas-mundo mesmo antes do século XIX, pelas trocas de bens primários e de luxo, pela sua conexão com redes de comércio internas e internacionais, pelos fluxos migratórios que atraiu para si. Todos esses elementos incentivaram seu crescimento e desenvolvimento, inclusive com grupos dependendo cada vez mais destas interações, sua projeção em termos de relevância e o despontar de um dos principais grupos envolvidos nas tentativas de modernização da região, os mercadores.

4.2 International Settlements: A Shanghai dos Estrangeiros

Por sua relevância comercial e estratégica, Shanghai foi incluída na primeira leva de portos abertos pelos tratados impostos pelas potências estrangeiras. O Tratado de Nanquim, de 1842, incluiu a cidade na lista dos cinco portos aos quais os estrangeiros deveriam ter acesso e poder livremente utilizar para suas trocas comerciais. Com a abertura dos portos às nações estrangeiras, o Grande Canal foi substituído de vez como a principal via para conexões entre a costa e as áreas mais ao interior tanto ao sul quanto ao norte, especialmente quando os rios, como o Yangzi, se tornaram navegáveis por navios a vapor. Juntamente com cidades como Hong Kong, Shanghai começou a se expandir em tamanho e relevância ao mesmo tempo que mantinha suas ligações comerciais com o interior, o que aumentou a sua importância e sua atratividade para chineses, especialmente mercadores, vindos das mais diversas regiões da China. Somado a isso, o volume de comércio exterior que passava por Shanghai dobrou entre 1861 e 1894 e, novamente, em 1911. Ao mesmo tempo, neste período, a participação geral da cidade no comércio exterior caiu de 60% para 45%, num claro indicativo da ampliação da participação de outros portos dos tratados (Lincoln, 2021, p. 136; 141). Dados fornecidos por Skinner reforçam a leitura de Shanghai como uma das aglomerações urbanas que mais crescem no período, apontando que o baixo Yangzi teve o maior aumento populacional nas cidades (considerando o total estimado da população) em termos percentuais dentre outras macro-regiões. Entre 1843 e 1893, passou de 7,4% para 10,6% em comparação a segunda área com maior crescimento, Lingnan, que passou de 7% para 8,7%⁶³.

⁶³ As demais regiões mencionadas são a Costa Sudeste (5,8% para 6,4%), Noroeste da China (4,9% para 5,4%), Meio Yangzi (4,5% para 5,2%), Norte da China (4,2% para 4,8%), Alto Yangzi (4,1% para 4,7%) e Yun-kwei (4% para 4,5%) (Skinner, pp. 228-9; Apud Lincoln, 2021, p. 139).

Os tratados assinados com as grandes potências continham dispositivos não apenas sobre a liberação de portos para as trocas comerciais, mas também concedendo permissão de moradia para os estrangeiros em quaisquer outras localidades que não apenas as áreas determinadas pelos chineses⁶⁴. A liberdade recém adquirida pelos estrangeiros de escolher onde se instalar propiciou o estabelecimento de diferentes arranjos, que tinham em comum a ideia do governo comprometido em organizar o espaço urbano (Lincoln, 2021, p. 148). Em Shanghai, a ideia de fornecer aos estrangeiros uma área fora da cidade murada para se instalarem adveio do intendente do circuito, que teria adotado como uma de suas responsabilidades o “gerenciamento dos bárbaros”, ou seja, das relações com os estrangeiros. Sua principal preocupação era evitar desentendimentos entre chineses e estrangeiros. Foram instituídas então as Regulações da Terra, que se constituíam num conjunto de regras que regulavam as condições para a aquisição de terras e prédios e para o estabelecimento dos estrangeiros, além das instituições responsáveis por administrar as concessões (Bergère, 2009, p. 29). No caso dos ingleses, estas regras permitiram a eles se instalarem em uma zona medindo 56 hectares (e que em 1848 se expandiu para 199 hectares), situada a norte da cidade murada e seus subúrbios, ao longo da margem do rio Huangpu, onde canhoneiras e embarcações de mercadores podiam ancorar (p. 28). Aos chineses não era permitido acesso à região e os estrangeiros de outras nacionalidades passaram a demandar a concessão de igual benefício. Depois de muita negociação, em 6 de abril de 1849, foi estabelecida a concessão francesa: situada entre o assentamento dos ingleses e a cidade murada, era menor que a área dos primeiros (apenas 66 hectares) e seu acesso ao rio Huangpu era restrito. O cônsul francês detinha o direito de realizar concessões de terra aos seus nacionais e exercia sozinho a jurisdição sobre os residentes da sua concessão (p. 31). Interessante destacar a posição dos Estados Unidos: insatisfeitos com a parte que lhes coube em Hongkou, que consideraram distante, seus mercadores migraram para a concessão britânica. Com isso, em 1863, suas concessões foram unificadas em um grande assentamento internacional, que, até 1899, cresceu ainda mais, tendo se expandido mais de quarenta vezes a sua área original. Em 1854 foi instituído o Conselho Municipal de Shanghai (CMS), que administrava o assentamento internacional e tinha poder de taxar e policiar seus residentes (Lincoln, 2021, p. 148). Apesar

⁶⁴ Tratado Suplementar de 1843, Artigo IV: O Tratado de Paz Perpétua e Amizade prevê aos cidadãos ingleses e suas famílias residência nas cidades e vilas de Cantão, Fuzhou, Amoy, Ningpo e Shanghai sem serem molestados ou restringidos. Do original: ARTICLE VII. The Treaty of perpetual Peace and Friendship provides for British Subjects and their Families residing at the Cities and Towns of Cantão, Fuchow, Amoy, Ningpo and Shanghai without molestation or restraint.

da presença de cônsules, a criação do conselho foi financiada pelos impostos pagos pelos donos de propriedades - e respondia a eles. A influência estrangeira era tamanha que as regulações já eram aplicadas como norma vigente antes mesmo da ratificação pelo imperador (Jackson, 2018, p. 5).

A ocorrência da Rebelião de Taiping e do Levante das Facas Longas promoveu um grande fluxo de chineses para Shanghai como forma de fugir do conflito. Neste contexto, cerca de 1 milhão de chineses se refugiaram em diversas zonas de Shanghai. Isto colaborou para o aumento da população chinesa local, que já era muito maior que a estrangeira, e que em larga medida se concentrou na parte norte do rio Suzhou conhecida como Zhabei, em muitos casos em acomodações caindo aos pedaços. Apesar disso, os chineses não tinham voz na governança municipal. O aumento populacional foi de fato impressionante: passou de 1 milhão em 1880 para 3,5 milhões em 1930, o que fez de Shanghai a quinta maior cidade do mundo. No mesmo período, a população nas zonas de concessão foi de 100 mil para 1 milhão, sendo 970 mil chineses, 18 mil japoneses, 6 mil ingleses e os demais se distribuía entre 42 nacionalidades. Mais especificamente, a população do assentamento internacional alcançou 170 mil em 1905, Zhabei chegou a 600 mil em 1910 e a população da concessão francesa disparou de 55 mil em 1865 a 100 mil em 1910. O CMS era composto por um corpo de funcionários transnacionais que agregavam 25 nacionalidades, dos quais os ingleses detinham os postos seniors e os chineses correspondiam a 74% de toda a equipe. Por outro lado, no CMS estabelecido na área da concessão francesa em 1862, o cônsul se manteve no controle e as relações com os residentes chineses eram comparativamente menos segregadoras na medida em que compartilhavam dos mesmos espaços urbanizados comuns, com uma atmosfera dentro dos padrões europeus e água disponível em fontes distribuídas por toda a via pública (Lincoln, 2021, p. 142; Jackson, 2018, pp. 3; 6). O mapa 6 mostra a divisão da cidade entre estrangeiros e chineses e a posição de cada concessão estrangeira. O chamado Assentamento Internacional, que abrigava nacionais de Inglaterra e Estados Unidos, situada na parte norte do mapa, era a mais extensa.

Os novos prédios construídos nas concessões internacional e francesa modificaram a paisagem chinesa. Era como se duas cidades distintas coexistissem. À medida que as concessões se expandiram, novas formas de tecnologia foram sendo apresentadas aos seus moradores. Um sistema de drenagem foi instalado em 1862, água corrente, 20 anos depois, e

eletricidade, em 1890. Riquixás passaram a ser vistos a partir de 1873 e carruagens puxadas a cavalo foram substituídas, posteriormente a 1900, primeiro por bondes e depois por carros. Outras novidades como gás, eletricidade, telefones e ar condicionado começam a aparecer com maior ou menor frequência. Grandes companhias como Jardine e Matheson adquiriram lotes de terra no assentamento britânico ao longo do rio e ricos mercadores construíram mansões em estilo anglo-indiano. Dois locais que ainda hoje existem e atraem turistas e pessoas buscando realizar novos negócios, a Nanjing Road e o Bund, localizado dentro da área do assentamento internacional, que até hoje guarda muito da arquitetura e da história daquela época e onde ainda podem ser vistos prédios históricos construídos naquele contexto, como a aduana e alguns hotéis. O HSBC, cuja sigla significa Hong Kong and Shanghai Banking Corporation, teve um imponente prédio construído em 1923 para abrigar uma das suas unidades, em Shanghai, mas que hoje é utilizado pelo Banco de Desenvolvimento de Shanghai Pudong. Foi criado em 1863 por um mercador escocês a partir das regras mais favoráveis aos estrangeiros. Foi uma das primeiras instituições bancárias modernas e, como forma de resposta a instituições como esta, foram criadas as primeiras instituições bancárias modernas nacionais, como o Banco Imperial da China, de 1897 (que com a proclamação da república passou a se chamar Banco Comercial da China)⁶⁵. Distante do Bund, o parque Victoria abrigava um coreto, além de sediar uma corrida de cavalos e um country club. A cidade incorporou um estilo ocidental, que transparecia também na cultura e nas artes, nas iniciativas educacionais, na imprensa e no jornalismo, nos teatros e nos cinemas - que lhe conferiram a alcunha de Hollywood do Leste.

Lado a lado com esta Shanghai, havia aquela em que a maioria da população habitava, e que não era tão moderna quanto sua irmã. Esta parte, que em alguns pontos mais se assemelhava a um vilarejo, estava repleta de casas geminadas de dois ou três andares, que se enfileiravam nas estreitas vielas da cidade. Boa parte dos modernos sistemas sanitário e de gás encanado não chegaram a esta região que, apesar de ter sido reconhecida como a capital da alta costura, ainda tinha boa parte da sua população usando peças feitas em casa ou adquiridas em mercados mais baratos de províncias mais próximas, como Ningbo ou Suzhou. Nem mesmo a

⁶⁵ Os primeiros bancos nativos aparecem na China em meados da dinastia Ming, a partir do sistema de crédito praticado por mercadores de Ningbo. Operavam com diversos metais preciosos, como moedas de cobre, barras de prata, dólares de prata e ouro, os quais faziam parte do sistema de múltiplos padrões monetários que vigorou até a dinastia Qing. Aos poucos, expandiram sua atuação, passando a admitir depósitos privados e empréstimos aos mercadores. Este sistema se desenvolveu sem intervenção estatal e, no início do século IX, chegou a Shanghai, onde posteriormente teria um papel de primeira importância na industrialização da cidade. Este modelo coexistiu em diferentes partes do país, recebendo o nome de *Shanxi bank*, *piaohao* ou lojas de prata no nordeste da China e *qianzhuang* em Shanghai. Entre 1776 e 1796, a guilda dos Banqueiros Nativos de Shanghai havia registrado 106 bancos nativos - ainda as origens deste tipo de instituição possa remontar a um período anterior a 1776 (Bergère, 2010, p. 15; Ji, 2016, pp. 56-8).

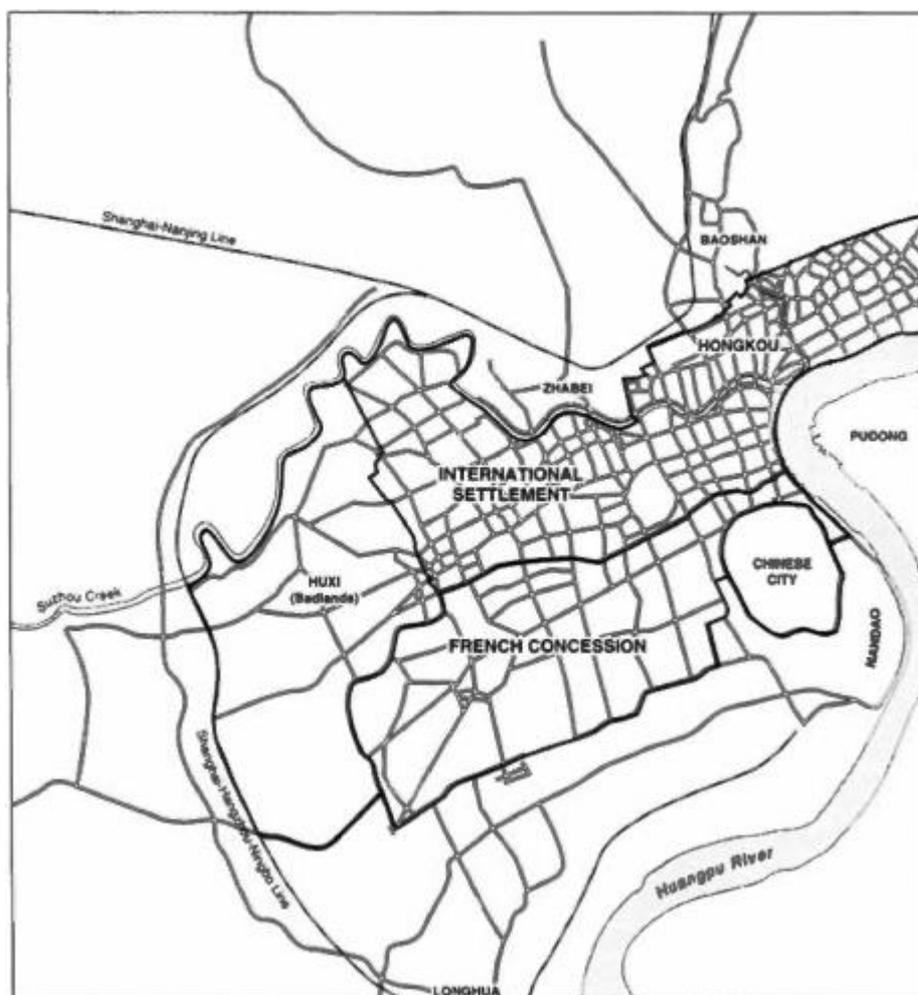
chegada do automóvel ou a instituição de uma moderna rede de transportes públicos alterou a rotina de uma população acostumada a se deslocar a pé (ou, quando muito, de riquixá).

A reivindicação de direitos em Shanghai pelo Japão data dos primeiros tratados assinados pelos dois países. As primeiras autorizações para assentamentos japoneses em território chinês encontram bases legais nos Tratados de Shimonoseki (1895), no Tratado Suplementar de julho de 1921 (que tratavam da autorização para instalação de indivíduos e empresas em território chinês) e no protocolo assinado em 1896, que tratava mais diretamente sobre o estabelecimento de uma zona de influência japonesa, além de tópicos como a navegação em direção ao interior e taxas para produtos manufaturados. Já no seu artigo I fica determinado que “Assentamentos a serem possuídos exclusivamente pelo Japão devem ser estabelecidos nas cidades e portos recentemente abertos ao comércio. O gerenciamento de estradas e da autoridade de polícia local deve ser exercida apenas por Cônsules Japoneses”⁶⁶ (Fraser, 1939, pp. 40-1). A intensificação do imperialismo japonês promoveu um aumento das tensões especialmente após 1932 e culminou na eclosão da Segunda Guerra Sino-Japonesa, em 1937 (e que só seria encerrada em 1945). Estes oito anos se dividiram em um primeiro momento em que toda a cidade, exceto as concessões, foram tomadas pelos japoneses e, um segundo momento, em que a conquista completa da cidade teve início com a tomada do assentamento internacional em 1941. Apesar da intensa batalha por Shanghai, os chineses foram obrigados por fim a desistir, entregando aos japoneses primeiro o recém construído Centro Cívico, depois a parte norte dos subúrbios de Hongkou e Zhabei, Pudong, os distritos ocidentais e, por fim, a antiga cidade chinesa (mapa 7). Com isso, Shanghai ganhou novos contornos coloniais: os japoneses agora controlavam as terras em torno dos assentamentos, incluindo boa parte do território do assentamento internacional, a partir do qual mantinha sob seu controle serviços básicos como eletricidade e suprimento de água (Denison; Ren, 2013, pp. 188-9). A concessão francesa foi poupada da ocupação, mas apenas até sua governança ser entregue, em julho de 1943, a um governo chinês fantoche ligado aos japoneses - o regime de Nanjing, liderado por Wang Jingwei - significando o fim da extraterritorialidade francesa na região. Esse evento teve uma consequência interessante: o governo de Wang Jingwei renomeou todas as ruas com nomes estrangeiros. Assim, a King Edward Road se transformou na Nanjing Road (muito famosa e já mencionada neste capítulo) e a Foche Road, a principal via da concessão francesa, passou a se chamar Taishan Road (Yeh, 1998, pp. 2; 15). O CMS teve sua

⁶⁶ Protocol of 1896, Art. 1.-It is agreed that Settlements to be possessed exclusively by Japan shall be established at the towns and ports newly opened to trade. The management of roads and local police authority shall be vested solely in the Japanese Consuls.

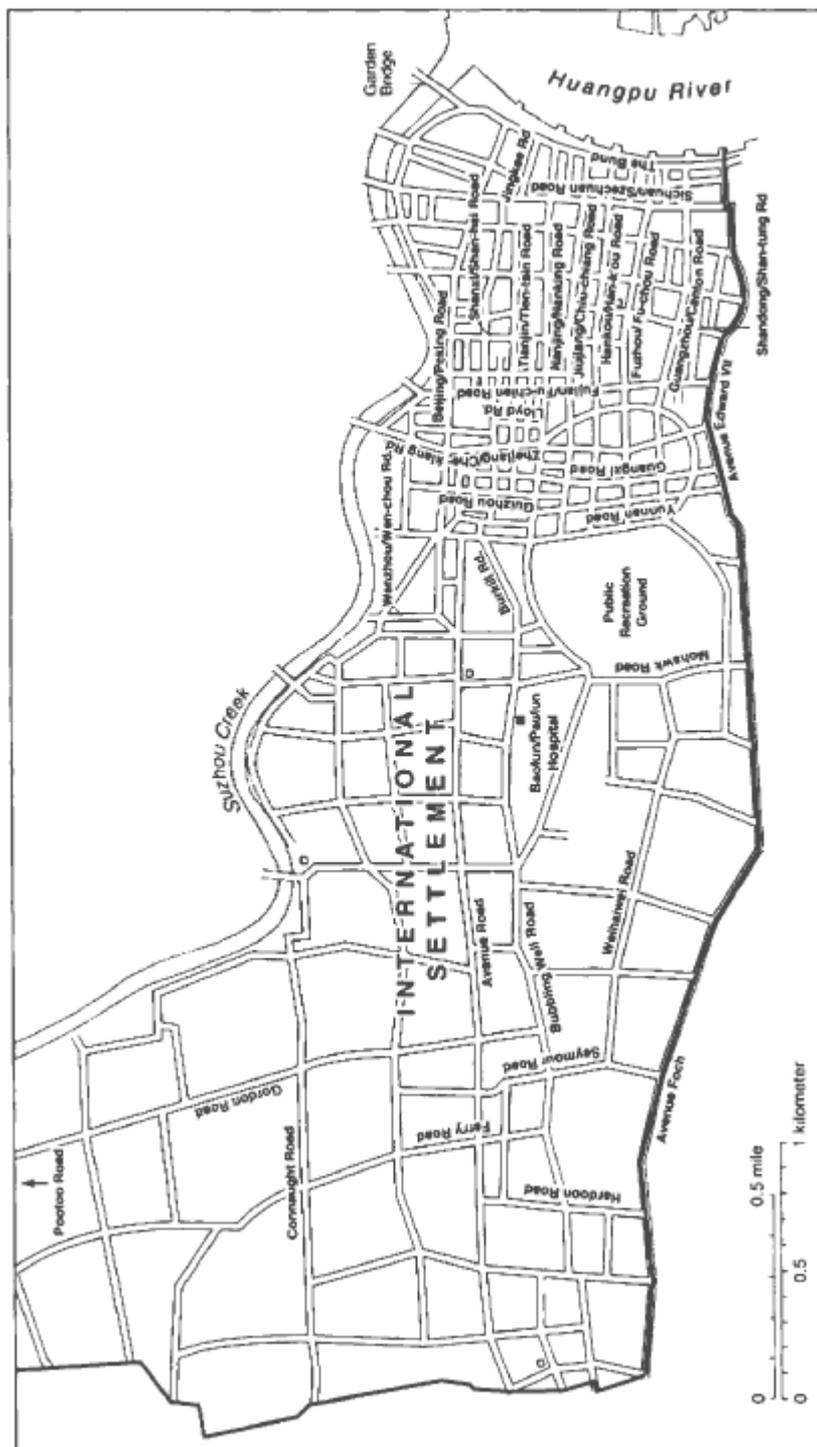
autoridade reduzida geograficamente e não mais exercia atividades como policiamento. Ainda que o resto da zona tenha se mantido neutra, o CMS passou a ser controlado e a atender os interesses japoneses (Jackson, 2018, p. 160).

Mapa 5 - Shanghai dividida entre Assentamentos internacionais



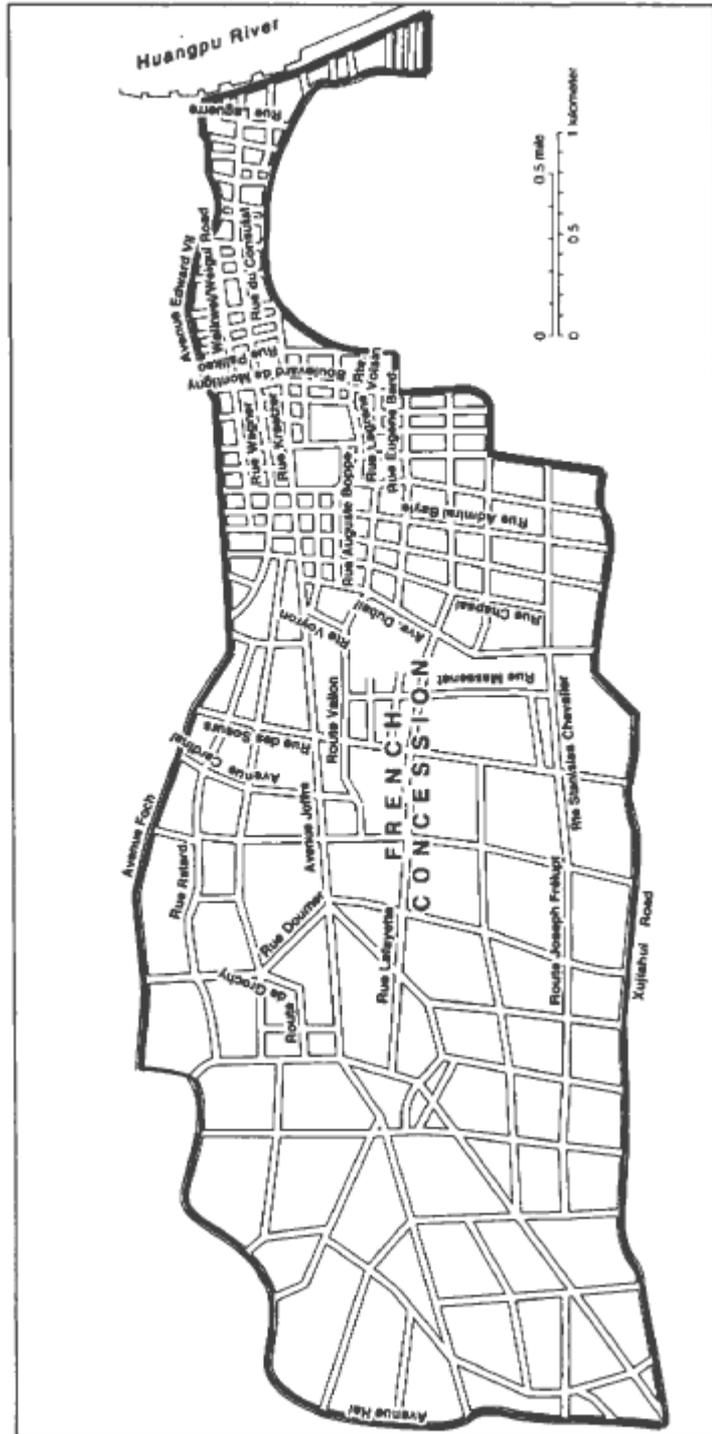
(Yeh, 1998)

Mapa 6 - Área do Assentamento Internacional ocupado por britânicos e estadunidenses



(Yeh, 1998)

Mapa 7 - Área correspondente à Concessão Francesa



(Yeh, 1998)

Mapa 8 - Hongkou, o distrito japonês em Shanghai



(Localizado acima do Assentamento Internacional, englobando parte do bairro de Zhabei. Yeh, 1998)

Diferentes autores propuseram diferentes leituras sobre a presença estrangeira na China. Desde o semicolonialismo (que direciona seu foco de análise para a forma violenta como os estrangeiros impuseram controle sobre diversos aspectos da vida dos chineses) ao hiper colonialismo (caso, por exemplo, de Tianjin e que discute o número de potências instaladas na cidade), passando pelo conceito de colonialismo transnacional, cada uma destas teses joga luz sobre um aspecto específico da relação entre chineses e estrangeiros. Sugerida por Isabela Jackson, a ideia de colonialismo transnacional dialoga com a abordagem encontrada neste capítulo: a autora debate a forma como as múltiplas nacionalidades, incluindo a chinesa, afetaram a vida urbana de regiões como Shanghai (Lincoln, 2021, p. 137). A proposta seria, assim, pensar os padrões de relação e cooperação que se estabeleceram entre estrangeiros e chineses, sem cair na armadilha de acreditar numa correlação igual de forças. Afinal, defende a autora, mesmo entre os diferentes nacionais que lá estavam instalados, havia diferença entre as capacidades de influência que eram exercidas, com os ingleses, por exemplo, claramente despontando como o povo com maior poderio para afetar a sociedade e a governança chinesas (Jackson, 2018, p. 8).

Sobre qualquer uma das óticas mencionadas, há que se ter em mente que o aumento da presença estrangeira em Shanghai constituiu uma violência do início ao fim. Derrubando todas as limitações que existiam à sua atuação em solo chinês, promoveram uma série de mudanças econômicas, políticas e sociais que favoreciam tão somente seus interesses. As tentativas, por parte dos chineses, de conduzir o processo num primeiro momento foram frustradas pelos tratados que se seguiram e deram cada vez mais poder aos grupos instalados. A construção de

uma cidade com características ocidentais era limitada a uma pequena parcela dos seus habitantes, dado que a maioria da população - notadamente os chineses - ficou excluída de toda a modernização que foi aplicada. Esta consciência é importante para perceber que a imagem de uma pujante Shanghai, era o retrato de uma pequena parte dela e a qual a maior parte da sua população foi impedida de acessar.

4.3 Os mercados e o seu papel no desenvolvimento da China

4.3.1 De classe desprestigiada a um dos principais grupos econômicos

A revolução comercial que marcou o período das dinastias Tang e Song (séculos IX a XIII) se caracterizou pelo crescimento das cidades, atenuação do controle governamental sobre o comércio, aumento no consumo, uso do papel moeda, melhorias na comunicação e nas tecnologias empregadas, expansão do comércio estrangeiro e pelo estabelecimento de um mercado nacional (Lufrano, 1997, p. 25). Porém, especialmente antes disso e por muitos anos após esse boom comercial, visões conflituosas sobre a atividade dos mercadores ainda perpassavam toda a China. Dado o peso da filosofia confucionista e sua visão do comércio como uma atividade inferior em relação às demais, principalmente em relação à agricultura, considerada como a mais valorosa, os mercadores eram constantemente taxados de parasitas e não produtivos. Apesar de algumas figuras de destaque dentro do confucionismo como Mencius (372 - 289 antes da era comum) terem apontado a relevância da atividade comercial enquanto facilitadora de um intercâmbio de produtos básicos entre as populações de diferentes regiões da China (Chan, 1977, p. 16), ainda vigorava a visão de um papel marginal para os mercadores na sociedade.

A intensificação da atividade comercial na economia e o incremento no número de *market towns* ampliaram o número de oportunidades econômicas para os grupos nos estratos mais baixos da sociedade, levando a um aumento no número de indivíduos abrindo lojas e se engajando no comércio itinerante. Apesar da riqueza que eventualmente alguns eram bem sucedidos em acumular e da importância da sua atividade para a manutenção de um tecido econômico equilibrado, pelo menos até os séculos XVIII e XIX, permaneciam relegados a uma posição social inferior. Mas este cenário não se deu sem tentativas de revertê-lo. A maior consciência da viabilidade de uma ascensão social, somado aos exemplos concretos de conquista de cargos junto ao governo imperial, afetou a mentalidade dos mercadores de classes

intermediárias durante as dinastias Ming e Qing. Um dos principais eixos da filosofia confucionista, a harmonia, prega a valorização do grupo antes do individual, mas sem negar o indivíduo. O foco nos estudos e nos exames para o serviço civil como elemento de crescimento fez parte da mentalidade destes grupos de mercadores, que incentivavam seus filhos a estudar como forma alcançar a tal almejada mobilidade social (Bergère, 2009, p. 23; Lufrano, 1997, p. 23). Esse processo é reforçado quando uma segunda revolução comercial ocorre a partir do final da dinastia Ming, especialmente a partir da derrubada do banimento ao comércio (1550-1644), e durante o auge da dinastia Qing (1680-1820), quando se identificam melhorias nos sistemas de transporte, aumento no influxo de prata vinda do exterior, a ascensão da indústria têxtil e a redução dos controles governamentais sobre o comércio. Os mercadores vão conquistando, assim, maior relevância e não apenas a liberação, mas uma ampliação do seu rol de atuação (Lufrano, 1997, p. 25).

Somado a isso, a rotinização de um comércio intrarregional de larga escala colaborou para fortalecer o papel e a posição dos grupos de mercadores tradicionais em suas localidades, tais como aqueles de Huizhou (município da província de Anhui) e Shanxi. Sua importância local fez com que tivessem um papel significativo na governança local e que conquistassem o respeito das suas comunidades. O crescimento deste grupo fez multiplicar o número de guildas que inicialmente tinham um perfil regionalizado (*huiguan*), admitindo pessoas originárias de uma mesma região, mas que posteriormente passaram a agregar membros pelas categorias profissionais de que faziam parte. Assumiram características de guildas profissionais (*gongsuo*), que refletiam as atividades desempenhadas pelos seus representantes em uma determinada localidade. Com isso, o número de *huiguan* ou *gongsuo* em um lugar tornou-se um indicativo importante da sua importância comercial (Bergère, 2009, pp. 20-1). No entanto, tais mudanças não promoveram alterações substanciais na base da economia chinesa, que continuou sendo predominantemente agrária. O que se percebeu, na verdade, foi um aumento na conexão entre as atividades agrícola e comercial, com cada vez mais produtores, especialmente aqueles cujos produtos estavam sujeitos a escassez de uma região para a outra, se envolvendo com a economia de mercado e expandindo o alcance da sua produção, o que levou a um aumento no número de bens produzidos que incluía, além das colheitas, manufaturas que se desenvolviam de forma subsidiária (p. 26).

4.3.2 A evolução do papel dos compradores e o despontar de Shanghai

As origens dos compradores que atuavam em Shanghai eram bastante diversas. Até o início do século XX, podiam ser contadas 26 guildas regionais em Shanghai, compostas por mercadores de outras províncias, numa mostra da relevância da região para o comércio local e intrarregional. O crescimento do comércio externo, atrelado às expectativas de enriquecimento que emergiram simultaneamente a esse processo, somado às levas de chineses fugindo das rebeliões que eclodiram pelo país principalmente no século XIX, como foi o caso dos mercadores de Zhejiang que buscavam escapar da Rebelião de Taiping, promoveram novas ondas de imigrantes que almejavam aproveitar as oportunidades que a cidade tinha a oferecer (Bergère, 1989, p. 67). Interessante também é perceber o impacto das novas formas de se relacionar introduzidas a partir do maior contato com os estrangeiros (e especialmente com a sua instalação na região) sobre as tradicionais relações pessoais que constituíam a base do fazer negócio chinês. No imediato após a abertura dos portos, os mercadores chineses (atuando como os chamados compradores⁶⁷) ainda mantiveram o controle sobre as rotas que interligavam os portos às cidades no interior, elemento que os tornou ainda mais valiosos para os estrangeiros que tentavam expandir sua atuação em território chinês (p. 70). Neste contexto, a emergência dos compradores como figuras essenciais no relacionamento com os estrangeiros foi um dos fatos mais importantes na ascensão econômica, social e política dos mercadores, enquanto classe relevante e envolvida no processo de modernização e industrialização da cidade e nos principais eventos críticos políticos que afetaram os rumos da China (dentre os quais, a proclamação da República, em 1911).

Os primeiros a exercerem essa função foram os cantoneses, devido à sua experiência anterior com o sistema de *Cohong*, se mantendo como algumas das principais figuras do comércio exterior chinês por quarenta anos (Hao, 1970, p. 49). Atuando inicialmente como funcionários que supervisionavam o abastecimento dos navios estrangeiros e os armazéns que guardavam os frutos das trocas realizadas, aos poucos foram se tornando figuras centrais, cuja atuação se assemelhava a de intermediários, na medida em que eram necessários para flexibilizar as barreiras linguísticas, na adaptação ao complexo sistema de múltiplas moedas e na penetração destes grupos nos circuitos internos de comércio. Tendo sido criados numa sociedade em que as relações pessoais e de confiança davam o tom dos negócios realizados, os

⁶⁷ A palavra “comprador” tem origem portuguesa em razão dos portugueses terem sido os primeiros europeus a estabelecer comércio com os povos a leste. Originalmente era utilizada para se referir aos chineses que trabalhavam para os mercadores estrangeiros de Macau e Cantão que negociavam no mercado as mercadorias dos seus empregadores em troca de provisões dos mais diversos tipos. A palavra utilizada pelos chineses, *maipan*, significa de forma ampla comprador, e aparece em registros de dinastias anteriores. Durante o regime dos Ming, se referia àqueles oficiais responsáveis pelas compras governamentais (Hao, 1970, p. 45; Bergère, 2010, p. 39).

mercadores eram os garantidores das relações com funcionários locais e da solvência de parceiros, comerciantes e até mesmo dos empréstimos feitos pelos *qianzhuang*. Apoiavam na conferência do valor das moedas circulantes e no cálculo das taxas de troca entre o tael, que era a unidade de valor local, e o dólar prata, que era a moeda de uso diário (p. 71). A chegada de mercadores de outras regiões, como Cantão, tanto aumentou quanto diversificou o número de áreas de atuação, como quando chegaram mercadores vindos de Zhejiang e Jiangsu, especializados na produção de seda e em atividades bancárias, ou quando ampliaram a quantidade de atividades com que se envolviam dentro de uma empresa, assumindo funções mais complexas dentro de firmas industriais e até mesmo investindo em muitas delas (p. 72). Começaram a acumular fortunas e a ocupar posições de prestígio. Seu papel ativo nas comunidades fez com que ocupassem cargos-chaves nas guildas e câmaras de comércio (Bergère, 2009, p. 39).

Porém, aos poucos a relação com os estrangeiros foi se modificando. Eles demandavam compradores que detivessem algum capital inicial e outras garantias colaterais e, à medida que começaram a aprender chinês (e a noção de inglês se estendeu) e a avançar por conta própria para o interior, o comprador tornou-se cada vez mais dispensável. De acordo com Hao, os japoneses teriam sido os primeiros a dispensar os seus compradores. A Mitsui Company e o Yokohama Specie Bank encerraram suas relações com eles em 1899 e 1907, respectivamente. Dentre as empresas ocidentais, a British-American Tobacco Company e a Standard Oil Company foram pioneiras no rompimento com os seus compradores. A guerra com o Japão, na década de 1930, promoveu um declínio nacional nesta atividade que, com o fim dos tratados desiguais, em 1943, desapareceu definitivamente (1970, pp. 62-3). Mas, apesar do baque em sua atividade, os compradores despontavam cedo como empreendedores-investidores, inicialmente em empresas estrangeiras e, mais tarde, nas primeiras grandes companhias modernas chinesas, formando uma casta de capitalistas chineses e novos ricos, membros de uma nova elite econômica que se formava (Gentz, 2020, pp. 33). O movimento de compra de participações no capital de empresas estrangeiras - chamadas *fu-ku* em chinês - já eram comuns nas regiões dos portos dos tratados desde 1860. Os investimentos eram alocados nos mais diversos domínios: setor de seguros, bancário moderno, serviços de utilidade pública, estaleiros de reparo naval e manufaturas. Em menor medida também estavam presentes na produção de rolos de fios de seda e em empresas de energia - especialmente elétrica. Após 1895, tornaram-se cada vez mais atuantes nas fábricas de tecido de algodão. De acordo com a Associação da China, composta basicamente por mercadores ingleses, em fins do século XIX, os chineses

detinham largas parcelas de empresas britânicas formadas através de sociedade anônima (Hao, 1986, pp. 245-6).

Os mercadores-compradores se tornaram investidores de diversos setores da economia chinesa, aplicando seu capital tanto no setor estatal, quanto no privado. Eles conciliavam as práticas ocidentais (incluindo aqui o acesso aos benefícios da extraterritorialidade, o que lhes liberava de taxas e exigências praticadas pelos oficiais chineses e permitia a realizar seus negócios sob o nome de uma empresa estrangeira⁶⁸), com seu conhecimento das tradições e da mentalidade chinesa, idioma e condições do mercado, o que muitas vezes lhes conferiu uma vantagem sobre os capitalistas ocidentais. O volume e a diversidade dos investimentos feitos por compradores-mercadores e listados por Yeh P'ing Hao é notável. Quando a Companhia de Navegação a Vapor de Shanghai foi fundada por uma empresa dos Estados Unidos, os compradores subscreveram um terço das cotas. Entre 1872 e 1893 os compradores-mercadores constituíam os principais investidores nas empresas de navegação a vapor de propriedade chinesa. Do capital inicial da China Merchants Steam Navigation Company, um total de 612.000 taeis, 77,8% vieram de compradores (472.000 taeis) e, o restante, 136.000 taeis, tiveram como origem empréstimos estatais. Do capital inicial das seis companhias do mesmo perfil instaladas em Shanghai de 1862 a 1873, 30,8% do investimento total foi realizado por compradores-mercadores, ou seja, de um total de 3.171.000 taeis, 975.975 taeis partiram da contribuição dos compradores. Fora o setor de navegação a vapor, investimentos pesados também foram feitos na área de mineração, com a formação da primeira empresa de mineração a carvão moderna de larga escala, a Kaiping Mines, fundada em 1878. O interesse no setor de modernas minas concentrava-se especialmente nas minas a carvão, tendo, somente os compradores, aplicado no segmento, o dobro que outros financiadores colocaram (o valor acumulado para o período entre 1863 e 1886 chegou a 2 milhões de dólares). O setor têxtil, uma das principais locomotivas do desenvolvimento econômico de Shanghai, também foi objeto de interesse. A primeira do gênero, a Shanghai Cotton Cloth Mill, foi criada em 1878 por P'eng Ch'i-chih, que muito provavelmente havia sido um ex-comprador de uma firma britânica em Shanghai. Dentre 27 fábricas têxteis estabelecidas na China, entre 1890 e 1910, oito foram promovidas e capitalizadas principalmente por compradores-mercadores. Apesar da quantia exata investida no moderno setor bancário, o seu valor é incerto, mas indica um crescente interesse. No ano seguinte, após a fundação do HSBC, foi aberto o seu capital. O capital realizado inicial de 5 milhões de taeis foi subscrito quase na sua totalidade em seis

⁶⁸ Hao, 1970, pp. 98-9.

meses. Por volta de 1880, nas reuniões dos principais acionistas, haviam sempre representantes chineses, incluindo o comprador do banco Lo Shou-sung. Das 100.000 cotas colocadas para subscrição pelo Trust and Loan Company of China, Japan and the Straits, Ltd., em 1895, os compradores detinham 52.600. Ao mesmo tempo, foram promovidos projetos de criação de bancos modernos fundados e operados por chineses. Em 1908, o Ningpo Bank foi organizado por dez proeminentes mercadores bancários de Ningpo (região a nordeste de Zhejiang) e foi o primeiro banco moderno na China instituído como uma sociedade limitada por ações (Brown, 1996, p. 373; Hao, 1986, pp. 247; 253 e 1970, pp. 123-133).

Mais do que apenas homens de negócios, muitos dos compradores assumiram funções sociais e políticas em função do prestígio que acumularam. Muitos emergiram como lideranças sociais ao adquirirem status de alto nível junto ao governo, sendo alçado ao posto de elite. Em termos de posição social, os compradores reproduziam os mesmos dilemas vividos pelos mercadores em séculos anteriores: a busca pela mobilidade social. Os compradores empregavam sua riqueza pessoal na compra de títulos oficiais, que além de constituir uma maneira de ascensão social, auxiliavam na promoção dos seus negócios. Como destaca Gentz, ganhavam os dois lados: enquanto os compradores alcançavam um novo status, o Estado conseguia financiamento para seus projetos reformistas. Neste sentido, o projeto do *Self-Strengthening* proporcionou uma oportunidade aos compradores de progredir em direção a formação de uma elite urbana, enquanto forneciam financiamento às etapas desenvolvimentistas do movimento. E na condição de membros da elite com consciência sobre a sua posição e responsabilidade perante a sua comunidade, estas figuras passaram a exercer papéis como levantar fundos e supervisionar obras públicas, liderar atividades de apoio em casos de desastres, além de promover e investir em em escolas e universidades (Gentz, 2020, p. 44; Hao, 1970, pp. 450-1). Por outro lado, sua capacidade de liderança e de intermediação não se restringia ao campo local. Dado seu contato frequente e bom relacionamento com os estrangeiros, eram convocados pelo governo chinês para auxiliar no relacionamento entre as partes. Assim, em eventos como a guerra contra as forças anglo-francesas em 1860, oficiais locais chineses convocaram os compradores-mercadores Takee e Hsü Yü-t'ing para ajudar nas negociações. Com toda essa mudança em relação ao seu status e a sua posição e relevância na sociedade, os compradores se envolveram em movimentos políticos, tais como o movimento reformista de 1898 e o de formação de uma república. Muitos estavam envolvidos com Sun Yat-sen e fizeram parte até mesmo da construção das propostas lideradas por Sun. Outros atuaram de forma mais direta em todo o processo, fosse financiando, fosse apoiando a captura de Nanjing por forças militares. Válido apontar que seu papel no movimento que levou à

proclamação da república afetou toda uma geração de mercadores em relação ao tipo de posição que poderiam ocupar (pp. 454-6).

4.4 Os Efeitos da Presença Estrangeira sobre Shanghai

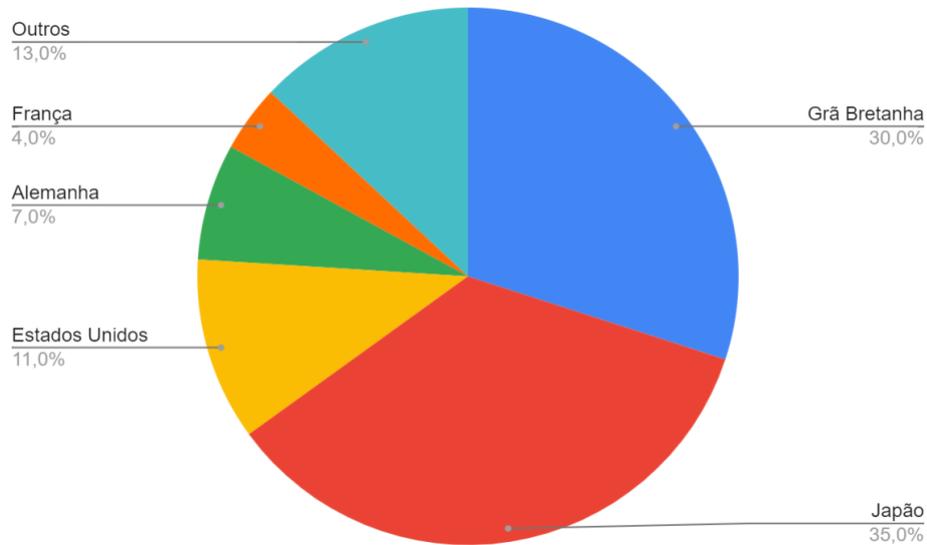
Para entender o cenário da incorporação de Shanghai à economia-mundo moderna capitalista foi necessário voltar séculos atrás a fim de analisar a ascensão da cidade desde épocas anteriores ao regime Qing ou a presença ocidental. Ao contrário do nordeste da China, a cidade já se mostrava integrada às principais rotas internas e internacionais desde o século XIII em função da sua integração a redes de interação de bens de luxo e de bens primários, que, em ambos os casos, geravam relações de expectativa e dependência por parte dos praticantes destas atividades, além das ondas migratórias que tornaram a cidade uma das mais populosas. Considerando os tipos de interações sistêmicas propostas por Chase-Dunn, Shanghai consegue se encaixar em todas elas dado que a construção da cidade murada foi motivada pelos ataques piratas, principalmente de japoneses, que assolavam a cidade. Assim, além dos conflitos regulares, a cidade estava posicionada como um importante entreposto numa rede de trocas que envolvia tanto o fornecimento de chá e seda, como de algodão para a indústria manufatureira que existia de forma paralela ao setor agrícola. Interessante perceber como alguns dos grupos mais diretamente envolvidos nestas atividades, os mercadores, não apenas estiveram presentes nestes momentos da integração de Shanghai à sistemas-mundo, mas também foram atores essenciais no processo da sua incorporação ao sistema-mundo capitalista. De elementos posicionados num ponto inferior da hierarquia social chinesa, passaram a alguns dos principais agentes na formação de um setor industrial conectado às cadeias mercantis e que tinha como uma das suas bases a indústria de algodão. Fosse formando *joint ventures* com os estrangeiros, fosse apoiado pelo Estado, este grupo teve um papel bastante relevante no surgimento de alguns dos primeiros empreendimentos modernos chineses.

Poucas semanas após a assinatura do Tratado de Nanquim e do Tratado Suplementar de 1843 que declararam a abertura de Shanghai ao comércio com a Inglaterra (e, posteriormente, com outras nações), conforme dados do CMC analisados por Keller, Li e Shuie, pelo menos 11 firmas estrangeiras começaram a operar na cidade, que foi declarada, em 1844, pelo alto oficial britânico, Sir John Davis, como um dos portos mais promissores e que dispunha de todos os elementos para um sucesso comercial (2012, p. 7). Nesta mesma linha, Rawski destaca que registros feitos por historiadores chineses apontam a fundação, entre os anos de 1843 e 1895, de dezenas de fábricas, que eram controladas majoritariamente por

ingleses ou americanos⁶⁹. A autorização de instalação de empreendimentos e indústrias pelos estrangeiros nas áreas dos portos dos tratados e o conseqüente incremento no volume de investimentos diretos estrangeiros, a partir do Tratado de Shimonoseki (Ma, 2006, pp.18-19), intensificou o processo de ocupação de Shanghai. O padrão de industrialização que se instaurou, afora alguns empreendimentos de maior porte, como em instalações navais e fábricas de seda ou algodão teve como uma das suas principais características serem empreendimentos de pequeno e médio porte e que já apresentavam os primeiros sinais de mecanização. Foram fundadas por estrangeiros, como negócios complementares aos de grandes firmas de exportação e importação. Neste sentido, era uma indústria muito intensiva em capital e mão de obra, aproveitando-se do cenário de abundância destes dois componentes. Entre 1872 e 1921, o número de firmas estrangeiras instaladas aumentou de 152 para 1.741, com um crescimento anual calculado em torno de 5%, sendo o Japão a principal origem dessas empresas, com 35%, seguido de perto pela Inglaterra, com 30% (Keller, Liu, Shuie, 2012, p. 35) - o que denota uma inversão na proeminência dos investimentos ingleses pelos dos japoneses (gráfico 3).

Gráfico 3. Porcentagem de empresas estrangeiras instaladas por país

⁶⁹ Os negócios mais comuns estabelecidos relacionavam-se às áreas de conserto de embarcações e o processamento de trigo, sementes oleaginosas, açúcar, chá, algodão, casulos de bicho-da-seda e outros produtos agrícolas, mas empresas estrangeiras também produziam sabão, fósforos, cosméticos, livros, cimento, telhas, papel, remédios, ácidos, licor, corda, gelo e metais preciosos. O tratado de 1895 estimulou uma expansão considerável de indústrias estrangeiras, inicialmente em tecidos de algodão e cigarros, na China em geral e, mais especificamente, na Manchúria, o foco destas empresas direcionou-se à metalurgia, à engenharia e ao processamento de soja (1989, p. 66)



(Adaptado de Keller, Liu, Shuie, 2012, p. 68)

Pode-se dizer que, na verdade, a industrialização foi produto de um esforço combinado do governo chinês, empresas estrangeiras e mercadores-compradores. A resposta dada pela dinastia Qing na segunda metade do século XIX aos impactos da presença estrangeira em seu território acabou sendo limitada e conservadora, tendo sido, em um primeiro momento (sob a bandeira do movimento de *Self-Strengthening*), direcionada à modernização militar, através de empresas financiadas ou controladas pelo governo (Ma, 2016, p. 4). Uma importante exceção nesta tendência foi o governador-geral Li Hongzhang e seu papel reformador pioneiro no final da dinastia Qing. Li estimulou projetos de parceria público-privada, que permitiam capitalizar as empresas recém abertas sob a supervisão de oficiais governamentais, aliado à gestão de tais companhias por mercadores influentes (empresas que eram conhecidas como *guandu shangban*). Assim, já em 1870, os mercadores-compradores participaram da fundação destas empresas ao adquirirem cotas do seu capital e, em alguns casos, ocuparem cargos da sua administração (Gentz, 2020, p. 60). As novas condições de vida e negócios e a extraterritorialidade impostas aos chineses pelos estrangeiros tiveram um caráter ao mesmo tempo opressivo e transformador. Muitos destes “privilégios” aplicados aos nacionais instalados especialmente nas zonas dos portos dos tratados (tais como a liberação de recolhimento de tributos cobrados pelos chineses e as garantias contratuais e de direito de propriedade) acabaram sendo utilizados pelos chineses fosse de forma legal ou mesmo ilegal

(Ma, 2006, p. 5). No início do século XX, 24 entre 27 fábricas de seda eram de propriedade de chineses (Bergère, 2009, p. 63). De acordo com Rawski, aproximadamente três quartos da atividade industrial eram administradas pelo setor privado chinês, muito bem sucedido na produção de itens como tecidos de algodão, cigarros, fósforos e artigos de borracha (Bergère, 1989, p. 70).

A Primeira Guerra Mundial teve impactos notáveis sobre a economia de Shanghai. Com a eclosão do conflito, as potências participantes voltaram sua atenção aos seus esforços de guerra. Isto fez com que diversas empresas estrangeiras suspendessem suas atividades ou efetivamente fechassem suas portas. Iniciava-se um período de incentivo à produção interna que, ao mesmo tempo em que foi favorecida pela redução das importações, precisou lidar com um aumento na demanda, da parte dos países beligerantes, por minerais não ferrosos, óleos vegetais, farinha e ovos - o que inundou o mercado chinês com prata. Por outro lado, a dificuldade de se obter suprimentos de maquinário nos mercados ocidentais e a escassez e, por consequência, o alto custo do transporte marítimo, limitaram as possibilidades que os grupos econômicos de Shanghai teriam para aproveitar o momento. Disto resultou num aumento exponencial do volume de comércio exterior praticado por Shanghai, passando de 407 milhões de taeis de Hong Kong em 1917 para 958 milhões em 1926. Produtos de diversas províncias que eram destinados à exportação atravessavam Shanghai: a seda de Zhejiang, o chá de Fujian, os óleos vegetais e pelos de porco vindos Sichuan. Com isso, entre 1920 e 1930, em função da sua rede de transporte fluvial, tráfego costeiro e conexões transoceânicas, a cidade assumiu entre 40 e 50% de todo o comércio marítimo chinês (Bergère, 2009, pp. 147-8).

A industrialização pela qual Shanghai passou nos anos 1920 foi principalmente calcada na indústria de bens de consumo. E da mesma forma que o crescimento do comércio exterior, sua evolução foi meteórica. A taxa de crescimento das indústrias nacionais alcançou, entre 1912 e 1920, 13,8%, com a indústria de bens de algodão liderando o movimento. Outro produto importante para a produção nacional era a moagem de farinha. Por volta de 1920, Shanghai era responsável por 30% da produção nacional. Um dos promotores deste sucesso foi o império industrial dos irmãos Rong que detinham tanto fábricas de farinha quanto de têxteis. O fato da cidade ter se transformado no principal centro de produção de cigarros se deve à transferência da sede da empresa liderada pelos irmãos Nanyang de Cantão para Shanghai em 1919. Um fator essencial para todo esse processo foi a existência de crédito disponível. Se até a Primeira Guerra compradores e membros da elite depositavam seus fundos em bancos estrangeiros, com a queda nas atividades destas instituições, decidiram migrar para os bancos chineses - num

momento de expansão para os modernos bancos chineses. E lado a lado com eles, os *qianzhuang* também prosperaram durante a guerra. Ao contrário dos bancos modernos, atuavam conforme as regras tradicionais, baseando-se nas relações pessoais e dispensando garantias formais. Como resultado, seu capital total aumentou 500%. Shanghai acumulava, em 1920, 77 *qianzhuang*, que, somados, detinham um capital total de 77 milhões de dólares (pp. 148-151).

Dados apresentados por Debin Ma ajudam a ilustrar a posição que Shanghai passou a ocupar no cenário econômico chinês. Nos anos 1930, Shanghai, sozinha, era responsável por 40% de toda a produção nacional de manufaturas (número que sobe para 48% quando se exclui a Manchúria desta conta); entre 1910 e 1930 alojou entre 50 e 60% dos fusos para fiação de algodão e, em 1920, gerava 50% da energia consumida nacionalmente (uma capacidade que equivalia a quase o dobro daquela das principais cidades britânicas, dentre as quais Manchester). Em 1931, 34% do investimento direto externo que a China recebia ia para Shanghai, sendo destes 67% para o setor de manufaturas. A cidade acumulava mais da metade do comércio exterior chinês e, em 1936, atraía 47,8% do capital financeiro nacional. Este período também se caracteriza por uma mudança no perfil da produção industrial em Shanghai que passa de intensiva em trabalho para intensiva em capital, com setores de menor valor agregado migrando para outras regiões como Jiangsu (2006, pp 6 - 8; 2008; 359). Isto foi poder ser particularmente identificado na distribuição dos setores produtivos dentro da própria Shanghai, com uma larga quantidade de atividades, especialmente aquelas mais intensivas em capital, estando concentradas dentro das áreas das concessões estrangeiras. Dentre as instituições bancárias e de seguros instaladas em 1919, de acordo com dados de Marie-Claire Bergère, 100% dos bancos tradicionais estavam localizados dentro dos assentamentos internacionais, bem como 98% dos bancos modernos e 96% das companhias de seguros. Apenas 26% dos *qianzhuang* estavam situados no lado chinês. Por outro lado, 31% da produção total têxtil estava no lado chinês, incluindo 41% de fábricas de seda, bem como 50% da produção de óleos, 27% de farinha e 33% de arroz (Ma, 2006, p. 22; Bergère, 1989, pp. 108-9).

Sem negar que a presença estrangeira influenciou de fato o desenvolvimento de novas técnicas, expansão da infraestrutura de transportes e de comunicações, além de um moderno sistema bancário é preciso colocar os dados em perspectiva. Considerando que o crescimento de Shanghai “transbordava” para seu entorno, podemos entender que os dados analisados para o baixo Yangzi são representativos do que encontramos na cidade. Assim, mesmo considerando que a região do baixo Yangzi correspondia, em 1933, a 12% da população, 15%

da produção agrícola, 35% das manufaturas e 57% da produção das fábricas modernas, de acordo com os dados de Ma, o valor líquido adicionado para a própria região do baixo Yangzi pelas fábricas modernas (em bilhões de yuan) correspondia a 0,37, contra 0,71 do valor adicionado pelas manufaturas. Nesta mesma linha, o transporte e a comunicação modernos acrescentavam em valor líquido 0,09 bilhões de yuan, contra 0,29 dos transportes antigos (2008, p. 11-12). Esta análise acompanha um padrão nacional indicado também por Ma em que, apesar do seu “vigoroso crescimento”, a indústria moderna seria responsável por uma pequena parcela do PIB em 1933. De acordo com dados de Perkins e Liu e Yeh, o setor moderno e as manufaturas modernas teriam, respectivamente, 7% e 2,2% do PIB, em contraponto aos 60% a que a agricultura correspondia (2006, p. 9). Se considerada a China como um todo, enquanto as fábricas modernas contribuíram com 0,64 bilhões de yuan, as manufaturas seriam responsáveis por 2,04. Esta concepção se alinha com a análise feita por Thomas Rawski, que destaca que apesar do crescimento rápido, as indústrias nascentes não chegaram a alcançar uma parcela substancial da atividade econômica nacional (1989, p. 71). Pretendemos com isso reforçar que o impacto econômico da instalação dos estrangeiros, com efeitos principalmente a partir do Tratado de Shimonoseki, em 1895, apesar de notável ficou mais limitado do que se costuma pintar. Os assentamentos internacionais constituíam ilhas de cultura, costumes e regras ocidentais e os chineses permaneceram à margem desse desenvolvimento, tanto forçada, quanto voluntariamente devido aos movimentos de boicote aos estrangeiros que foram se popularizando.

4.5 Convergências e Divergências

A proposta de analisar a incorporação chinesa ao sistema-mundo que se intencionou realizar neste trabalho teve como chave de análise as duas localidades que foram os principais focos de investimentos no período conhecido como Século de Humilhações. Duas regiões com históricos diferentes de interação com estrangeiros e com a própria China, o que impactou diretamente no tipo de integração que pelo qual cada uma passou.

A começar pelo seu histórico de ocupação. Enquanto a Manchúria durante séculos apresentou baixos índices de migração e exploração das suas terras, Shanghai e seu entorno há tempos atraíam atenção pelas possibilidades de exploração das suas terras e de comércio. No caso da Manchúria, as constantes disputas com os russos em razão do seu avanço em direção ao território chinês, levando a integração de costumes e hábitos entre os habitantes de ambos

os lados da fronteira podem ser lidas como uma primeira forma de conexão da Manchúria a uma rede de interação. Apesar disso, a preocupação dos manchus em proteger as terras na parte nordeste da China de influências externas e de uma colonização por parte de chineses que viessem de outras localidades da China, fez com que durante muito tempo a Manchúria estivesse fora do radar. Por esse motivo, pode-se pensar o nordeste da China como pouco integrado às redes de interação propostas por Chase-Dunn e integrado de forma mais tardia ao Sistema-Mundo moderno capitalista antes do Tratado de Beijing, de 1860, quando são ratificados os limites fronteiriços entre Rússia e China determinados pelos Tratados de Aigun e de Tianjin, assinados em 1858, bem como levantadas as restrições ao comércio entre os dois lados da fronteira. O incentivo à migração de chineses de outras partes da China bem como o início da presença e, posteriormente, dominação japonesa sobre o nordeste da China consolidaram a sua incorporação a um sistema-mundo agora pautado em relações capitalistas.

Neste período, a partir do acelerado movimento de ocupação do território e expansão das terras produtivas, a Manchúria experimentou um rápido crescimento econômico, com grande peso da soja e seus derivados, que, nas primeiras décadas do século XX, correspondia a mais da metade da pauta exportadora. Ao mesmo tempo, e principalmente após a derrota russa na Guerra Russo-Japonesa, o avanço japonês sobre a região deu contornos de monopólio à integração da Manchúria à economia-mundo. As potências que ainda exerciam algum tipo de atividade naquele território foram aos poucos perdendo espaço para as empresas japonesas, que contavam com um pesado apoio da máquina estatal. Isto foi visto, por exemplo, quando da formação da Guilda de Exportação de Algodão Japonês, que, apoiada pelo Yokohama Specie Bank, conseguiu controlar 78% do mercado de importação de algodão, o que acabou por afastar a concorrência de Inglaterra e Estados Unidos na região. Ficava cada vez mais claro o projeto do Estado japonês no sentido de resguardar o mercado consumidor interno e o fornecimento de matérias primas para si, intensificando o processo de periferização pelo qual passava a Manchúria.

É notável a participação do setor privado japonês, na condição de agente dos objetivos estratégicos do Estado japonês. Grandes empresas até hoje mundialmente conhecidas como a Mitsubishi estavam presentes em setores chaves como o da mineração, controlando os direitos de exploração em regiões específicas. Outro fato que representou esse processo foi a determinação por parte dos japoneses que a exploração dos recursos considerados essenciais somente poderia ser realizada por “empresas especiais” criadas ou selecionadas para este propósito. A redação intencionalmente bastante difusa desta determinação permitia colocar sob controle nacional a exploração de praticamente qualquer atividade, desde indústrias de

materiais pesados até a de farinha, óleos e algodão. Com isso, o Japão não apenas limitava a integração da Manchúria às redes de interação, concentrando sua participação nas cadeias mercantis nas trocas com japoneses autorizados, como garantia um fluxo constante de excedentes que financiariam a atividade expansionista do Estado japonês.

Diferentemente da Manchúria, a ocupação de Shanghai estava longe de ser tardia. Por sua relevância em termos de relevo e de localização, se destacaria desde cedo como um entreposto, passando a ser classificada como *market town*. A cidade logo foi obrigada a aprender a lidar com o assédio de diferentes grupos estrangeiros, como é possível notar pelas incursões piratas que motivaram a construção da muralha que circunda a cidade velha até início do século XX. Além disso, e também em contraponto ao que se desenhou na Manchúria, Shanghai tornou-se um pólo de atração de chineses de outras áreas da China como quando uma onda migratória ocorrida durante o estabelecimento da dinastia dos Song no sul promoveu um aumento de mais de 50% no seu contingente populacional. E o fato da cidade se destacar enquanto pólo econômico com uma forte conexão com a atividade comercial colabora fortemente para a consolidação deste cenário. Dentro dessa lógica, o renascimento do comércio de longa distância e o despontar da região como produtora de itens como seda, arroz e manufaturas de algodão contribuíram para alçá-la ao posto de pólo regional.

Chegando ao século XIX como uma região já bastante conectada a cadeias mercantis e a redes de bens de luxo, bens primários, além de redes informacionais, Shanghai foi incluída na primeira lista de portos abertos quando do primeiro tratado assinado, o Tratado de Nanjing. O rio Yangzi, ao norte, se tornou um dos principais canais de navegação, por onde começaram a circular os navios a vapor. O aumento das conexões com outras regiões da China, desde pequenas cidades mais ao interior até Hong Kong, e do volume de comércio exterior que passava por ali tornou a cidade atraente para imigrantes chineses e estrangeiros interessados em usufruir dos benefícios da sua capacidade produtiva e da sua posição estratégica. Liberados das antigas restrições de instalação em solo chinês, os estrangeiros se multiplicaram e aumentaram seus investimentos nas atividades que lhes conferiram mais lucro. A criação dos assentamentos internacionais pretendia organizar o espaço, evitando atritos, e transformou Shanghai em bolsões de investimento externo que modificaram a paisagem da cidade. A zona dos assentamentos adquiriu contornos ocidentais, contrastando com as áreas ocupadas por chineses, os quais foram alijados, ou buscaram não se envolver como forma de boicote, de algumas das inovações implementadas pelos estrangeiros. Tendo sido aberta para o livre acesso de britânicos logo no primeiro dos tratados desiguais, a cidade rapidamente virou foco de disputa por diferentes potências interessadas em explorar ao máximo as suas capacidades. E

logo entrou na rota do expansionismo japonês, que apesar de já ser um dos principais investidores na cidade, somente começa a afastar a concorrência após a Segunda Guerra Sino-Japonesa.

Percebe-se que, ainda que Shanghai e Manchúria tenham sido integradas ao mesmo sistema interestatal após a assinatura dos tratados desiguais, seus históricos de integração a redes de interação são completamente distintos. E mesmo o processo da incorporação à economia-mundo moderna capitalista a que foram submetidas não se caracterizou pelos mesmos padrões. Porém, em ambos os casos, a dominação de estruturas políticas se fez importante para consolidar a liberdade de controle e manipulação sobre as atividades econômicas. Como o processo de incorporação não é necessariamente pacífico ou sem reação, a adoção de mecanismos de dominação política que permitam garantir a reprodução das estruturas implementadas acaba sendo um meio necessário. Neste sentido, não apenas a imposição dos tratados como o suborno de agentes políticos e a ocupação das principais instituições de controle colaboram para a garantia da não interrupção do processo de incorporação. Em Shanghai, a criação de instituições que ditavam as regras fiscais, como a CMC, permitiu a imposição de normas tributárias mais favoráveis aos estrangeiros, bem como a garantia da destinação de parte destes tributos para o pagamento das indenizações impostas aos chineses após a assinatura de cada um dos tratados. No auge deste movimento, a fundação de estados fantoche com governos aliados ao Japão na Manchúria, em 1934 e em Shanghai, em 1937, correspondia a necessidade de eliminar não apenas as tentativas de reação interna, mas qualquer competição externa ao avanço dos seus objetivos estratégicos. Apesar das diferenças nos padrões de ocupação de cada região, a dominação política como instrumento de incorporação econômica desponta como elemento parte do processo em ambos os casos.

A divergência nos mecanismos de integração de cada localidade se refletiu também nos tipos de atividades que se tornaram os principais focos de atenção. Em ambos os casos identificamos facilmente investimentos diversos, em infraestrutura de transportes e comunicação, indústrias leves e pesadas. Mas se destaca o peso que as indústrias de base e a mineração tinham na Manchúria em contraponto a relevância da produção de alimentos e de manufaturas leves em Shanghai, bem como do setor de serviços - notadamente o setor bancário. Percebe-se que essas características se comunicam com a forma como os estrangeiros se organizaram em cada local, buscando sempre a maximização do seu lucro e o atendimento dos seus interesses internos. Mas, enquanto na Manchúria o Japão conseguiu logo cedo construir um ambiente de complementaridade à sua economia, em Shanghai o coletivo de objetivos que disputavam espaço impediu a formação de um domínio completo por apenas um país. Porém,

no apagar das luzes, o que temos são duas regiões cujos destinos foram profundamente alterados após a interferência estrangeira mergulhar a China forçadamente num sistema-mundo moderno e capitalista.

Conclusão

A análise das relações históricas da China com o seu entorno geográfico e mesmo com povos de regiões mais distantes, como quando da vigência da Rota da Seda e a partir da expansão marítima dos europeus, permite perceber identificar uma série de interações sistêmicas que já indicavam sua integração a diversos sistemas-mundo por meio de diferentes redes de interação. Ainda não respondiam a uma lógica capitalista de divisão internacional do trabalho e acúmulo incessante de capital, mas já eram responsáveis pela produção e reprodução de estruturas sociais. Tradicionalmente se posicionando enquanto a civilização mais avançada, o Império do Meio, a expansão chinesa foi responsável por influenciar povos considerados por ela com inferiores e bárbaros a adotarem aspectos culturais, religiosos e políticos seus. Por meio das relações tributárias, ela expandiu seus contatos, sua rede de apoio e o volume das trocas comerciais. Por isso mesmo, ao desmistificar a relação chinesa com o comércio, tradicionalmente considerada inferior e menos relevante, compreendemos o peso desta atividade não apenas para a garantia do abastecimento de todo o território com gêneros básicos, conectando regiões produtoras e consumidoras, mas representando também importantes instrumentos tanto de política externa quanto interna. O comércio dos gêneros produzidos pela China era mais importante para os estrangeiros do que os itens que eles tinham a oferecer ao império. A prata pode ser lida como uma das poucas exceções neste processo. Apesar do peso consideravelmente superior para a economia britânica dos enormes fluxos de prata que entravam em solo chinês e que geraram grandes déficits comerciais da Inglaterra com a China, os chineses viam a prata um instrumento de equilíbrio econômico, que favorecia a concessão de subsídios em épocas de crise econômica. Ainda que contextos históricos específicos tivessem levado ao fechamento dos portos e de fronteiras, invariavelmente tais banimentos eram levantados dado que a manutenção das expedições favorecia a continuidade do status de império do meio e sua relevância em termos políticos e militares. Em se tratando da sua relação com o Japão, a posição vigente até o século XIX, quando a China perdeu a primeira Guerra Sino-Japonesa, era da superioridade chinesa, inclusive com o Japão fazendo parte da sua zona de influência na condição de Estado tributário. O contato com o mundo externo conectava a China com estes países de forma econômica, simbólica e política.

As guerras desencadeadas a partir de um esforço dos estrangeiros de reverter a posição desfavorável nas relações com os chineses sacramentam a sua incorporação a uma economia-mundo moderna capitalista. A China deixava de ocupar uma posição de proeminência regional para ser incorporada numa perspectiva periférica a este sistema-mundo moderno centrado na

Europa. A partir daí, suas estruturas produtivas são ajustadas para se adequar às necessidades da divisão do trabalho na qual foi inserida. Uma economia que estava, em princípio, seletivamente voltada ao mercado externo, dado que o abastecimento interno era sua maior prioridade, passou a ter uma boa parte da sua estrutura produtiva dedicada às exportações, tornando a economia interna mais vulnerável em função das oscilações nas condições do mercado e na queda da produção para o público interno. Em Shanghai, no início do século XX, o volume de comércio exterior mais que dobrou, incluindo a produção que passava pela cidade rumo aos portos para exportação. E estas transformações decorreram do forte incremento no volume de investimentos diretos estrangeiros que passaram a ser aportados na China como um todo e, especialmente, nas duas zonas que foram objeto de estudo. Afinal, como apontou Debin Ma, 34% do investimento direto externo que ia para a China, em 1931, era destinado à Shanghai e, como destacou Hou Chi-Ming, em 1914, 69% dos aportes japoneses foram realizados na Manchúria. Isto acabou sendo muito representativo da importância que estas regiões passaram a desempenhar dentro da economia-mundo em que foram inseridas, especialmente na necessidade de promover ajustes na estrutura produtiva que garantissem a complementaridade aos processos dos países que ocupassem uma posição central. O desmonte dos padrões de produção vigentes afetou não apenas as condições econômicas da população, mas também relações sociais, dadas as rebeliões e o clima de instabilidade social que se instauraram em função da indignação geral com a presença estrangeira.

A incorporação em seu aspecto mais amplo envolveu também a dominação sobre um ponto de vista político, de forma a derrubar tentativas internas de resistir à perda de controle sobre seu desenvolvimento econômico e da sua autonomia política. Eventos como a Segunda Guerra do Ópio e o Levante dos Boxers, que visavam defender a soberania chinesa antes os ocidentais, foram reprimidos e usados como desculpa para aumentar as benesses e acessos a que tinham direito em território chinês. As tentativas de reação do império acabaram sendo sem efeito e aos poucos os Qing foram perdendo cada vez mais apoio. Numa sociedade em que a legitimidade do imperador estava associada ao mandado dos céus, a ocorrência de desequilíbrios tanto ambientais (como grandes desastres ambientais), quanto políticos e sociais (como rebeliões populares) indicavam a perda deste mandato celestial e a legitimidade do regime era posta a prova. Aos poucos, movimentos internos de revolta contra o império e contra a presença estrangeira, levaram à queda do império - sem que isso, no entanto, representasse a volta da estabilidade política na China. Permaneceu periferalizada até a década de 1940, quando a abertura das potências estrangeiras às demandas chinesas levaram, gradualmente, à

renegociação dos termos dos tratados vigentes e a consequente revogação dos termos de extraterritorialidade e outras cláusulas que sequestravam a soberania chinesa.

O fim dos tratados desiguais não significou uma ascensão chinesa imediata dentro do sistema interestatal. É preciso ter em mente que o crescimento de uma economia que foi incorporada a um sistema-mundo ocorre quando ela é capaz de explorar os vínculos à que está submetida, de forma a expandir suas capacidades internas. Em alguns casos, como na expulsão dos japoneses da Manchúria e de Shanghai, as estruturas instaladas foram incorporadas pelos nacionalistas e, em seguida, pelos comunistas. Porém, o impacto das novas tecnologias, técnicas e instituições introduzidas pelos estrangeiros foi bastante restrito na medida em que não tinha como o objetivo a melhoria das condições de vida da sociedade chinesa, senão apenas alcançar o máximo de enriquecimento a ser exportado às suas regiões de origem. Durante todo o período a China permaneceu como um país majoritariamente agrário, apesar dos movimentos em prol de um desenvolvimento industrial liderados pelo capital privado estrangeiro e nacional e do apoio recebido por este por parte do setor estatal. É preciso refletir de forma mais profunda sobre a ideia de modernização da China neste período, a fim de se questionar quem seriam os beneficiários destas transformações. Afinal, indicadores econômicos indicam uma queda em uma série de itens como PIB per capita e quantidade de calorias consumidas por chinês neste período (Maddison, 2007, p. 46; Deng, 2016, pp. 2-3).

Além disso, convém destacar o mote desta pesquisa: o movimento de incorporação está muito longe de ser homogêneo em todas as regiões em que foi aplicado, apresentando consequências distintas a depender das especificidades econômicas, políticas e sociais de onde ocorreu. Os objetivos dos grupos envolvidos, a existência de concorrência entre os países que promovem a incorporação e a capacidade de reagir ou de criar mecanismos de resposta a esse processo influenciam as características do processo de incorporação em cada caso. Na Manchúria, o peso da ocupação japonesa deu pouca margem para o desenvolvimento de produtores e empresários locais, que eram inclusive reprimidos pelas iniciativas que ameaçassem os projetos do império japonês - como foi o caso de Chang Tso-lin e as iniciativas que ele liderou. O nordeste da China foi completamente absorvido para dentro da esfera de influência japonesa e sua economia foi transformada em um apêndice da do Japão, de forma a atender os interesses do expansionismo japonês.

Em Shanghai, por outro lado, a disputa de forças entre as potências dificultou a implementação de um modelo de zona de influência como o identificado na Manchúria. A cidade, que já desde o século XIII despontava em sua centralidade e relevância para o comércio interregional e internacional (especialmente após o reflorescimento do comércio de longa

distância no século XVI) foi incluída na lista dos primeiros portos abertos pelo primeiro tratado assinado, o Tratado de Nanjin. A formação de assentamentos e concessões internacionais onde ingleses, americanos e franceses viviam e produziam sobre suas próprias regras, criou ilhas autônomas onde seus nacionais viviam conforme suas regras e suas leis. Os mercadores buscaram desde a implementação dos primeiros tratados adaptar sua atuação às demandas do novo cenário, atuando inicialmente como intermediários e, posteriormente, utilizando-se do capital e da expertise acumulados para lançarem-se como empresários.

O equilíbrio de poder que havia se instalado entre as potências da região propiciou que nenhuma delas se sobrepusesse sobre as demais, deixando uma brecha para a ascensão deste novo grupo. Novo e antigo passaram a conviver: manufaturas e fábricas modernas, novos meios de transporte e os tradicionais, instituições bancárias e os chamados *qianzhaung*. Ainda assim, as novas tecnologias não substituíram as tradicionais. A maior parte dos chineses ainda consumia os tecidos produzidos pelas manufaturas locais, fosse pelo custo, fosse pelo boicote aos produtos estrangeiros. Os bancos tradicionais, apesar dos problemas que enfrentaram após a chegada das instituições modernas, não apenas resistiram, como garantiram a continuidade do financiamento dos empreendimentos quando, em eventos como a Primeira Guerra Mundial, estas reduziram o capital disponível para operações na China. Este conflito, aliás, teve um importante papel na correlação de forças internas. Ao mesmo tempo em que o afastamento dos europeus favoreceu o desenvolvimento de companhias nacionais, abriu espaço para a expansão de capitalistas japoneses, que viram nesses vácuos, a possibilidade de expandir sua presença nas zonas costeiras.

Ao fim, a China passou de principal potência asiática para periferia do sistema-mundo capitalista. O governo comunista que se iniciou em 1949 passou anos lutando para reerguer o país, além de se impor e não ser derrubado, até ser finalmente reconhecido. Muitos eventos se passaram até que a China pudesse ascender na economia-mundo até o ponto em que ela se encontra hoje, como um país que busca resgatar o lugar que costumava ocupar. Considerando os dados econômicos que mostram o impacto negativo da presença estrangeira, além dos efeitos sobre a moral não apenas de um Estado que não teve capacidade militar de barrar e reagir às incursões estrangeiras mas também de toda uma sociedade que se via subjugada por povos vindos de fora é fácil compreender como esses elementos geraram uma marca numa sociedade que até hoje busca não esquecer.

Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni. **Peripheralization of Southern Africa, I: Changes in Production Processes**. Review (Fernand Braudel Center), Vol. 3, No. 2, The Incorporation of Southern Africa into the World-Economy, 1800-1940, 1979.
- BARBIER, Françoise Le; BÈRGÈRE, Marie-Claire; CHESNEAUX, Jean. **China: From the 1911 Revolution to Liberation**. New York: Pantheon Books, 1977.
- BERGÈRE, Marie-Claire. **The golden age of the Chinese bourgeoisie, 1911-1937**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- _____. **Shanghai: China's Gateway to Modernity**. California: Stanford University Press, 2009.
- BIX, Herbert P. **Japanese Imperialism and the Manchurian Economy, 1900-31**. The China Quarterly, No. 51 (Jul. - Sep., 1972), pp. 425-443.
- BUENO, Andre; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton; NETO, José Maria. **Mais Orientes**. Rio de Janeiro: Edições Sobre Ontens/ LAPHIS, 2017.
- BROWN, Raj. **Chinese Business and Banking in South-East Asia since 1870**. In: BROWN, R. Ampalavanar (ed). **Chinese Business Enterprise, volume II**. Nova York: Routledge, 1996.
- BRUSSI, Antônio José Escobar. **Do Pequi à Soja: Expansão da Agricultura e Incorporação do Brasil Central**. Revista Antropolítica Niteroi, n. 8, p. 77-104, 1º. sem. 2000.
- CHAN, Wellington K. K. **Merchants, mandarins, and modern enterprise in late Ch'ing China**. Cambridge: Harvard University Press, 1977.
- _____. **Government, Merchants and Industry to 1911**. In: FAIRBANK, John King.; LIU, Kwang-Ching (ed). **The Cambridge History of China**. Nova York: Cambridge University Press, vol. 11, 2006.
- CERQUEIRA, Hugo Eduardo da Gama; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. China and the first impact of the Industrial Revolution: initial conditions and a falling behind trajectory until 1949. Nova Economia. V.30, p.1169-1198, 2020.
- CHASE-DUNN, Christopher; Grimes, Peter. **World-Systems Analysis**. Annual Review of Sociology, 1995, Vol. 21, pp. 387-417.
- CHASE-DUNN, Christopher; Hall, Thomas D. **Rise and Demise: comparing world-systems**. Colorado: Westview Press, 1997.
- CHASE-DUNN, Christopher; Hall, Thomas D (ed). **Core/Periphery Relations in Precapitalist Worlds**. Nova York: Routledge Taylor & Francis Group, 2018.

- CHASE-DUNN, Christopher; LERRO, Bruce. **Social Change: Globalization from the Stone Age to the Present**. Nova York: Routledge, 2014.
- CHEN, Joseph T. **The May Fourth Movement Redefined**. *Modern Asian Studies*, Vol. 4, No. 1 (1970), pp. 63-81.
- CHI-MING, Hou. **Foreign Investment and Economic Development in China: 1840-1937**. Massachusetts: Harvard University Press, 1965.
- DANIELSON, Eric N. **Shanghai and the Yangzi Delta**. Singapore: Marshall Cavendish International Private Limited, 2004.
- DENISON, Edward; REN, Guang Yu. **Building Shanghai: The Story of China's Gateway**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2013.
- ECKSTEIN, Alexander; CHAO, Kang; CHANG, John. **The Economic Development of Manchuria: The Rise of a Frontier Economy**. *The Journal of Economic History*, Mar., 1974, Vol. 34, No. 1, *The Tasks of Economic History* (Mar., 1974), pp. 239-264.
- FAIRBANK, John King. **Tributary Trade and China's Relations with the West**. *Association for Asian Studies, The Far Eastern Quarterly*, Feb., 1942, Vol. 1, No. 2 (Feb., 1942), pp. 129-149.
- FAIRBANK, John King; REISCHAUER, Edwin O.; CRAIG, Albert M. **East Asia: tradition & transformation**. Boston: Houghton Mifflin Co., 1989.
- FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: A New History**. Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2006.
- FRANK, Andre Gunder. **ReOrient: Global Economy in the Asian Age**. California: University of California Press, 1998.
- _____; GILLS, Barry K. **The World System: Five Hundred Years or Five Thousand?** Nova York: Routledge, 1996.
- FRASER, C. F. **The Status of the International Settlement at Shanghai**. *Journal of Comparative Legislation and International Law*, Vol. 21, No. 1, 1939, pp. 38-53.
- GASSTER, MICHAEL. **The Republican Revolutionary Movement**. In: FAIRBANK, John King.; LIU, Kwang-Ching (ed). **The Cambridge History of China**. Nova York: Cambridge University Press, vol. 11, 2006.
- GELBER, Harry G. **The dragon and the foreign devils**. Nova York: Walker Publishing Company, Inc., 2007.
- GENTZ, Frederick. **Bridging in Shanghai's Commercial Revolution: Compradors, Bureaucratic Merchants, and Returned Overseas Businesspeople as Capitalist Middlemen in Late Qing and Early Republican China**. *Dissertação de Mestrado*,

- Departamento de História, Universidade de Victoria, 2020.
- GLAHN, Richard von. **An Economic History of China: From Antiquity to the Nineteenth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- GODDARD, Stacie E. **When Right Makes Might: Rising Powers and World Order**. Ithaca: Cornell University Press, 2018.
- GRAJDANZEV, Andrew J. **Manchuria: An Industrial Survey**. Pacific Affairs , Dec., 1945, Vol. 18, No. 4 (Dec., 1945), pp. 321-339.
- GUOTU, Zhuang. **Tea, Silver, Opium and War: From Commercial Expansion to Military Invasion**. Itinerario , Volume 17 , Issue 2 , July 1993 , pp. 10 - 36.
- HALL, Thomas D. **Incorporation in the World-System: Toward a Critique**. American Sociological Review , Jun., 1986, Vol. 51, No. 3 (Jun., 1986), pp. 390-402.
- HAO, Yen-P'ing. **The Comprador in Nineteenth Century China: Bridge between East and West**. Massachusetts: Harvard University Press, 1970.
- _____. **The Commercial Revolution in Nineteenth-Century China**. California: University of California Press, 1986.
- HENDLER, Bruno. O Sistema Sinocêntrico Revisitado: A Sobreposição de Temporalidades da Ascensão da China no Século XXI e sua Projeção sobre o Sudeste Asiático. 2018. Tese de Doutorado (Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- HIRATA, Koji. **Steel Metropolis: Industrial Manchuria and the Making of Chinese Socialism**. Enterprise & Society, Volume 21, Issue 4, December 2020, pp. 875 - 885.
- HONDA, Gail. **Differential Structure, Differential Health: Industrialization in Japan, 1868-1940**. In: STECKEL, Richard H. and FLOUD, Roderick (eds). **Health and Welfare during Industrialization**. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- HSU, Immanuel C. Y. **Late Ch'ing foreign relations, 1866-1905**. IN: FAIRBANK, John K.; LIU, Kwang-Ching (ed). **The Cambridge History of China**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- _____. **The Rise of Modern China**. Santa Barbara: University of California, 1970.
- HUNG-GUK, Cho. **The Trade between China, Japan, Korea and Southeast Asia in the 14th Century through the 17th Century Period**. International Area Review Volume 3, Number 2, 2000.
- JACQUES, Martin. **When China Rules the World: The End of the Western World and the Birth of a New Global Order**. Nova York: The Penguin Press, 2009.

JACKSON, Isabella. **Shaping Modern Shanghai: Colonialism in China's Global City.** Cambridge, Cambridge University Press, 2018.

JI, Zhaojin. **A History of Modern Shanghai Banking: The Rise and Decline of China's Financial Capitalism.** Nova York: Routledge, 2016.

KARL, Rebecca E. **Rules for Destroying Countries: China and the Colonial World in the Early 20th Century.** Viewpoint Magazine, Issue 6, Fevereiro, 2018. Acesso em 19/08/2024, às 17:54.

KANG, David C. **East Asia Before the West: Five Centuries of Trade and Tribute.** Nova York: Columbia University Press, 2010.

KELLER, Wolfgang; SHIUE, Carol H. **China's Foreign Trade and Investment, 1800-1950.** National Bureau of Economic Research, Working Paper 27558, Cambridge, MA, jul. 2020. Disponível em <http://www.nber.org/papers/w27558>. Acesso em 27/02/2024.

KELLER, Wolfgang; LI, Bem; SHIUE, Carol H. **Shanghai's Trade, China's Growth: Continuity, Recovery, and Change since the Opium War.** Cambridge, MA: NBER Working Paper., 2012.

LIU, Xunqian. **The Influence of Wartime Turmoil on Buddhist Monasteries and Monks in the Jiangnan Region during the Yuan-Ming Transition.** Religions 14: 1294.

LINCOLN, Toby. **An Urban History of China.** Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

LUFANO, Richard John. **Honorable Merchants: Commerce and Self-Cultivation in Late Imperial China.** Honolulu: University of Hawai'i Press, 1997.

MA, Debin. **Shanghai-Based Industrialization in The Early 20th Century: A Quantitative And Institutional Analysis.** London: London School of Economics, 2006.

_____. **Economic Growth in the Lower Yangzi Region of China in 1911–1937: A Quantitative and Historical Analysis.** The Journal of Economic History, Vol. 68, No. 2 (June 2008).

MADDISON, Angus. **Chinese Economic Performance in the Long Run—Second Edition, Revised and Updated: 960–2030 AD.** Paris: OECD Development Centre Studies, 2007.

MAINARDI, Benjamin E. **The Russo-Japanese War: Origins and Implications.** James Madison Undergraduate Research Journal, Volume 7 | Issue 1, 2019/2020.

MEDEIROS, Felipe Lima de. **Protoindústria Na China Qing.** 2018. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

- MOULDER, Frances V. **Japan, China, and the Modern World Economy: Toward a reinterpretation of the East Asian development ca. 1600 to ca. 1918.** Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MOURA, Rafael. **Industrialização, Desenvolvimento, Emparelhamento Tecnológico no Leste Asiático: os casos de Japão, Taiwan, Coreia do Sul e China.** Rio de Janeiro: INCT/PPED ; CNPq ; FAPERJ ; CAPES; Ideia D , 2021.
- MURPHEY, Rhoads. **Shanghai: Key to Modern China.** Cambridge: Harvard University Press, 1953.
- NARANGO, Li. **The Power of Imagination: Whose Northeast and Whose Manchuria?.** Inner Asia, v. 4, n. 1, p. 3-25, 2002.
- NISH, Ian. **Japanese Foreign Policy 1869 - 1942: Kasumigaseki to Miyakezaka.** Nova York: Routledge, 2002.
- NOGUEIRA, Isabela. **O Lugar da China na Economia-Mundo Capitalista Wallersteiniana.** Textos de Economia, v. 11, 2008, pp. 39-53.
- PANIKKAR, Sadar K. M. **Asia and Western Dominance.** London. GEORGE ALLEN & UNWIN LTD, 1953.
- PINTO, Raquel-Vaz. **A Grande Guerra e a Ascensão da Ásia - A China e o Japão.** Revista Relações Internacionais, Junho, 2014, No. 42, pp. 107-116.
- PLATT, Stephen. **Imperial Twilight: The Opium War and the End of China's Last Golden Age.** New York: Alfred A. Knopf, 2018.
- PRICHARD, Earl H. **The Origins of the Most-Favored-Nation and the Open Door Policies in China.** The Far Eastern Quarterly, Vol. 1, No. 2, 1942, pp. 161-172.
- QU, Jason. **Self-Strengthening Movement of Late Qing China: an Intermediate Reform Doomed to Failure.** Asian Culture and History, vol. 8, No 2, 2016.
- RAWSKI, Thomas G. **Economic Growth in Prewar China.** California. University of California Press: 1989.
- REN, Fuxing.; WANG, Jun.; LV, Wenming. **Confucian Harmony and the Idea of Sustainable Development in Modern Society.** Trans/Form/Ação, Marília, v. 45, p. 37-58, 2022, Edição Especial 2.
- REMER, C. F. **Foreign investments in China.** New York: H. Fertig, 1968.
- SHAO, Dan. **Remote Homeland, Recovered Borderland: Manchus, Manchukuo, and Manchuria, 1907-1985.** Honolulu: University of Hawai'i Press, 2011.

SILVA, Athos Munhoz Moreira da. **A Resposta Da China Ao Desafio Ocidental Imperialista: A Busca Pela Revolução Nacional**. In: 6º Encontro Nacional da ABRI, 2017, Belo Horizonte.

SIMÕES, Sílvia Sônia. **Bizâncio, Pérsia e Ásia Central, pólos de difusão do Nestorianismo**. Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS, n. 5, vol. 2, jul.-dez. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs/aedos>. Acesso: 14/12/2023, às 19:36.

SO, Alvin Y. **East Asia and the world economy**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995.

_____. **Social Change and Development: Modernization, Dependency and World-System Theories**. California: Sage Publications, Inc., 1990.

_____. **The Process of Incorporation into the Capitalist World-System: The Case of China in the Nineteenth Century**. Review (Fernand Braudel Center), Vol. 8, No. 1, 1984, pp. 91-116.

SOKOLOVSKY, Joan. **Urbanization in the World-Economy**. Orlando: Academic Press, INC, 1985.

SPENCE, Jonathan D. **The Search for Modern China**. New York: Norton & Company, 1990.

SUN, Kungtu C. **The economic development of Manchuria in the first half of the twentieth century**. Massachusetts: East Asian Research Center, Harvard University, 1969.

TAMAKI, Norio. **The Yokohama Specie Bank: a Multinational in the Japanese Interest 1879—19311**. IN: JONES, Geoffrey (ed.). **Banks as Multinationals**. Nova York: Routledge, 1990.

TIAN, Xintong; Mendes, Carmen Amado. **Repensar o Sistema Tributário e a Ajuda Externa da China: Uma Perspectiva Relacional**. Relações Internacionais, Setembro: 2021, pp. 087-103

THOMAS, Stephen C. **Foreign Intervention and China's Industrial Development, 1870-1911**. Boulder, Westview Press, Inc: 1984.

TORRES FILHO, Ernani. Teixeira. **A Economia Política do Japão: Reestruturação Econômica e seus Impactos sobre as Relações Nipo Brasileiras (1973-1990)**. 1992. Tese de Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia. Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

UEDA, Toshio. **The Abolition of the Unequal Treaties in China**. India Quarterly, October-December 1958, Vol. 14, No. 4, pp. 364-372.

VERSCHUER, Charlotte von. **Japan's Foreign Relations 600 to 1200 A.D.: A Translation from Zenrin Kokuhoki**. Monumenta Nipponica, Vol. 54, No. 1, 1999, pp. 1-39.

VIEIRA, Pedro. **As três fases da China na economia-mundo capitalista: incorporação forçada e parcial (184-1949), retraimento e integração mínima (1949-1978), integração total, voluntária e irreversível (1978-presente)**. In: OURIQUES, Helton Ricardo. **DESIGUALDADE, GEOCULTURA E DESENVOLVIMENTO NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA: UM OLHAR DESDE AS (SEMI)PERIFERIAS**. Florianópolis, Editora Insular, 2021.

WADE, Geoff. **The Zheng He Voyages: A Reassessment**. Journal of the Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society, Vol. 78, Part 1, 2005, pp. 37-58.

WAKEMAN JR, Frederic. **The Canton Trade and the Opium War**. IN: FAIRBANK, John K.; LIU, Kwang-Ching (ed). **The Cambridge History of China**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth-Century**. Nova York: Academic Press, Inc., 1974a.

_____. **The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis**. Comparative Studies in Society and History, Vol. 16, No. 4, 1974b, pp. 387-415.

_____. **World-System Analysis: An Introduction**. Durham And London: Duke University Press, 2004.

_____. **The Modern World-System as a Capitalist World-Economy**. In: LECHNER, Frank J. e BOLI, John. **The Globalization Reader**. Massachusetts: John Wiley & Sons, Ltd, 2015.

_____.; MARTIN, William G. **Peripheralization of Southern Africa, II: Changes in Household Structure and Labor-Force Formation**. Review (Fernand Braudel Center), Vol. 3, No. 2, The Incorporation of Southern Africa into the World-Economy, 1800-1940, 1979.

_____.; HOPKINS, Terence K.; KASABA, Reşat; MARTIN, William G.; PHILIPS, Peter D. **Incorporation into the World-Economy: How the World-System Expands**. Review (Fernand Braudel Center), Vol. 10, No. 5/6, Supplement: Incorporation into the World-Economy: How the World-System Expands, 1987, pp. 761-902.

WANG, Q. Edward; WEIGUO, Sun. **The East Asian War of 1592–98: International perspectives — Introduction**. Chinese Studies in History 2019, VOL. 52, NO. 1, 1–4.

WILLCOX, Walter F. **The Population of China in 1910**. Journal of the American Statistical Association, Vol. 23, No. 161 (Mar., 1928), pp.18-30.

YAN, Yuhang. **Papel dos Jesuítas na Assinatura do Tratado de Nerchinsk (1689)**. 2022. Dissertação de Mestrado. Escola de Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2022.

YEH, Wen-hsin. **Wartime Shanghai**. Nova York: Routledge, 1998.

YONGJIN, Zhang; BUZAN, Barry. **The Tributary System as International Society in Theory and Practice**. *The Chinese Journal of International Politics*, Vol. 5, 2012

Tratados

Tratado de Nanking, 1842. Disponível em <https://china.usc.edu/treaty-nanjing-nanking-1842>. Acesso: 15/04/2023, às 16:19;

Tratado Suplementar de Bogue, 1843. Disponível em <https://worldjpn.net/documents/texts/pw/18431008.T1E.html>. Acesso: 15/04/2023, às 16:19.

Tratado de Wanghia, 1844. Disponível em Treaty of Wangxia (Treaty of Wang-hsia 望廈條約), May 18, 1844 | US-China Institute (usc.edu). Acesso: 15/04/2023, às 16:19.

Tratado de Tianjin, 1858. Disponível em Treaty of Tianjin (Tien-tsin), 1858 | US-China Institute (usc.edu). Acesso: 15/04/2023, às 16:19.

Tratado de Shimonoseki, 1895. Disponível em: <https://china.usc.edu/treaty-shimonoseki-1895>. Acesso: 15/04/2023, às 16:19.

21 Demands, 1915. Disponível em: <http://wp.stu.ca/worldhistory/wp-content/uploads/sites/4/2015/08/21-Demands.pdf>. Acesso: 15/04/2023, às 16:19.